



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EDILENA DE MOURA MENDONÇA**

**ABORDAGEM REFLEXIVA DO DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ NO PERÍODO  
DE 1988 A 2018: TRINTA ANOS DE ESTADO**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2019**

EDILENA DE MOURA MENDONÇA

ABORDAGEM REFLEXIVA DO DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ NO PERÍODO  
DE 1988 A 2018: TRINTA ANOS DE ESTADO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Vico Denis Sousa de Melo

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Mendonça, Edilena de Moura .

?Abordagem reflexiva do desenvolvimento do Amapá no período de 1988 a 2018: trinta anos de estado? [recurso eletrônico] / Edilena de Moura Mendonça. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 115 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Vico Denis Sousa de Melo.

1. Desenvolvimento Socioeconômico. 2. Políticas Públicas. 3. Potencialidades Regionais. I. Título.

EDILENA DE MOURA MENDONÇA

"ABORDAGEM REFLEXIVA DO DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ NO  
PERÍODO DE 1988 A 2018: TRINTA ANOS DE ESTADO"

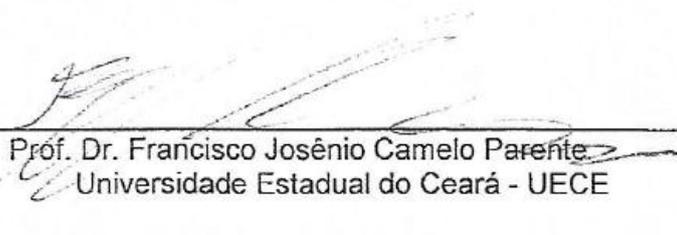
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

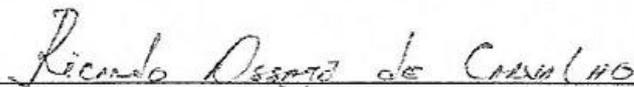
Aprovada em: 05/12/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vico Denis Sousa de Melo (Orientador)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

  
Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

A minha filha Maria Catarina Aisha Mendonça Cordeiro que me ensinou o amor verdadeiro;

Aos meus pais: Paulo Leite de Mendonça e Maria Madalena de Moura Mendonça pelo amor a mim dedicado e por terem acreditado em meu potencial;

Ao meu amado esposo Nélio Nascimento Cordeiro, pelo amor e incentivo;

A minha querida irmã Cristilene de Moura Mendonça, sobrinho, cunhado, parentes e amigos pela força.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por nos conceder o dom da vida, com saúde e sabedoria para seguir o curso evolutivo da formação do ser, pela força, pelo refúgio, por ser meu guia e minha inspiração de todos os momentos, juntamente com meu anjo guardião de todas as horas, que sempre esteve ao meu lado.

Aos meus pais, Paulo Leite de Mendonça e Maria Madalena de Moura Mendonça, por terem me dado com amor, desde a concepção de minha existência, todo o apoio, as condições físicas e espirituais, pois nunca mediram esforços para que eu conquistasse meus sonhos. Sem vocês não teria chegado tão longe. Amo vocês e muito obrigada por acreditarem em mim.

A minha família, por todo o amor incondicional a minha filha Maria Catarina Aisha Mendonça Cordeiro e ao meu esposo Nélio Nascimento Cordeiro, pela inspiração, força, carinho e amor dedicado a mim durante todo o meu percurso, e por sempre torcerem pelo meu sucesso.

A minha irmã Cristilene de Moura Mendonça, parceira de Academia e de Curso, que sempre foi minha incentivadora e que Deus permitiu que pudéssemos seguir no mesmo caminho. Grande motivadora de jornada, juntamente com seu esposo e filho. Aos demais familiares e amigos que torceram por mim.

Ao Professor Doutor Vico Denis Sousa de Melo, meu Orientador, uma pessoa abençoado que Deus colocou em meu caminho. Um profissional ético, dedicado, paciente, inspirador, que não mediu esforços para me orientar nesta jornada. Muito obrigada por ter me recebido como orientanda, por me corrigir e me criticar quando foi necessário, sem nunca me desmotivar ou fazer desistir, um verdadeiro Mestre.

A Universidade Estadual do Ceará – UECE na pessoa do Professor Doutor Horário, Coordenador do Programa de Mestrado dessa renomada Instituição de Ensino, que desde o início nunca nos abandonou enquanto discente, sempre esteve com muita paciência, ética e dedicação ao comando da Turma. Obrigada também aos Colegas e Professores que oportunizaram a grandeza de saborear e compartilhar conhecimentos ao longo das aulas. Aos funcionários da UECE pelo apoio, pois sempre foram prestativos em conduzir seus trabalhos com respeito e dedicação.

“Registrar as brechas das políticas públicas é fácil, o difícil é o diálogo para a construção das melhorias”. (Rafael O. Leme)

## RESUMO

O estudo realizado na temática política pública, intitulada como: “Abordagem Reflexiva do Desenvolvimento do Amapá no Período de 1988 a 2018: Trinta Anos de Estado” apresenta a realidade de um Estado após a emancipação e elevação a categoria de unidade federada do Brasil, com levantamento de dados que apontam o grau de evolução conquistado nesse período, objetivando entender a condição de subdesenvolvimento, considerando todas as potencialidades dos recursos naturais e projetos de investimento, bem como a busca da compreensão que levou ao desequilíbrio das contas públicas fragilizando a economia e ampliando as desigualdades sociais. O método dialético foi utilizado numa perspectiva de busca de dados quantitativos para servir de base para qualificar a análise reflexiva da abordagem, tendo como fontes obras literárias, indicadores socioeconômicos de órgãos e oficiais, documentos e relatórios do Governo do Estado do Amapá, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado do Planejamento. Os teóricos abordados, entre outros, são: Gil (2008); Oliveira (2004); Teixeira (2005); Vergara (2005); Lima (2019); Vidal et al (2019); Santiago (2015); Beaud (2004); Weber (2006); Campos (2018). Os resultados demonstram a necessidade de reestruturação administrativa do Governo para reorganização e execução das políticas públicas com maior eficiência e consciência nos gastos públicos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Socioeconômico. Políticas Públicas. Potencialidades Regionais.

## ABSTRACT

This study, whose theme is “Reflexive Approach on the Development of Amapá from 1988 to 2018: Thirty Years as a State”, presents the reality of the State after its emancipation and uprising as a Federal Unit of Brazil; with a data collection that indicates the level of evolution which has been conquered within this period of time, aiming to understand its underdevelopment condition, considering all natural resources potentialities and investment projects, as well as the search for comprehension of what has taken the Public Accounts to such an instable reality, weakening its economy and broadening its social inequality. The dialectic method has been used as a way of gathering quantitative data in order to serve as basis to qualify the reflexive analysis of this line of action, possessing as sources literary works, socioeconomic indicators from official public agencies, documents and reports about the Amapá Government through the Finance Secretary of the State and also from the Planning Secretary of the State. The authors who have been studied were: Gil (2008); Oliveira (2004); Teixeira (2005); Vergara (2005); Lima (2019); Vidal et al (2019); Santiago (2015); Beaud (2004); Weber (2006); Campos (2018), among others. The results show the necessity of an administrative restructuration in the Government as to reorganize the execution of the public policies in a more efficient and conscious way, regarding the public spending.

**Keywords:** Socioeconomic Development. Public Policies. Regional Potentialities.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População residente, por situação do domicílio 1960 – 2010.....	78
Tabela 2 -	População residente e taxa de crescimento anual do Brasil e Estado do Amapá 1950 – 2010.....	78
Tabela 3 -	População residente do Estado do Amapá por Município.....	79
Tabela 4 -	Extensão da rede de esgoto, nos Municípios e Estado do Amapá 2010-2018.....	80
Tabela 5 -	Quadro Demonstrativo da Receita do Estado do Amapá – 1994 -2018.....	83
Tabela 6 -	Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto do Amapá – 1996-2000.....	85
Tabela 7 -	Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente – 1996 – 2000 em R\$ milhões.....	86
Tabela 8 -	Participação percentual do Valor Adicionado Bruto no PIB por setor de atividade econômica no Estado – 2012-2015.....	87
Tabela 9 -	Valor Adicionado, Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto Per Capita 1989-2018.....	87
Tabela 10 -	Valor Adicionado Bruto a preço básico, no Brasil, região Norte e Amapá – 2012-2015.....	88
Tabela 11 -	Balança Comercial em US\$ FOB - 1997-2018.....	90
Tabela 12 -	Os dez Países de destino em valor de exportação do Estado do Amapá – 2013-2016.....	90
Tabela 13 -	Os dez Países de destino em valor de importação do Estado do Amapá – 2013-2016.....	91
Tabela 14 -	Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Amapá – 1991/2000/2010.....	92
Tabela 15 -	Índice de Desenvolvimento Humano por Município.....	92
Tabela 16 -	Evolução da Renda, Pobreza e Desigualdade do Estado do Amapá.....	93
Tabela 17 -	Evolução da Taxa média anual de crescimento.....	94
Tabela 18 -	Ocupação da população de 18 anos ou mais – Estado do	

	<b>Amapá.....</b>	<b>94</b>
<b>Tabela 19 -</b>	<b>Nível educacional dos ocupados – Estado do Amapá.....</b>	<b>94</b>
<b>Tabela 20 -</b>	<b>Rendimento Médio – Estado do Amapá.....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela 21 -</b>	<b>Setores de trabalho na faixa etária de 18 anos ou mais – 2010.....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela 22 -</b>	<b>Indicadores de Habitação – Estado do Amapá.....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela 23 -</b>	<b>Vulnerabilidade Social do Estado do Amapá.....</b>	<b>97</b>
<b>Tabela 24 -</b>	<b>IDH – Educação por faixa etária.....</b>	<b>98</b>
<b>Tabela 25 -</b>	<b>Escolaridade da população de 25 anos ou mais.....</b>	<b>98</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADHB	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
BASA	Banco da Amazônia S/A
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S/A
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ABORDAGEM TEÓRICA DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Surgimento do capitalismo e o processo de colonização.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Teorias do desenvolvimento.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>FORMAÇÃO HISTÓRICA DO AMAPÁ.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>Amapá colônia: antecedentes históricos.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Ocupação e desenvolvimento da Amazônia.....</b>	<b>38</b>
3.2.1	Entidades de Desenvolvimento da Amazônia.....	42
3.2.2	Projetos de Desenvolvimento.....	48
<b>3.3</b>	<b>Amapá território: formação do território federal do Amapá.....</b>	<b>50</b>
3.3.1	Principais Eventos de Desenvolvimento do Território.....	53
3.3.2	Abordagem dos Investimentos e os Reflexos Sociais.....	57
<b>4</b>	<b>CAMPO METODOLÓGICO: PERCURSO INVESTIGADO.....</b>	<b>69</b>
<b>5</b>	<b>FORMAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ.....</b>	<b>71</b>
<b>5.1</b>	<b>Abordagem teórica de estado.....</b>	<b>71</b>
<b>5.2</b>	<b>Transformação do Amapá em estado.....</b>	<b>73</b>
<b>5.3</b>	<b>A importância dos municípios para o estado do Amapá.....</b>	<b>74</b>
<b>5.4</b>	<b>Indicadores estatísticos de desenvolvimento do Amapá.....</b>	<b>77</b>
5.4.1	Indicadores Demográficos.....	77
5.4.2	Indicadores Econômicos.....	80
5.4.3	Setor Social.....	91
<b>5.5</b>	<b>Potencialidades do estado do Amapá.....</b>	<b>99</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE REFLEXIVA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ.....</b>	<b>103</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa registra um Amapá com reconhecida riqueza natural fazendo parte de um contexto territorial privilegiado e com um grande potencial socioeconômico, mas com características de Estado subdesenvolvido.

Foi realizada análise reflexiva do processo evolutivo ocorrido no Estado no pós-território, a partir do desenrolar histórico da formação dessa sociedade reportando-se desde a colonização, considerando a luta pela conquista das ricas terras que formam o Amapá e que foi palco de conflitos entre países que desejavam a exploração da região.

Os capítulos a seguir apresentam a contextualização dissertativa da construção de um cenário em dois períodos distintos: o Amapá Território Federal e o Amapá Estado, o primeiro período de 1943 a 1988 e o segundo de 1988 a 2018, respectivamente, com foco nos trinta anos do Amapá Estado a partir da promulgação da Constituição de 1988.

No primeiro capítulo foi abordada a teoria do desenvolvimento a partir do surgimento do capitalismo e da influência que a colonização teve nesse processo. Com o crescimento das cidades em função do aumento da população, novas necessidades foram surgindo forçando a sociedade buscar alternativas de elevar a capacidade produtiva provocando o aparecimento de uma nova ordem de mercado – o capitalismo. Esse sistema foi muito discutido entre pensadores sociais como Marx, Weber, Lima, Beaud, Furtado entre outros, que tinham o capitalismo como um sistema que produz riqueza, mas a distribuí de forma desigual, ou seja, retrata a exploração dos trabalhadores em detrimento do lucro de poucos. Essa realidade impacta diretamente no desenvolvimento econômico da sociedade, pois coloca a margem a maioria da população.

O segundo capítulo reporta-se sobre a formação histórica do Amapá, onde retrata a trajetória da conquista do solo amapaense até a criação do Território. O objetivo foi conhecer esse processo de formação considerando que o Estado está localizado em área da Amazônia Legal, e para que essa região fosse desenvolvida, foram criadas instituições, projetos e programas de governo para esse fim, com o intuito de promover a ocupação e o desenvolvimento da vasta e rica região. No período do Território, ocorreu a abertura para investimentos com capital estrangeiro,

como o Projeto Jari, o Projeto ICOMI, que se instalaram por longo período na região para a exploração de mineiros, que fomentou o crescimento e a construção de bases estrutural, social e econômica para o Amapá, mas que de fato não promoveu seu desenvolvimento, causando reflexos sociais negativo que duram até hoje.

O terceiro capítulo descreve o campo metodológico percorrido, pois trata da inquietação da pesquisadora em identificar as razões que levam um Estado como o do Amapá percorrer o caminho do subdesenvolvimento após trinta anos de sua emancipação política considerando todos os potenciais naturais, assim como os projetos de desenvolvimento que foram disponibilizados para que a região desenvolvesse de forma equilibrada e com responsabilidade, bem como identificar as falhas de governo que levaram o Estado a um grande endividamento e estar passando por crises que estão prejudicando seu desempenho. Essa problemática foi tratada no método dialético dissertado na análise da abordagem do campo pesquisado.

O quarto capítulo apresenta a formação do Estado, em que após a conceituação teórica do entendimento a respeito do mesmo, expõe dados quantitativos para a realização qualitativa dos aspectos dessa formação, e os reflexos causados na sociedade ao longo dos trinta anos na condição de Estado. Ocorreu nesse capítulo também a descrição da constituição dos municípios que formaram a estrutura administrativa inicial do Amapá, com as características individuais de cada cidade, com a amostragem de indicações socioeconômica. A descrição dos dados estatísticos dos indicadores demográficos, econômicos e sociais serviu de instrumento de análise e reflexão de conteúdo, além das transcrições das potencialidades e projetos de desenvolvimento para o futuro.

No quinto capítulo foi realizada a análise reflexiva do desenvolvimento acerca dos dados encontrados, onde se teve oportunidade de forma crítica-dialética apontar as principais questões do desenvolvimento com a demonstração da realidade vivenciada no período desses trinta anos.

Objetivamente, pretendeu-se com a pesquisa apresentar dados, com a possibilidade de reflexão acerca do cenário envolvido, com a intenção de fornecer subsídios para a projeção de novas políticas públicas que estabeleçam melhoria de vida a população do Amapá.

## 2 ABORDAGEM TEÓRICA DE DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Surgimento do capitalismo e o processo de colonização

Devemos retornar ao tempo pretérito e analisar a história do desenvolvimento socioeconômico para o entendimento do processo evolutivo civilizatório do século XXI, e conseqüentemente a compreensão da formação do crescimento e desenvolvimento do Amapá ao longo desses anos, bem como seu papel no cenário nacional, com embasamento teórico científico.

É importante citar os modos de produção que levaram ao surgimento e à evolução do capitalismo embasado no contexto histórico da reorganização das sociedades, assim como para o entendimento do desenvolvimento sócio, político e econômico mundial.

Lima, 2019, p. 48 contextualiza o início do capitalismo na Europa com os crescimentos das cidades e evolução do feudo com novos meio de produção, e migração rural para as cidades, estabelecendo novo modo de servir, ou seja, deixa de servir no campo e passa a servir na cidade com a força do trabalho. O autor retrata essa evolução na linha do tempo por ele construída. Assim, vejamos:

Séculos XVI ao XVIII – Capitalismo comercial, também chamado de pré-capitalismo: além das migrações dos trabalhadores do campo para as cidades, havia as Grandes Navegações e a expansão marítima europeia. O comércio de produtos exportados e de matérias-primas garantiu acúmulo de riquezas para algumas pessoas. Séculos XVIII ao XIX – Capitalismo industrial: teve como marco inicial a Revolução Industrial. Dessa vez, o acúmulo de riquezas passou a ser garantido para alguns por meio da venda de produtos industrializados, da transformação de matérias-primas e do imenso uso de maquinaria, que garantia produção em tempo menor e maior lucro. Séculos XX – Capitalismo monopolista-financeiro: iniciou-se depois da Segunda Guerra Mundial e é o modelo em vigência ainda hoje. Suas principais características são o crescimento desenfreado da economia por meio do capital de indústrias e dos bancos, a fusão de pequenas empresas em grupos maiores e o monopólio de vários setores da economia. (LIMA, 2019, p. 48).

As premissas de Gorender, Almeida (1961), segundo Lima (2019), destaca os aspectos mais comuns de cada uma das fases do capitalismo, sendo:

Propriedade privada dos meios de produção– Os meios de produção, que também podem ser chamados de instrumentos de trabalho, de modo geral, são propriedade, de uma pessoa ou de um grupo de pessoas (uma empresa). Mas também há empresas estatais, isto é, de propriedade do

Estado, que normalmente atuam em setores como transporte, água e energia. No entanto, cabe destacar aqui que muitas dessas empresas estão sendo privatizadas. Economia de mercado – as empresas têm a liberdade de decidir quando, onde e como vão produzir suas mercadorias, bem como de que forma vão vendê-las.

Lei da oferta e da procura – a procura do consumidor versus a quantidade do produto ofertado são os fatores levados em conta para regular os preços das mercadorias. Concorrência – quando há aumento de quantidade de um mesmo produto ofertado por diferentes empresas, surge a concorrência, que acarreta diversidade de preços e de qualidade dos produtos, e oferece ao consumidor muitas opções de compras. Lucro – é o objetivo central do capitalismo. Para isso, as empresas costumam tentar diminuir os custos de produção das mercadorias, buscando matérias-primas e mão de obra mais barata. Trabalho assalariado – o trabalhador vende sua força de produção ao empregador - que também pode ser chamado de capitalista, em troca do salário. Por sua vez, o salário será aquele que o capitalista entende como justo: frequentemente, uma quantia suficiente para que o trabalhador possa se manter, caracterizando um meio de subsistência. Classes sociais – o sistema capitalista pressupõe uma divisão de classes, que surge das relações desiguais: a classe burguesa e a classe proletária. (LIMA, 2019, p. 49)

Essa reorganização está associada ao processo das relações de trabalho, mediante as formas de produção preconizadoras da evolução das sociedades mundiais. Essa evolução produtiva está relacionada às forças do trabalho artesanal, manufaturado ou industrial, respectivamente, e obedecendo naturalmente a sequência evolutiva dos povos.

Vidal *et al*, (2019, p. 20), classifica os modos de produção pré-capitalista em primitivo, asiático e feudal. No modo primitivo o sistema produtivo era coletivo, todos trabalham em sociedade, o resultado era coletado e dividido entre si, não sofrendo a interferência do Estado, pois não existia a propriedade privada. O modo de produção asiático se caracteriza pelo surgimento do Estado, a sociedade é organizada e é comandada por uma entidade abstrata centralizadora e que estaria acima da coletividade, ficou conhecida como sociedades hidráulicas, uma vez que se alojavam próximo dos rios para se beneficiarem, pois trabalhavam com a agricultura com técnicas de irrigação. A sociedade feudal caracteriza como modo de produção com base nas grandes propriedades pertencentes a nobreza e ao clero. Nela o servo trabalhava para subsistência nas glebas e recebiam em troca dos senhores feudais proteção militar e do clero ajuda espiritual.

No período pré-capitalista o processo de mudança é lento e gradual. Onde antes, no primeiro modo não se via a presença do Estado, no outro este surge mediante a necessidade natural de reorganização, porém, no último modo de

produção, desse período, a percepção da “posse” se estabelece de forma clara e com força de poder dominante.

Outro aspecto a ser reportado por Vidal; Gondin (2019) é com relação ao crescimento das vilas e cidades, pois com movimentos do êxodo rural surgem à disseminação do comércio, tanto das regiões vizinhas quanto das distantes, surgindo também as Cruzadas<sup>1</sup>, que foi relevante para o aumento e expansão do comércio, com surgimento de novas cidades e indústrias, alterando-se, contudo a dinâmica de produção, assim:

O primeiro movimento de expansão demográfica das metrópoles modernas nutriu-se da população que migrava do campo. Porém, as cidades ainda necessitavam da agricultura para obter alimentos e matérias-primas, o que aqueceu o fluxo comercial urbano-rural. Surgiram ofícios especializados em ambos os territórios. Além disso, de acordo com Hunt (2005), os camponeses do feudo sentiram-se cada vez mais estimulados a produzir excedente para trocar por dinheiro. A receita adicional era usada para pagar taxas devidas ao senhor feudal, liberando o servo do trabalho forçado. Outra questão importante a contribuir para a ascensão de um novo modo de produção foi a “alienação do domínio dos senhores feudais” (Hunt, 2005, p.13). Para adquirir bens de luxo produzidos pela indústria, eles arrendavam suas terras para os camponeses. As aglomerações urbanas e suas indústrias, as especializações campo-cidade e a alienação do domínio dos senhores feudais contribuíram para que o modo de produção feudal decaísse. A pá de cal foi a Guerra dos Cem Anos e a peste negra, primordiais para o completo esfacelamento do feudalismo. A guerra e a epidemia despovoaram a Europa. Consequentemente, a falta de mão de obra provocou um aumento nos salários de todos os trabalhadores. A nobreza dos feudos reagiu à perda de riqueza tentando enrijecer as obrigações dos servos, o que incitou revoltas camponesas. Entre o final do século XIV e o início do século XVI, os conflitos de classe europeus causaram milhares de mortes. (VIDAL; GONDIN, 2019, p. 30).

Em meio à decadência natural do feudalismo, surge um novo modelo de modo de produção, com características mais duradouras: o capitalismo. Este por sua vez é baseado na propriedade privada, dominando os meios de produção com objetivo de acumular riquezas.

Santiago (2015) assinala os fatores contribuintes para essa decadência do feudalismo:

[...] a circulação monetária desenvolve-se, a propriedade absoluta progride (em lugar de retroceder) diante da propriedade feudal, os homens livres (ricos ou pobres) são cada vez mais numerosos que aqueles ainda vinculados às relações feudais, a cidade adquire uma grande importância ao lado dos campos, constituem-se fortunas mobiliárias, os impostos do Estado vem competir com os tributos senhoriais: todos estes atos são ameaças à pureza do regime feudal e preparam sua desagregação. Alguns

---

<sup>1</sup> Século XI.

deles aparecem desde o século XI, daí sucedendo que, localmente, pode ser esboçado um modo de produção capitalista. (SANTIAGO, 2015, p.37).

Com o esfacelamento do feudalismo, o capitalismo, no século XV, é impulsionado, segundo Santiago (2015), pelas crescentes invenções que modificaram as forças produtivas da época, inclusive ultrapassando as técnicas agrícolas surgindo nesse momento fornos, evolução do pensamento humano, desenvolvimento da ciência, invenção da imprensa, técnicas indústrias para elevação da produção, ou seja, um grande impulsionamento para o porvir, a Revolução Industrial do século XVI.

Para Michel Beaud (2004, p.122) a ascensão do capitalismo ocorrido entre 1800 a 1870, retrata as condições de acumulação do capital, primeiro na riqueza do príncipe, depois das finanças reais, do enriquecimento da nação<sup>2</sup>, em seguida do trabalho e da manufatura. Agora é direcionado ao trabalho produtivo, permitindo o excedente em escala ampliada de produção. As classes produtivas ascendentes adotam ideias liberais, firmando-se a ideia de nação contra o rei, pois no período colonial, com mão de obra de escravos e índios favoreceu o enriquecimento de países colonizadores. Ainda na ideia de construção da formação da riqueza por meio da exploração dos recursos naturais, ocorreu a expansão do comércio de especiarias como garantia de força e poder perante as grandes nações. Com as Cruzadas, ocorreu na Europa o desenvolvimento urbano e conseqüentemente o desenvolvimento comercial, multiplicando a produção, fortalecendo o capitalismo, e dizimando as bases feudais.

Weber (2006) retrata o desenvolvimento do capitalismo, segundo ele a existência deste está relacionada à produção, não importando a necessidade social, mas o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais.

Desse modo, Weber, (2016) preconiza condições do capitalismo moderno, para ele a contabilidade racional dos capitais soa como norma para todas as relações empresariais, fazendo cobertura às necessidades rotineiras. As condições descritas por ele são:

Apropriação de todos os meios materiais de produção (terra, aparelhos, máquinas, ferramentas etc.) como propriedade livre por empresas industriais ou comerciais privadas e autônomas. Trata-se de um fenômeno apenas conhecido em nossos tempos; somente o exército constitui exceção

---

<sup>2</sup> Mediante exportações.

em toda parte; Liberdade de mercado, isto é, liberdade do mercado de restrições irracionais da circulação e mercadoria; tais restrições podem: a) ser de natureza estamental, quando pela condição estamental prescreve-se um determinado modo de viver ou quando o consumo é padronizado com respeito a essa condição; ou podem: b) existir devido a monopólios estamentais. Quando, por exemplo, o indivíduo pertencente ao estamento dos burgueses (habitantes dos burgos/cidades) não podia possuir nenhuma propriedade senhorial de cavaleiro; ou quando o cavaleiro ou labrador, por sua parte, não podiam exercer nenhuma atividade de indústria ou comércio; quando, portanto, não existe nenhum mercado livre, nem de trabalho nem de bens; Técnica racional, ou seja, maximamente calculável e, por conseguinte, mecanizada, tanto na produção quanto do transporte, não somente dos custos de produção como também dos custos de movimentação dos bens; Direito racional, isto é, calculável. A economia capitalista, para operar de modo racional, precisa poder confiar num judiciário e numa administração calculáveis. Isso não estava garantido nem nos tempos da polis helênica, nem nos Estados patrimoniais da Ásia, nem nos ocidentais até a dinastia dos Stuarts. A justiça particular dos reis, com suas concessões de mercês, trazia constantemente perturbações para os cálculos da vida econômica; portanto, a frase “O Banco da Inglaterra apenas cabe numa república, não numa monarquia” (cf. p.232) correspondia às circunstâncias do tempo; Trabalho livre, o que significa haver pessoas que não somente estão em condições jurídicas, mas que também se veem; a vencer livremente sua força de trabalho no mercado. Constitui condição contraditória à natureza do capitalismo, e impossibilita – e, portanto, obrigada a vender sua capacidade de trabalho – e, igualmente, quando existe somente trabalho não livre. Apenas na base do trabalho livre pode haver cálculo racional de capitais, ou seja, quando, devido a existência de trabalhadores que se oferecem formalmente de modo voluntário – mas de fato compelidos pelo chicote da fome - é possível calcular prévia e exatamente os custos dos produtos com base em unidades de tarefas; Comercialização na economia, pela qual se entende o uso generalizado da forma de títulos de valor para direitos de participação em empresas e, igualmente para direitos patrimoniais. Resumindo: a possibilidade de orientar a cobertura das necessidades exclusivamente visando oportunidades de mercado e rentabilidade. Juntando-se a comercialização às outras características do capitalismo, aumenta a importância de outro elemento ainda não mencionado, a especulação. No entanto, esta somente pode ganhar tal importância a partir do momento em que bens patrimoniais assumem a forma de títulos de valor transferíveis. (WEBER, 2016, p.15).

Vidal; Gondin (2019, p. 42) afirmam que o aumento da produção, o êxodo rural, o crescimento das cidades, disseminação do comércio, novas dinâmicas de produção no campo, e com o advento das Cruzadas e Grandes Navegações, foram fatores preponderantes para o surgimento do capitalismo. O autor segue afirmando que:

[...]durante o período de transição, é importante referenciar o movimento dos cercamentos, que começou na Inglaterra no XV e XVI. Os cercamentos e o crescimento populacional levaram à destruição dos laços feudais que ainda existiam, criando uma nova força de trabalho (HUNT, 2005; VIDAL; GONDIN, 2019).

De acordo com Bielschowsky, (2000, p. 242), o pensamento de Celso Furtado<sup>3</sup>fala de um momento anterior a revolução industrial, onde o “desenvolvimento econômico era basicamente um processo de aglutinação de pequenas unidades econômicas e de divisão geográfica do trabalho”. O resultado do aumento da produção era absorvido pelos promotores dirigentes do comércio, detentores do capital e do lucro. Esse lucro permitia a abertura de novos postos de trabalho, produzir efeitos a investimento, como o financiamento para a expansão comercial. Restava a classe trabalhadora apenas o trabalho produtivo. Segundo Furtado, (2000):

Nas economias pré-industriais, o lucro — quando resultante de operações efetuadas dentro do próprio sistema econômico, e não do intercâmbio externo — consistia, em grande parte, numa apropriação direta de bens e serviços à disposição da coletividade. Assim, o lucro do proprietário agrícola era aquela parcela do produto da terra que permanecia em suas mãos para sustentar a família e outros dependentes; o do comerciante provinha dos bens e serviços consumidos diretamente, assim como do ouro que ele conseguia amoedar e que lhe permitiria aumentar o giro do negócio. Se os estoques no fim do ano estavam em nível mais alto que o desejado, planejava-se uma redução nas compras e tudo voltava à normalidade. Esse tipo fácil de ajustamento não poderia, entretanto, ocorrer em uma economia industrial (FURTADO, 2000, p.243).

Com o desenvolvimento industrial, com produção em massa e redução de custos pelo volume produzido, o lucro se tornava mais atrativo aos investidores. Em contraponto, a desordem da produção artesanal em face de industrial favorecia o aumento de mão-de-obra, e pelo número de oferta, os salários eram baixos, e a classe trabalhadora, mais uma vez, ficava a margem dos bônus econômicos dos produtos pelo novo mercado, agora traçado por um processo produtivo mais dinâmico, com o uso da tecnologia. Segundo Furtado, (2000) fala que:

“após um longo período de desenvolvimento comercial intenso que engendrou uma grande expansão colonialista, ao mesmo tempo que intensa belicosidade (ao alcançarem as linhas de comércio uma quase saturação), o problema dos custos de produção se foi aprofundando no campo econômico como um elemento de crescente importância. [...] a forma extensiva de crescimento da era mercantilística — que visava à abertura de novas frentes de comércio, nem que fosse pela violência— foi dando lugar a um novo estilo de crescimento em profundidade, cuja força dinâmica resultava das próprias transformações internas do sistema econômico (FURTADO, 2000, p.245).

---

<sup>3</sup> Em textos selecionados, cap. 5. Desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Segundo Furtado (2000) o modelo do desenvolvimento industrial está alinhado às práticas produtivas, como a diminuição dos custos de produção. Assim, para a expansão do comércio era necessário a circulação de mercadorias produzidas à outros mercados para se conseguir maiores lucros, “após um longo período de desenvolvimento comercial intenso que engendrou uma grande expansão colonialista...”. O objetivo da colonização era atrair novos consumidores para os bens de consumo, pois com o crescimento mercantil por meio dessa prática abrir-se-ia novas frentes de comércio.

A ciência contribuiu para o desenvolvimento do comércio, com a implantação de novas técnicas de produção que permitisse o avanço da indústria, as condições econômicas das novas técnicas é que determinava como seriam as condições de cada fase do processo produtivo.

Alinhada as práticas capitalistas como modelo de desenvolvimento econômico, é importante destacar a participação fundamental do processo de expansão mercantil, isto é, deslocar para fora da Europa uma economia de consumo, pois este foi o fator primordial para a abertura de novos mercados e disseminação do comércio.

A representatividade do capitalismo na expansão colonial para abertura de mercado de consumo configurou um arranco aos novos continentes, como nos Estados Unidos, que usou o sistema como meio de enriquecimento da nação, inclusive a custos da escravidão promovida pela África, como forma de desenvolvimento. O Brasil também arrebatou por séculos a escravidão como mão de obra produtiva para fortalecer economicamente a classe dominante e deixar a população alheia aos benefícios do “desenvolvimento”.

Entender o que de fato era o modo de produção capitalista e como estava modificando o cenário para as transformações do mundo moderno era essencial. Nessa linha de pensamento Vidal; Gondin, (2019) retrata:

O modo de produção capitalista é caracterizado pela separação entre trabalhadores livres, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, e capitalistas, que são os donos dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias com fins lucrativos. (Sandroni, 2010). Na mesma linha de raciocínio, Hunt (2005) afirma que o sistema capitalista foi criado a partir do momento em que os costumes e a tradição presentes no feudalismo deram lugar ao mercado e à busca pelo lucro monetário na determinação das ordens econômicas que viriam a interferir na produção. Ao longo da história, vários pesquisadores e intelectuais buscaram definir o modo de produção capitalista. Para Weber (1982), o

capitalismo é caracterizado essencialmente pela burocracia, com predomínio do comportamento racional. As empresas deixaram de ser domésticas, passando a requerer sistemas contábeis e administrativos eficientes (VIDAL; GONDIN, 2019, p. 44).

Para elucidar a evolução do capitalismo, Vidal; Gondin, 2019, p.45 destacam, com base em Sandroni (2010), as fases do capitalismo como sendo: o capitalismo comercial ou mercantilista (Revolução Comercial); capitalismo industrial (Revolução Industrial); e capitalismo financeiro ou monopolista (Empresas Monopolistas).

A primeira fase é representada pela Revolução Comercial, marcada pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais, defendendo o comércio exterior protecionista, visando à acumulação de riquezas. Nesta fase percebe-se o papel central do Estado, no que diz respeito a políticas e estratégias para a proteção e interesses comerciais.

Na segunda fase, ainda segundo Vidal; Gondin, (2019) é definida pela Revolução Industrial, tendo como característica a evolução tecnológica, econômica e social ocorrida na Europa entre os séculos XVIII e XIX. As etapas que antecederam esse período foram evidenciadas pelo renascimento do comércio, desenvolvimento do artesanato e a Revolução Comercial. Como características básicas da Revolução Industrial destacam-se pelas inovações da indústria têxtil e tecnológica, substituição da força humana e animal pela automação, o aparecimento das máquinas a vapor e tear, surgimento do sistema fabril, de locomotivas a vapor e navios, possibilitando o aumento da produção, além da comercialização dos produtos a países próximos, por meio da navegação, com a interligação e expansão do mercado consumidor. Essa expansão permitiu o crescimento das cidades e da população. Todo esse contexto possibilitou a alta da produtividade, o aumento dos lucros, conseqüentemente, o trabalho assalariado e o consumo em massa. Neste contexto o Estado guiava-se pelo liberalismo econômico, assim temos:

Apesar das profundas transformações econômico-sociais que se estenderam para além da Inglaterra em caráter permanente, a Revolução Industrial não deixou de ser um processo contraditório. De um lado era possível notar o aumento da produtividade e o aprofundamento da divisão social do trabalho. Do outro era perceptível a miséria da maioria dos trabalhadores, obrigados a trabalhar até 16 horas por dia. Eram coagidos com a ameaça constante de desemprego, além de serem privados de direitos políticos e sociais. Essa situação levou a formação dos primeiros

sindicatos, à elaboração do pensamento socialista e da erupção de diversas revoltas de trabalhadores. (VIDAL; GONDIN, 2019, p. 53).

No que diz respeito à terceira fase, o autor apresenta o Capitalismo Financeiro, que ocorreu no fim do século XIX e até a metade do século XX, ascendendo por meio da industrialização a outros países da Europa e América do Norte. Com o crescimento de grandes indústrias, inicia-se um novo modo de investimentos, cujo produto agora é as ações, os imóveis, os títulos, cujo objetivo é alcançar lucro de maneira mais dinâmica e elevada, aproveitando-se da variação de preços.

Vidal; Gondin, (2019), segue a descrição da terceira fase destacando o produto financeiro como meio de exploração do capital, ou seja, exemplifica como produto “as ações de empresas, os juros, os financiamentos, os empréstimos e os investimentos. Começa a ocorrer um movimento de fusão do capital, que passou a ser gerido por instituições financeiras ou empresas multinacionais...”.

Com o desenvolvimento dessa terceira fase, o capitalismo disparou em ganhos vultosos, aumentando o poder do capital de empresários e distanciando cada vez mais a burguesia da classe trabalhadora. Como consequências do processo de monopolização das instituições têm-se:

Holding é o processo pelo qual uma empresa mantém o controle sobre as outras empresas mediante a posse majoritária de ações (SANDRONI, 2010) [...]. Truste, por sua vez, é “um tipo de estrutura empresarial na qual várias empresas, já detendo a maior parte de um mercado, combinam-se ou fundem-se para assegurar esse controle, estabelecendo preços elevados que lhe garantam elevadas margens de lucro” (SANDRONI, 2010, p.859). Ressaltamos, no entanto, que os trustes são ilegais em muitos países. No Brasil, por exemplo, para que ocorra uma fusão entre empresas, há uma avaliação detalhada a ser feita pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O órgão tem poder para impedir a negociação caso entenda que ela ameaça a livre concorrência, o interesse do consumidor ou, até mesmo, a economia nacional [...]. Cartéis referem-se, de acordo com Sandroni (2010), a um grupo de empresas independentes que formaliza um acordo para atuar coordenadamente com vistas a interesses comuns. Note que, nesse caso, as empresas mantêm sua autonomia. Elas atuam conjuntamente com vistas a objetivos comuns [...].Oligopólio ocorre quando poucas empresas controlam a maior parcela do mercado (SANDRONI, 2010), sem, no entanto, terem qualquer ligação formal entre si [...].(VIDAL; GONDIN, 2019, p. 55).

Com a expansão e crescimento do capitalismo no mundo, regimes socialistas e comunistas, perderam espaço, embora muitos pensadores e seguidores sustentem suas ideias, o capitalismo tornou-se um caminho sem volta.

Assim, Gaudêncio Frigotto (1995) inicia sua obra ressaltando:

É difícil, mesmo para aqueles que transformaram o marxismo (de Marx) de teoria da história e profunda ontologia em doutrina ou crença, não reconhecer o colapso do socialismo realmente existente e a necessidade de questionar pressupostos teóricos e estratégias políticas que tomaram como referência o pensamento e a obra de Marx e Engels. Isto, todavia, não significa, como veicula a ideologia hoje hegemônica, que o projeto socialista é uma quimera do passado, a teoria histórica de Marx e Engels está morta, e finalmente, a humanidade aprendeu a respeitar as leis da liberdade natural do mercado, da livre concorrência e que, portanto, o capitalismo é a forma de organização social definitiva e desejável da humanidade (FRIGOTTO, 1995. p.15).

Prova disso é o processo de globalização, que é fruto do capitalismo financeiro, é, pois caracterizado pela expansão do mercado mundial de produção, bens, serviços, capitais e informação, isto é, pela abertura e liberação dos mercados com fim de barreiras alfandegárias(VIDAL; GONDIN, 2019, p.56).

Para Lima, (2019, p. 51), “[...] a sociedade capitalista tem alguns elementos que lhe são peculiares e que permeiam as relações desiguais de apropriação da mercadoria produzida [...]”, ou seja, é a estratificação social, isto é, as desigualdades sociais constituídas pelas camadas sociais influenciadas pelos valores e cultura, propagadoras da consciência social fragilizada.

Lima, (2019) descreve as classes sociais em burguesia e proletariado, onde a primeira detêm o capital e os bens produzidos, vivendo num privilégio graças à força de trabalho do proletariado que economicamente fica em posição inferior. Assim, “no sistema capitalista, a distribuição econômica é fator determinante para a organização das classes sociais”. O autor tipifica ainda as classes sociais em: Classe Alta (menos numerosa e maior nível de renda – classe dominante), Classe Média (grupo social entre a burguesia e proletariado), e a Classe Baixa (trabalhadores com baixo nível de escolaridade e renda – classe dominada) (LIMA, 2019, p. 55).

Percebe-se que ao longo da história apensar das alterações que ocorreram e ocorrem por conta da evolução da sociedade e das tendências de comportamentos, as circunstâncias econômicas, políticas e sociais se mantêm, isto é, as lutas de classes baseiam-se no modo como os desprivilegiados lutam, em épocas distintas, para garantir seus direitos.

## 2.2 Teorias do desenvolvimento

Diante do contexto teórico já construído sobre capitalismo e classes sociais é inerente discorrer o entendimento teórico acerca de desenvolvimento.

A trajetória da história da formação do mundo desde o surgimento da civilização até a Revolução Industrial é longa e encantadora, porém, longe de esgotar o tema dessa área de conhecimento, o enfoque apresentado se dará a partir da constituição do capitalismo e suas conseqüências abordando o conceito antropológico de desenvolvimento para o entendimento da realidade do Estado do Amapá.

Mas o que é desenvolvimento? Como mensurar se um País, Estado ou cidade é desenvolvido? Qual a relação que pode haver entre desenvolvimento e subdesenvolvimento?

As teorias de Schumpeter escritas por Niederle; Radomsky, 2016, p. 19, “o aspecto fundamental do desenvolvimento econômico diz respeito ao processo de inovação e às suas conseqüências na organização dos sistemas produtivos”, isto é, para que ocorra o crescimento econômico é necessária à geração de novos produtos e processos, provocando investimentos em inovação que tendem a dinamizar o crescimento, e como conseqüência, ocorre o efeito em cadeia de produção, emprego, renda e salários.

Ainda nessa teoria, um segundo ponto estabelece a distinção entre crescimento e desenvolvimento, ou seja, é o “resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico”. Assim, Schumpeter (1982), segundo Niederle; Radomsky, (2016), “vê no desenvolvimento um processo de outra natureza [...] gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o seu movimento regular e ordenado”.

Para Rostow, (1960) a teoria do desenvolvimento constitui como “método econômico de encarar sociedades integradas, em nenhum sentido implicam que os mundos da política, da organização social e da cultura sejam uma simples superestrutura constituída sobre a economia e oriunda exclusivamente dela”.

Desse modo, Rostow, (1960, p. 15) pressupõe que, para um país atingir o desenvolvimento, deve apresentar cinco etapas, a saber: “sociedade tradicional; as

precondições para o arranco ou a decolagem; o arranco; a marcha para a maturidade; e a era do consumo em massa”.

Niederle; Radomsky (2016), descreve as cinco etapas do desenvolvimento, segundo a teoria de Rostow (1960), a saber:

...à primeira etapa, esta se refere à sociedade tradicional, a qual é definida em relação à sociedade moderna e se identifica liminarmente pela insuficiência de recursos. Nesse sentido, Rostow entende tratar-se de uma economia baseada na produção rudimentar e tradicional, que busca a subsistência e prioriza o trabalho, cujos principais recursos provêm da agricultura e que não obtém senão limitada quantidade de capital. De acordo com esta visão economicista, a sociedade tradicional traduz-se em incapacidade de produção de excedentes e, conseqüentemente, de acumulação, sendo fadada a viver com limites bem precisos, sem perspectivas de ascensão ao crescimento econômico. Contudo, acredita Rostow que as mudanças sociais, na sociedade tradicional, estariam condicionadas a fatores internos, ao passo que as sociedades que não sofressem tais evoluções e mudanças sociais as experimentariam graças à interferência de fatores externos, como efeito dos processos de colonização, por exemplo; ...na segunda etapa, encontra-se uma sociedade em processo de transição, na qual surgem os primeiros sintomas do que o autor considera “o princípio do arranco ou decolagem”. Diferentemente da primeira fase, onde a produtividade é limitada, nesta etapa busca-se romper com os fatores que determinam rendimentos decrescentes, sobretudo mediante o aumento da especialização do trabalho e a modernização tecnológica. Ao mesmo tempo, sugerem-se mudanças relevantes nos itens relativos ao conhecimento, na política e nos sistemas de valores, os quais alavancariam a produtividade e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Saliente-se que esta é considerada a etapa mais importante entre as descritas por Rostow, pois ela sinaliza um marco para todas as demais, as quais passam a ter suas características balizadas pelas configurações definidas nesse processo de transição. No entanto, como esta sociedade em transição ainda mantém características da sociedade tradicional, a economia continua bastante limitada. Apenas de forma incipiente, começam a emergir os primeiros empreendimentos, fator primordial para o desenvolvimento, juntamente com a expansão dos comércios interno e externo, em um Estado operativo, capaz de incrementar as mudanças tecnológicas e socioculturais que a modernização exigiria ...na terceira fase, que o autor chama de “arranco”, o desenvolvimento sobrepõe-se às resistências e bloqueios que limitavam as mudanças econômicas e sociais já ocorridas na segunda fase. Já não há amarras – tecnológicas, políticas, institucionais, morais, etc. – que impeçam o desenvolvimento, o qual é definido como uma revolução industrial. Nesta etapa, fomenta-se a industrialização e ocorre a migração de mão de obra predominantemente rural para o setor industrial. Constroem-se as bases da “sociedade moderna”, não apenas do ponto de vista econômico, mas também como alavanca para o surgimento de um novo sistema político, institucional e social; ...a quarta etapa, que o autor chama de “marcha para a maturidade”, agrega o aumento da tecnologia moderna, o incentivo à produção e a busca pela diversificação de produtos. A mão de obra reduz-se ainda mais no campo, em contraponto ao aumento da mão de obra especializada nos centros urbanos. Assim, graças a vários incentivos, sobretudo por parte do Estado, alguns bens anteriormente importados passam a ser produzidos internamente. Consolida-se aqui a ideia de que, por meio da inovação técnica, pode-se produzir tudo ou quase tudo; e isso redundará no afloramento de novas áreas produtivas, bem como na possibilidade de

importação de novos produtos para o mercado; ...na quinta e última etapa, compreendida como “era do consumo em massa”, Rostow completa seu modelo focando o consumo de uma sociedade industrial massificada, que, a partir do aumento da renda per capita, estimula um sistema econômico centrado no consumo intensivo, tanto de alimentos e vestuário quanto de bens duráveis. Verifica-se, por consequência, além disso, um aumento na busca por uma melhor distribuição de renda.

Diante as diversas teorias de desenvolvimento, outro autor que retrata do pensamento acerca do tema é Albert Hirschman, onde Niederle; Radomsky (2016), p.39, descreve seus pressupostos assinalando que:

[...] desenvolvimento também está associada à sua preocupação com a questão da equidade social. Enquanto uma parcela expressiva da economia do desenvolvimento insistia na necessidade da manutenção de taxas elevadas de crescimento econômico a qualquer custo – no Brasil, Delfim Neto, Ministro do Governo Geisel, afirmava a necessidade de “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo” – e os teóricos da dependência apenas revelavam seu pessimismo com as virtudes da industrialização em contextos de subdesenvolvimento, Hirschman mostrava-se particularmente otimista com os rumos da modernidade, mas atribuía ao Estado a função de coordenar o desenvolvimento visando a garantir que a busca pela equidade se constituísse em um componente indissociável desse processo. Levando-se em conta que, segundo Hirschman, o crescimento econômico é inexoravelmente criador de desigualdades, é mister que alguém – o Estado – execute escolhas que favoreçam os desfavorecidos. Isso demanda soluções antagônicas. Mas é papel do Estado gerir uma cadeia de desequilíbrios, tratando desigualmente os desiguais.

O contraponto de desenvolvimento é a análise do entendimento acerca de subdesenvolvimento. Furtado, (1974, p.17) fala que o subdesenvolvimento não está relacionado “com a idade de uma sociedade ou país”, mas está relacionado com a capacidade de acumular capital investindo nos processos produtivos, além da capacidade de acesso aos bens de consumo por parte da sociedade. Uma vez alcançando essa capacidade, passa a condição de desenvolvido, que se caracteriza pela condição de utilizar a produção excedente como meio de incremento as relações comerciais, com base no sistema de exportação e geração de riquezas, utilizando-se desse capital para acumular mais capital.

O cenário do século XIX apresenta transformações econômicas caracterizadas por esse acúmulo de riqueza baseado no aumento da produtividade e da força de trabalho, objetivando intensificar ainda mais a diversificação de produtos para estimular o consumo da população, utilizando a tecnologia como aliado no volume produzido.

Bielschowsky, (2000), usando o pensamento de Celso Furtado, no texto *As estruturas subdesenvolvida* aponta três linhas do dinamismo do desenvolvimento econômico. Na primeira linha caracteriza a desordem da economia pré-capitalista em detrimento da estruturação do processo produtivo, com a utilização de muita mão-de-obra. A segunda linha reporta-se ao deslocamento de fronteiras, com a expansão a expansão marítima e conquista de novas terras para povoamento, tornando-se futuros consumidores dos produtos produzidos nas indústrias. E na terceira linha, foi a expansão em regiões já ocupadas e “densamente povoadas, com seus sistemas econômicos seculares, de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista.

O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se a abertura de linha de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e de intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista, constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253).

Nesse contexto, segundo Bielschowsky, (2000), o subdesenvolvimento é “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pelo qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Leva-se em consideração as particularidades de cada região, a forma de conduzir os meios capitalista e forma como as atividades são conduzidas, isto é, como a renda é gerada e distribuída na coletividade, o volume de mão de obra empregada no processo, o nível de salário real médio e quantidade de imposto que se pag. Quando maior for a redução dos impostos, mais atrativo se torna o investimento.

Em relação ao desenvolvimento do Estado do Amapá, é necessário destacar o contexto histórico acerca do processo evolutivo do Brasil, bem como analisar o cenário demográfico, social, político e econômico, pois, em relação a outros Estados, o Amapá foi palco de pouca notoriedade ao longo dos séculos.

Assim, reportando-se a gênese brasileira e considerando o andamento dos acontecimentos realizados ao redor do mundo, a constituição do solo Brasileiro se deu a partir de 1500, isto é, final do século XV, início do XVI, logo, enquanto o

restante do mundo experimentava diversos contrapontos ao longo da história, no Brasil os europeus pisavam em solo pela primeira vez, ainda com viés de colonização para exploração. Nesse início do século XVI, encontrava-se a região demograficamente vazia, do ponto de vista da grande área de extensão territorial, pois os únicos habitantes eram os indígenas que viviam dos recursos naturais da região.

Fausto, (1996) retrata a história do Brasil por três períodos desiguais: 1) em 1500 com chegada de Cabral à instalação do governo geral em 1549; 2) de 1549 percorrendo um lapso de tempo entre o governo geral até o fim do século XVIII; 3) início do século XIX até a Independência, em 1822.

No primeiro período, caracterizado pela posse da nova terra, habitado por índios que viviam da subsistência, como a caça e a pesca, e com escassez do comércio. No segundo momento, o modelo de colonialismo exploratório, onde os europeus iniciaram a “colonização que irá se consolidar ao longo de mais de dois séculos com marchas e contramarchas”, utilizando-se da força e da mão de obra escrava. E no terceiro momento, faz “referência para indicar um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias, que dão origem a crise do sistema colonial e aos movimentos pela independência”.

Para Sawaya (2017, p. 114) “o processo de industrialização no Brasil sempre permeou as discussões sobre o crescimento da economia brasileira”. A colonização iniciou o povoamento e as explorações das colônias, passando por vários ciclos ao longo de sua trajetória. Entretanto, ressalta-se que algumas questões foram relevantes a cerca do desenvolvimento do Brasil, segundo Sawaya , (2017):

A estrutura, o processo de implementação da industrialização, a importância da mão de obra qualificada, a questão da dependência, foram e é pauta nos estudos econômico que se debruçam nas questões relevantes sobre desenvolvimento econômico no Brasil. Nos últimos tempos assistimos a volta do debate entre neoliberais e estruturalistas reconhecidos em outros tempos como monetaristas e desenvolvimentistas (SAWAYA, 2017, p. 114).

Para melhor elucidar o momento da política brasileira retratada desde o início do Brasil República, Sawaya (2017) fala:

[...] quando segmentos importantes da sociedade civil, através de seus movimentos sociais, passam a interferir nesse debate, toma fôlego a discussão sobre a necessidade de se superar o jugo colonialista e a dependência do país frente ao mercado externo ou aos interesses dos

países hegemônicos. O debate entre os defensores do modelo “produtor agrícola extrativista mineral” versus “desenvolvimento das atividades industriais” tornou-se ainda mais acirrado, a partir da crise mundial de 1929 que desencadeou um forte estrangulamento externo, ou seja, escassez de divisas, devido à crise do balanço de pagamentos originária da queda da renda das exportações de café frente à forte dependência do mercado interno do país dos produtos importados. O debate sobre a industrialização brasileira ganha força na década de 1940 [...] (SAWAYA, et al, 2017, p. 114).

Para Kon; Borelli, (2015) a década de 1940 foi um período de “transição da atividade agrícola para a atividade industrial”, simbolizando, contudo a superioridade da atividade industrial em relação a agrícola, pois esse processo foi fundamental para superação da condição de subdesenvolvimento.

Inúmeros são as teorias que trata do desenvolvimento, porém, de acordo com Sachs, (2004, p.71) “desenvolvimento é um conceito multidimensional: os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica)”, entretanto oferta análise de situação em países mais ou menos desenvolvidos, tratando das diferenças entre eles, considerando tamanho, população, demografia, patrimônio natural, cultural, posição estratégica de localização, a geopolítica e sua história. Esses aspectos são relevantes na hora de classificar cada país, pois se deve tomar cuidado com as “armadilhas de pobreza estrutural em virtude do acentuado subdesenvolvimento de suas forças produtivas, agravado por um ambiente internacional desfavorável [...]”.

Nessa percepção Sachs, (2004) reporta-se ao seguinte comentário:

[...] apesar dessas desvantagens, esses países têm um potencial latente para construir estratégias de desenvolvimento nacionais, incluídas, sustentáveis e sustentadas, capazes de quebrar o ciclo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza, dentro de um esquema de economias mistas, devidamente regulamentadas por estados desenvolvidos enxutos, limpos e democráticos. Evidentemente, eles poderiam ser muito auxiliados nesse esforço por ações internacionais efetivas. No entanto, não existe quantidade suficiente de ajuda externa capaz de substituir a mobilização dos recursos internos – físicos ou humanos. Da mesma forma, a ausência dessa ajuda não deve ser invocada como pretexto para adiar a reflexão sobre as estratégias nacionais de desenvolvimento. O “desenvolvimento a partir de dentro” (O.SUNKEL, 1992) é a melhor, se não for a única oportunidade para o desenvolvimento, mesmo em países pequenos. Mercados internos dinâmicos melhoram a competitividade sistêmica das economias nacionais (SACHS, 2004, p. 70).

Passado os trinta anos de Estado (1988 a 2018) discutem-se o grau de desenvolvimento do Amapá ao longo desse período. Pertencente a uma das regiões

mais ricas do mundo, a Amazônia, com projetos e programas para o crescimento econômico, com grande potencialidade natural, territorialmente vem posicionada, como entender a realidade social objetiva vivenciada atualmente? Como explicar a condição de subdesenvolvimento ainda presente na sociedade amapaense. Em linhas gerais, a discussão adiante, apresentará um real cenário para que possamos fazer uma reflexão e análise da conjuntura futura.

### 3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO AMAPÁ

Neste capítulo abordam-se a trajetória social, política e econômica do Amapá, num panorama que abrange desde a origem da formação da sociedade, passando pela transformação do Amapá Colônia ao Amapá Território, bem como um diagnóstico do processo de desenvolvimento ocorrido ao longo desse período.

Para isso, há necessidade de entendimento do contexto histórico desde o Brasil colônia, e a formação da Amazônia, pois o Amapá integra essa rica região. No entanto, para a compreensão da realidade objetiva, a formulação do presente cenário, até as projeções de fenômenos futuros, reflete-se, a condição de eventos político passado e presente, que interferiram no jogo de interesses das elites com reflexos no desenvolvimento da sociedade amapaense.

De acordo com Oliveira (2012), os estudos da História do Brasil, retratam que desde o início de sua formação, existe uma dependência externa política e econômica que é capaz de restringir a autonomia nacional. A Independência ocorrida no século XIX não lhe garantiu a liberdade de condicionar e gerir seu destino, por isso deve-se considerar a compreensão não somente do passado, mas do presente, e que naturalmente poderá ocasionar reflexos no cenário amapaense e explicar o modo político-social da realidade desse povo.

Os poucos registros históricos do Amapá que retratam um longo processo de expedição e exploração colonizatória que chega a se confundir com a história do Brasil, principalmente no que diz respeito às conquistas expansionistas e sua formação sociopolítica. Muitos conflitos e lutas ao longo de séculos fizeram com que o Amapá tardiamente fosse um dos últimos Territórios a ser elevada a categoria de Estado<sup>4</sup>.

Entretanto, a abordagem realizada é destacada nos principais acontecimentos desse período, isto é, foca nas realizações dos três momentos dessa história que classificamos em: Amapá Colônia, Amapá Território e Amapá Estado. Cada período se torna único, significativo, distinto entre si, porém dinâmico, que faz parte da vida e do desenvolvimento de uma sociedade que desde sempre lutou por autonomia, independência e desenvolvimento econômico.

---

<sup>4</sup> Constituição Federal de 1988.

### 3.1 Amapá Colônia: antecedentes históricos

Na longa conquista do solo amapaense, Santos (1997) descreve os principais acontecimentos históricos que deram origem ao Amapá. No período colonial, com a expansão marítima em busca de novas terras, e com objetivo de conquista e exploração, as Coroas Portuguesa e Espanhola chegaram ao Brasil, para tomada de posse em meio a diversos conflitos. Apesar das disputas, os Espanhóis enviaram navegadores como Vicente Pinzon, Diogo de Lepe e Francisco Orellana para explorarem a região, navegando pelo litoral amapaense. Este último, devido ao insucesso de suas expedições demoveu aos espanhóis o direito de exploração, fazendo com que os portugueses buscassem explorá-las.

Com a morte do rei de Portugal D. Sebastião, este passou ao domínio da Espanha, formando a União Ibérica, que oportunizou Portugal iniciar a conquista da região Amazônica, estabelecendo em 1616, o Forte do Presépio, dando início a cidade de Belém.

A partir de 1610, os ingleses e holandeses impulsionaram interesses de conquistas das terras amapaenses, travando, ao longo dos anos, diversas lutas com os portugueses. Sem sucesso efetivo, suas tropas foram expulsas do solo brasileiro, porém, anos mais tarde, por volta de 1691, foi à vez dos franceses tentarem a conquista do território amapaense, sendo enviada pelo governador de Caiena<sup>5</sup> ao governador do Estado do Maranhão uma carta delimitando a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa pelo rio Amazonas. Em 1697, os portugueses, da mesma forma que expulsaram os ingleses e holandeses, expulsaram os franceses. A luta foi comandada pela tropa de Francisco de Sousa Fundão e pela tropa do comandante João Muniz de Mendonça que levaram os poucos sobreviventes franceses a Belém e os expulsaram de volta a Caiena.

Em 1713 ocorreu o Tratado de Utrecht entre Portugal e França, sob a mediação da rainha inglesa Anne. No tratado estabelecia o limite entre Brasil e Guiana Francesa pelo Rio Oiapoque, entretanto, mais uma vez, anos mais tarde, os franceses não respeitaram o acordo e os governantes da Guiana Francesa impulsionaram ataques aéreos em terra amapaense.

---

<sup>5</sup> Território Francês, a Guiana Francesa, cuja capital é Caiena, território este que se limita com o Amapá pelo Norte.

Tomando como base a obra de Santos (1997), no ano de 1722, o novo governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará<sup>6</sup>, comandado pelo capital-general João da Maia da Gama, ordenou quatro expedições militares que combateu de forma mais intensa as invasões francesas, que foi sendo abatida substancialmente sobre o setentrião pátrio.

No século XVIII, por volta de 1738, garantido o domínio da região, os portugueses se restabelecem em solo amapaense, situando em Macapá uma base militar governada por João de Abreu Castelo Branco, governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Apesar de ser governador, Castelo Branco não pode desenvolver o território amapaense, pois desprovido de recursos financeiros e sem o interesse de Portugal, dificultou o desenvolvimento, impossibilitando o povoamento e fortificação da foz do Amazonas.

De acordo com Santos, (1997) em 1748, depois das reivindicações dos governadores, a região foi transformada em Província dos Tucujus, com a mesma condição política administrativa, pois a Coroa Portuguesa objetivava tão somente a delimitação do espaço geográfico como área de fronteira, controle indígena e combate a invasores estrangeiros.

Apesar das más condições, o povoado de Macapá crescia, de forma precária e insalubre. Anos mais tarde, o então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em missão de demarcação de fronteiras, portou a Macapá para elevar o povoado à categoria de Vila. Em 02 de fevereiro de 1758 criou a primeira Câmara Municipal, empossando seis vereadores e no dia 04 de fevereiro do mesmo ano, fundou a Vila de São José de Macapá. Posteriormente, em 06 de setembro de 1856, Macapá foi elevada a categoria de cidade, por meio da Lei Provincial nº. 261 (SANTOS, 1997, p.36).

Já na condição de Vila, sentiu-se a necessidade de aumentar o reforço da presença militar na região como medida de precaução quanto a invasores, dando início a construção de um forte que pudesse garantir o domínio Português da região. E assim, em 1764, por intermédio do engenheiro Henrique Antônio Gallúcio, iniciou a obra de construção, em pedra, da Fortaleza São José de Macapá, que na época, foi utilizada mão de obra de escravos negros, de indígenas e de nativos da Vila. Em

---

<sup>6</sup> Hoje Estado do Para, Brasil.

março de 1782 o forte foi inaugurado, com objetivo de garantir a segurança da fronteira ao norte do Brasil.

Apesar de todos esses movimentos, a dificuldade de povoamento para outras áreas da Amazônia, incluindo o Amapá, ainda era um problema para a Coroa Portuguesa. Em 1770, o então governador Ataíde Teíve alojou colonos na nova Vila criada nesse ano, a Vila da Nova Mazagão<sup>7</sup>.

A Nova Mazagão apesar de ter sido palco de rivalidades e conflitos, a cidade em um curto período prosperou, já por volta de 1778, se cultivava na região algodão, arroz e cereal, inclusive com abastecimento a cidade de Belém, porém, em 1781, a população foi acometida por uma epidemia de cólera, vitimizando dezenas de pessoas, prejudicando a economia local. Somente em meados de 1782 que a epidemia foi controlada e ocorreu a retomada das atividades agrícolas na região (ANDRADE, 2000, p.66).

Não obstante, a França ainda com ambição as terras brasileiras, reclamou novamente a posse de parte das terras entre os rios Araguari e Oiapoque, frente a seu grande exercito militar, demarcou em 1801 o limite entre as nações, Brasil e Guiana Francesa, pelo rio Araguari.

Com a fuga da Família Real para o Brasil após a invasão ibérica, em 1807 por tropas napoleônicas, a Guiana Francesa foi ocupada por tropas luso-brasileiras com apoio dos ingleses. Com a queda de Napoleão Bonaparte, iniciaram-se entendimentos diplomáticos entre Portugal e França, que segundo Santos, 1997, ficou estabelecido, através do Congresso de Viena em 1815 a devolução da Guiana Francesa a França e que o limite entre os países se deu pelo Rio Oiapoque.

Os franceses não desistiram da conquista das terras amapaenses. Em defesa ao território brasileiro, foi instalada em abril de 1840 a Colônia Militar de D. Pedro II, na margem esquerda do rio Araguari. Em represaria a invasão francesa, a população da capital do império revoltou-se e boicotou produtos originários da França, causando prejuízos econômicos ao país. Com a pressão, o governo retirou as tropas das terras brasileiras, voltando à neutralidade temporária da região.

Em meio às disputas, o contexto nacional girava em torno da Independência do Brasil, apesar de interesses de parte da população pelas ideias liberais, os macapaenses ficaram impedidos de manifestarem-se devido ao controle

---

<sup>7</sup> Atualmente é conhecida como cidade de Mazagão Velho, segundo Santos, 1997.

militar sobre Macapá e Mazagão, na época. Em 07 de setembro de 1822 ocorreu a Proclamação da República, e mesmo com a Independência, a Amazônia continuou a obedecer a ordens da corte portuguesa, até agosto de 1823, data em que os portugueses foram afastados do governo provincial e declarado autonomia nacional ao Estado do Grão-Pará.

Após a Independência, outro assunto que estava em voga no cenário nacional brasileiro era a abolição da escravatura. Em terra amapaense também existia o trabalho escravo, especificamente em Macapá e Mazagão. Segundo Santos, (1997), existiam:

[...] total dependência do trabalho escravo para desacelerar o declínio econômico, estava no fato de, a partir da Independência do Brasil, muitas famílias descendentes de antigos colonos portugueses haverem emigrado para outras regiões da Província, e as que ficaram no município, como os Azevedo, os Rôlla, os Machado e os Picanço, não dispunham de suficiente recursos financeiros para bancar o trabalho assalariado (SANTOS, 1997, p.38).

Apesar dos movimentos revolucionistas, os escravocratas da época tornaram-se redentores, colocando em liberdade seus escravos, contribuindo para miscigenação e cultura da população local.

Porém, apesar de todos os acontecimentos que ocorriam no Brasil, à cobiça pela exploração das terras amapaense não cessou, nem mesmo a conquista estrangeira. Com a descoberta de ouro em abundância na região, com aumento demográfico, imigração, aventureiros, inclusive de brasileiros de outras regiões, recomeçou as disputas pela posse das terras entre Brasil e França.

Os governantes franceses desobedeceram ao acordo de neutralização firmado em 1841, pois a exploração de ouro era intensa e produtiva com escoação principalmente para Guiana Francesa e pouco favorecia o Brasil. Usando de poder e força, os franceses expulsaram os garimpeiros brasileiros, pois somente eles poderiam garimpar e comercializar a produção aurífera.

Santos, (1997) relata que o Brasil reagiu à proibição dos brasileiros nos garimpos, pois a intenção real dos dirigentes franceses era o domínio da região para posteriormente anexar as terras a Guiana Francesa.

Em 1894 foi criada uma junta governativa, o Triunvirato, formada pelo cônego Domingos Maltêz, Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho) e Desidério Antônio Coelho, sob a presidência do último, com o objetivo de tomar as

decisões e legislar assuntos econômicos, políticos e sociais da região. Esta junta proibiu os franceses de garimparem em Calçoene e criou, no mesmo ano, o Exército Defensor do Amapá. Os dirigentes franceses acharam abusivas as decisões e prepararam represália aos brasileiros.

Em 1895, Cabralzinho assumiu a presidência do Triunvirato. O governador da Guiana Francesa, M. Charvein enviou tropas ao Amapá, chefiada pelo Capitão Lunier, para render Cabralzinho, porém, este foi comunicado da invasão e preparou-se para resistir. Assim, os milicianos do Exército Defensor do Amapá dominou, desarmou e matou o Capitão, dando início a um tiroteio que deixou seis invasores mortos e vinte e dois feridos. Já sem munição, os brasileiros retiraram-se pela orla da mata.

Com a morte do capitão, os milicianos franceses ficaram enfurecidos e mataram trinta e oito pessoas, entre velhos, mulheres e crianças, feriram outras vinte e duas, e incendiaram casas e saquearam comércios. Além de levarem quatro reféns, onde assassinaram dois e jogaram seus corpos ao mar.

Todo esse conflito gerou comoção nacional no Brasil, enfraquecendo as relações diplomáticas com os franceses, levando os países, em 1897, a solucionarem o litígio pelo arbitramento, onde escolheram o Governo da Suíça para argumentar e proferir sentença. Foi escolhido para defender o Brasil o diplomata José da Silva Paranhos Junior (o Barão do Rio Branco) que sustentava a defesa de que as fronteiras entre os dois países se davam pelo Rio Oiapoque, conforme definido em 1713 pelo Tratado de Utrecht.

Os franceses sugeriram ao Governo Suíço que proferisse sentença conciliatória com definição das fronteiras pelo Rio Calçoene. Rio Branco pediu réplica, reunindo novas provas de acordos anteriores, inclusive com documentos dos arquivos europeus, onde fundamentou com argumentos a defesa brasileira. Assim, em 1º de dezembro de 1900, o Governo Suíço arbitrou sentença, por meio do Laudo Suíço, acolhendo os argumentos do Brasil, reconhecendo o Tratado de Utrecht, confirmando o limite fronteiro entre Guiana Francesa e Brasil pelo Rio Oiapoque, colocando fim a disputa por quase dois séculos pelo domínio das terras amapaenses.

Santos, (1997) descreve em “posse das terras” as novas medidas socioeconômicas e política ditadas pelo Governador do Estado do Pará, Paes de

Carvalho, que determina ainda em dezembro de 1900, visita do Coronel Egídio Leão de Salles em toda a região do Amapá, e este constata a decadência econômica das comunidades. A distância geográfica do centro político administrativo do Brasil, a carência de recursos e os constantes conflitos, agravou a situação da população, bem como seu desenvolvimento.

Preocupado com a soberania brasileira, o então governador criou, em 22 de outubro de 1901 os Municípios de Amapá e Montenegro, com sede na vila de Amapá e Calçoene, respectivamente. Mesmo com a criação dos municípios a situação socioeconômica não melhorou, por isso, em outubro de 1903 foi unificado os Municípios, ficando a denominação de Montenegro com sede na vila de Amapá.

No contexto da evolução política, o Amapá desde o início de sua história sempre ficou a margem do cenário nacional, no sentido de o polo central da administração pública estar no Rio de Janeiro e mais tarde em Brasília, e a mais próxima estar no Estado do Pará, no qual por muitos anos a região ficou sob sua tutela, considerando ainda a dificuldade de povoamento devido sua posição geográfica, naturalmente todo o processo de desenvolvimento ficou comprometido.

Santos, (1997) frisa que além de todas as dificuldades enfrentadas pela falta de recursos, a administração municipal realizada pelos intendentess e coronéis era revezada, ou seja, por vinte anos, entre 1896 a 1916, o Amapá revezou a administração entre Coriolano Jucá e Theodoro Manoel Mendes. Em seguida, diversos outros intendentess governaram o Amapá, porém, somente em 1929, no governo de Otávio Accioly Ramos que a cidade de Macapá ganha um motor gerador de energia elétrica pela primeira vez.

É importante destacar que, apesar do Amapá ter um intendente, a região fazia parte do Estado do Pará e que por muito tempo ficou sob as dependências econômicas, administrativa e política desse Estado, que por diversos fatores, existiam grandes dificuldades em desenvolver a região.

### 3.2 Ocupação e desenvolvimento da Amazônia

A conquista do Brasil e ocupação da Amazônia retrata a busca de um novo mundo que pudesse emergir uma perspectiva de sobrevivência da coroa portuguesa, muito embora essa região inicialmente não despertasse grandes

interesses econômicos, bastou à descoberta de sua grandiosa riqueza natural por meio das expedições colonizadoras, que os olhos portugueses se voltassem a uma região com grande extensão de terras, porém, virgem, desconhecida e quase inabitada.

Segundo Lins (2012), em pleno século XVIII, marco da Revolução Industrial no mundo, principalmente na Inglaterra, Portugal era uma das nações mais atrasadas da Europa, pois sem produção de bens forçava-se a comprar produtos daquele país, além de se aventurar nos caminhos para as Índias em busca de especiarias que suprissem suas necessidades.

Mais de um século depois de descobrir o Brasil, e com as constantes invasões de outras nações em terras brasileiras, Portugal viu a necessidade de se apossar efetivamente da região sobre pena de perder sua conquista. No entanto, foi necessário o enfrentamento a base de diversos conflitos, principalmente com Espanha, Holanda e França, para garantir o domínio brasileiro.

Com a descoberta de ouro e pedras preciosas, o Brasil passa a ser para Portugal a sua grande vitória de soberania no reino, pois encontrou aqui riquezas que iriam garantir estabilidade econômica de seu país.

Devido a grande extensão territorial do Brasil, foi necessária a divisão por capitanias hereditárias, uma dessas foi a do Grão-Pará, que de acordo com Lins, (2012), assim descreve:

[...] o período de 135 anos compreendido entre os anos de 1616 e 1751. O marco inicial deste período foi a fundação de Belém, que deu início à efetiva colonização da região. No ano de 1751 teve início a administração do Marques de Pombal (Ministro de D. José I), e Portugal começou a perceber o valor que a Amazônia poderia ter para sua economia. Quando o governador do Grão-Pará e Maranhão era seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Pombal chegou a considerar uma possível mudança da Casa Real de Portugal para Belém, tendo sido construído o Palácio do Governo com essa finalidade. [...] Os portugueses só vieram a se interessar pela Amazônia 116 anos após o descobrimento do Brasil. A essa altura, holandeses e ingleses já praticavam atividades agrícolas na região do Estuário do Rio Amazonas, protegidas por casas fortes. Vale aqui lembrar que esses dois povos foram responsáveis pela expulsão dos portugueses de suas colônias no Oriente (LINS, 2012, p.100).

O processo de colonização da Amazônia deu-se lentamente devido a sua grande área, porém, devemos nos reportar que antes da chegada dos europeus, essas terras eram ocupadas por índios nativos, os Tupinambás.

Lins, (2012) divide a consolidação da Amazônia em três etapas, sendo: a primeira com Pedro Teixeira, de 1637 a 1639; a segunda com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que negociou acordos com os espanhóis em 1755; e a terceira envolvendo os franceses no Cabo Norte<sup>8</sup>, Municípios do Pará e margem esquerda do Amazonas.

No período colonial, a Amazônia é destacada economicamente pela exploração de pedras preciosas, com mão de obra escrava negra e indígenas, além do cultivo da agricultura e as ‘drogas’<sup>9</sup> dos sertões. Entretanto, apesar de toda a riqueza natural, os portugueses foram incapazes de desenvolvê-la e nem proporcionaram meios para que os habitantes o fizessem.

Destacaremos em linhas gerais os principais aspectos que levaram o interesse pela ocupação da Amazônia.

Inicialmente abordam-se os anos de 1821 a 1920, em que ocorreu o ciclo do látex da seringueira na Amazônia, pois foram instaladas indústrias para a extração do látex e produção da borracha. Este ciclo despertou grandes ambições dos seringueiros, porém, como era uma riqueza esgotável, logo o sonho de desenvolvimento por meio desse extrativismo acabou, pois economicamente não era sustentável, pois sua extração, segundo Lins (2012), era “de forma empírica e primitiva, não tinha o respaldo de estudos econômicos e estratégicos que pudessem prever a futura concorrência de outros produtores”. Nesse período, em função da febre exploratória, ocorreu o maior movimento migratório do Brasil, principalmente de nordestinos que se deslocaram para a Amazônia. Em seguida, ocorreu ainda, segundo Lins, o “segundo movimento migratório do Nordeste para a Amazônia, conhecido como a “Batalha da Borracha””.

Todos esses movimentos despertavam esperanças de trabalho e melhor de qualidade de vida da população, porém, isso não aconteceu, os seringueiros viviam como eremitas e solitários na mata, inclusive colocando suas vidas em risco devido à existência maciça de animais selvagens. A vida dos trabalhadores da “borracha” era penosa, pois a extração natural dessa matéria prima era sazonal, e as condições de trabalho não haviam evoluído, ainda era uma atividade econômica primitiva, logo, a demanda internacional não era suprida, pois o processo industrial

---

<sup>8</sup> Atual Estado do Amapá

<sup>9</sup>Produtos nativos do Brasil como cacau, castanha do Brasil (Pará) e guaraná. (fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acesso 19/10/2019).

em massa não havia aportado na região, assim, aos poucos o ciclo da borracha foi se exaurindo.

Quando nossos governantes finalmente se conscientizaram de que a Amazônia havia perdido a “guerra da borracha”, ainda se tentou reverter o quadro, mas era tarde demais. No primeiro semestre de 1912, o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, criou o “plano de defesa da borracha”, descontinuado dois anos depois, por não apresentar os resultados esperados. Em 1922, a borracha exportada pela Amazônia representava apenas 5% do mercado mundial [...]. (LINS, 2012, p. 215)

Outros produtos passaram a ser explorados na Amazônia, principalmente no Estado do Pará, como a Castanha, que gerou grande movimento com foco econômico. Entretanto, nas demais regiões eram desenvolvidas atividades como: pesca, agricultura, pecuária, colheita de sementes oleaginosas, raízes para inseticidas e uso veterinário e outros produtos florestas, extração de madeiras de lei e exploração do ouro (LINS, 1997).

Entre os anos de 1946 a 1970, com o intuito de “desenvolver” a Amazônia de forma planejada, iniciou no pós-guerra o chamado Plano de Valorização da Amazônia, criado pelo Governo Federal da época. Um dos grandes acontecimentos foi à construção de rodovias de integração, cujo objetivo era tirar do isolamento da região do restante do país, inclusive com a demarcação territorial. Lins (2012) cita o artigo 199 da Constituição Brasileira de 1946 que estabelecia o seguinte:

Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. Parágrafo único – Os estados e os territórios daquela região, bem como os respectivos municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Feral (BRASIL, 1946).

Para a implantação de qualquer plano de desenvolvimento era necessária à definição de sua extensão territorial e uma vez com sua área demarcada instituições e projetos surgiram para desenvolver a região. É relevante destacar a área de demarcação física da Amazônia. Assim Lins, (2012) retrata:

[...] Realizada em 1948, a primeira delimitação da Amazônia apresentada pelo Conselho Nacional de Geografia [...]. [...] projeto de lei 267-B/48, cujo artigo 2º passou a ter a seguinte redação: A Amazônia, nos termos da presente lei, é a região que confronta o Atlântico e tem, como eixo, o Rio Amazonas, e por limite, ao norte das Guianas e a Venezuela, ao oeste a Colômbia e o Peru, ao sul a Bolívia até o limite extremo sul do território do

Guaporé e ainda ao sul e em direção geral a leste, a linha da floresta típica da Hileia Amazônica. Parágrafo único – O poder executivo, dentro de 30 dias a partir da publicação desta lei nomeará uma comissão de cinco cientistas, à cuja disposição porá seus serviços de aerotopografia, a fim de ser determinada e traçada, em mapa, a referida linha, o que deverá essa comissão ter concluído, no prazo máximo de cento e vinte dias [...]. A Amazônia brasileira, para efeito do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso que vai até o paralelo de 16º, do estado de Goiás, ao norte do paralelo 12º, e do Maranhão a oeste do meridiano de 44º sendo a linha de limites nesses três estados determinada pela fímbria da floresta típica da Hileia Amazônica que for demarcada. Artigo 2º do projeto de lei nº 267-C, de 1948, da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. [...] (LINS, 2012, p.294)

Após a demarcação oficial em lei, a área territorial da Amazônia é de 4.161.482 km<sup>2</sup>, correspondendo a 48,87% da área total do território brasileiro. Demograficamente com baixa população, foi considerada a região com o maior vazio demográfico do Brasil. A economia girava em torno da exploração mineral e vegetal com técnicas rudimentares, e por isso foi considerada também, como a “maior área subdesenvolvida da América do Sul”, segundo Lins, 2012, p.294.

### 3.2.1 Entidades de Desenvolvimento da Amazônia

Segundo Porto, (2003) a partir de 1940, o interesse geopolítico de desenvolver a Amazônia resultava principalmente de manter o controle das fronteiras, manter o domínio do potencial de recursos naturais e intervir na política para investir em infraestrutura, com a participação do capital privado e do estado e a oferta de incentivos fiscais. Assim, na segunda metade do século XX, criaram o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cujo objetivo era alavancar seu desenvolvimento, pois em comparação a demais região do Brasil era bastante expressivas o atraso socioeconômico.

É inerente ressaltar, que essa região era totalmente cobiçada por outras nações, pois tinham real conhecimento das potencialidades dos recursos naturais aqui existentes(LINS, 2012).

Destacaremos a seguir as instituições mais expressivas, do Governo Federal, que foram criadas para dar suporte ao desenvolvimento da Amazônia, a saber:

## **BANCO<sup>10</sup> DA AMAZÔNIA S/A – BANCO BASA**

O banco foi criado na década de 1940 como Banco de Crédito da Borracha, através do Decreto-Lei nº. 4.451, de 9 de julho de 1942, com o objetivo de financiar a produção da borracha para exportação. Na década de 1950, o banco passa a ser o Banco de Crédito da Amazônia S/A, por meio da Lei nº. 1,184, de 30 de agosto de 1950, agora com novos objetivos, como a implementação do Plano de Valorização da Amazônia para financiar linhas de créditos para ampliar investimentos e mercados com as atividades produtivas, além de financiar a rodovia Belém-Brasília para interligar a região norte com as demais regiões do País. Novamente o banco sofre alteração legal, agora por meio da Lei nº. 5.122, de 28 de setembro de 1966, transforma em Banco da Amazônia S/A - BASA, tornando-se depositário dos recursos de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia Legal. O Governo Federal, por intermédio do Tesouro Nacional do Brasil, na década de 1970 passa a ser o principal acionista do BASA com 51% das ações, tornando-se uma Sociedade de Capital Aberto. A partir de 1974, o banco torna-se agente financeiro do “Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), administrado pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), atuando na atividade agrícola e na expansão industrial regional”, cuja missão é “assegurar os recursos necessários à implantação de projetos considerados pelo Ministério da Integração Nacional, como de interesse para o desenvolvimento [...]”. O fundo contempla os seguintes Estados, conforme o Decreto Lei 1.376, de 12.12.74 e alterações: Estados de Amapá, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. São fontes de recursos do FINAM:

- i) parcelas dedutíveis do imposto de renda de pessoas jurídicas, investidoras de projetos aprovados com base no art. 9º da Lei nº. 8.167/91, tributadas no lucro real e que fazem opção em favor do fundo; ii) dividendos resultantes das ações existentes na Carteira de Fundo; iii) valores decorrentes das amortizações das debêntures inconversíveis; iv) oriundos das vendas de ações existentes na Carteira do Fundo, provenientes, exclusivamente do art. 9º com base na Instrução CVM nº 265 de 18.07.97; v) subscrições realizadas pela União Federal; vi) subscrições voluntárias efetuadas pelas pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado.

---

<sup>10</sup> Informações extraídas do site oficial do Banco da Amazônia. <https://www.bancoamazonia.com.br/> Banco da Amazônia S/A. Acesso em, 22/10/2019.

Outro fundo financiado pelo BASA foi o FNO, criado na Constituição de Federal em 1988, no artigo 159, inciso I, alínea “c”, e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e regulamentado em 1989 pela Lei nº. 7.827 de 27/09/1989. O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). “É tido como a principal fonte de recursos estáveis de fomento de crédito da região Norte”. Seu principal objetivo é a execução de financiamento de programas voltados aos setores produtivos – agropecuária - de acordo com o plano regional de desenvolvimento para redução da pobreza e das desigualdades sociais. A partir do ano 2000, o FNO se volta para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, em que define linhas de créditos com rigoroso processo de análise para modernizar tecnologicamente os produtores.

## **SUPERINTENDÊNCIA<sup>11</sup> DA ZONA FRANCA DE MANUS – SUFRAMA**

Vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com sede na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, a SUFRAMA foi criada pelo Decreto-Lei nº. 288, de 28 de fevereiro de 1967. Seu principal objetivo é ser promotora de investimentos, cuja missão é identificar meios econômicos de atrair empreendimentos para a Amazônia, com geração de emprego e renda. Com resultado favorável, o Polo Industrial de Manaus (PIM) garante o cumprimento da função de desenvolvimento, com estímulo a investimentos em “capacitação científica, tecnológica e em inovação, para impulsionar o uso sustentável das potencialidades Amazônicas”, com vista ao apoio a “educação, ciência, tecnologia e inovação, visando à integração nacional e inserção internacional competitiva”. Os principais estratégicos de desenvolvimento, pretende:

- i** - potencializar o Polo Industrial de Manaus - PIM; **ii** - incrementar as atividades agropecuárias, florestais e agroindustriais; **iii** - fortalecer as atividades de serviços e do comércio de mercadorias; **iv** - ampliar as exportações e substituir competitivamente as importações; **v** - atrair investidores nacionais e estrangeiros e apoiar o empreendedorismo local; **vi** - aprimorar meios para a irradiação dos efeitos positivos da Zona Franca de Manaus (ZFM) e das Áreas de Livres Comércio (ALC) em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento endógeno; **vii** - estimular os investimentos e fortalecer a formação de capital intelectual em ciência, tecnologia e inovação pelos setores público e privado; **viii** - identificar e estimular investimentos em infraestrutura pelos setores público e privado.

<sup>11</sup> Informações extraídas do site oficial da SUFRAMA. [www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br), acesso em 22/10/2019.

A Zona Franca de Manaus foi criada em 06 de junho de 1957 pela Lei nº 3.173, e sua estrutura atual foi aprimorada por meio do Decreto-Lei nº, 228, de 28 de fevereiro de 1967. De acordo com a Lei, a finalidade e a localização de abrangência será:

Art. 1º. A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Art. 2º. O Poder Executivo fará, demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com uma superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a Zona Franca.

§ 1º A área da Zona Franca terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerda dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a jusante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade.

§ 2º. A faixa da superfície dos rios adjacentes à Zona Franca, nas proximidades do porto ou portos desta, considera-se nela integrada, na extensão mínima de trezentos metros a contar da margem.

§ 3º. O Poder Executivo, mediante decreto e por proposta da Superintendência da Zona Franca, aprovada pelo Ministério do Interior, poderá aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo [...].

Os incentivos fiscais que trata a Decreto-Lei nº, 228 referem-se a:

Art. 3º A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação, e sobre produtos industrializados. (Vide Decreto-lei nº 340, de 1967)

§ 1º. Excetuam-se da isenção fiscal prevista no caput deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quanto a estes (posições 3303 a 3307 da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB), se destinados, exclusivamente, a consumo interno na Zona Franca de Manaus ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico. (Redação dada pela Lei nº 8.387, de 30.12.91)

Porto, (2003) descreve o Regime Aduaneiro Especial em três tipos:

- Zona Franca: área geográfica delimitada, onde incentivos fiscais e industriais objetivam criar condições básicas à industrialização de regiões isoladas dos grandes centros produtores e consumidores do país. As empresas instaladas têm isenção fiscal para os produtos importados ou provenientes do próprio país, de forma a se equalizar os custos de

produção nessa região em relação às de maior eficiência, permitindo algum grau de descentralização industrial. Os produtos industrializados podem ser internados, desde que sejam considerados produtos de um terceiro país, para todos os efeitos fiscais (SUDAM/PROVAM, 1995, p.4);

Zona ou Área de Livre Comércio: área geográfica delimitada onde a isenção fiscal favorece, principalmente, à comercialização de bens importados de terceiros ou do próprio país. Essas áreas funcionariam, basicamente, como entreposto comercial não tendo como objetivo básico favorecimento de uma política de promoção industrial, mas a permissão de acesso ao comércio de importados em áreas isoladas, gerando uma alternativa de desenvolvimento regional (SUDAM/PROVAM, 1995, p.4);

- Zona de Processamento de Exportação: área delimitada, com características de extraterritorialidade, na qual poderão se instalar, mediante a observância de alguns requisitos mínimos, empresas nacionais ou estrangeiras voltadas para a industrialização dos bens cuja produção será obrigatoriamente exportada na sua totalidade, sendo totalmente vedada a sua internação ao território nacional (Pereira; Romano 1992, p.13. São verdadeiros enclaves fabris que peritem a imortação<sup>9</sup> de equipamentos e matérias primas sem a incidência de tarifas e sua transformação em produtos manufaturados se da sem a cobrança de impostos e a posterior exportação sem restrições cambiais (Egler, 1993, p.11-2. Serra (1988, p. 89) acrescenta a esses dados que as exportações são isentas de quaisquer impostos e as remessas de divisas absolutamente livres; as compras das empresas das ZPE no mercado interno brasileiro obedecem a regras idênticas as vigentes para as exportações; o mesmo ocorre com as vendas de produtos dessas zonas ao mercado interno. (PORTO, 2003, p. 70).

É importante ressaltar que na década de 1980 a SUFRAMA ampliou sua área de atuação para fora do parque industrial de Manaus, envolvendo a Área de Livre Comércio (ALC), num modelo próprio para os Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. No entanto, para visando criar condições favoráveis em face do desequilíbrio regional, ampliou a ALC para o Amapá. (PORTO, 2003).

## **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM<sup>12</sup>:**

O órgão foi criado pela Constituição de 1946, mas somente em 1950 que foi retomada a discussão que instituiu o Plano de Valorização da Amazônia, por meio do Projeto de Lei, que resultou na Lei nº 1.806 de 06/01/1953, e que em seu art. 22, criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA. Como objetivos gerais a instituição tinha que:

- a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro;b)
- Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de

---

<sup>12</sup> Informações extraídas do site oficial da SUDAM. [www.sudam.gov.br](http://www.sudam.gov.br).

suas tarefas sociais;c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

Com sede em Belém-PA, o SPVEA atendia os Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, e os Territórios Federais (na época) do Acre, Amapá, Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), “ampliou os recursos financeiros no fomento agrícola e pecuário, com resultados positivos e presentes em termos quantitativo e qualitativo”.

Em 1966, em Macapá, deu início a “Operação da Amazônia” que tinha como propósito: “a) Transformar a economia da Amazônia; b) Fortalecer suas áreas de fronteiras; c) Fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional”. Neste mesmo ano, em outubro, por meio da Lei nº 5.173, de 27, se extingue a SPVEA e cria-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e em 27 de outubro de 1966, o Presidente Castelo Branco sancionou a Lei nº 5.174, que “dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica”. Essa lei concedia a isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras.

Sua missão era promover o “desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional”.

Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a SUDAM. Com uma estrutura pequena e orçamento limitado a ADA atuou durante seis anos no planejamento regional e teve como principal foco o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) da Amazônia Legal. A Agência também iniciou a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), voltado para o financiamento de grandes projetos privados na Amazônia. Em 2007, o então Presidente cria a nova Sudam pela Lei Complementar Nº124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O Decreto Nº 6.218, de 4 de outubro de 2007, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e suas Funções Gratificadas.

A SUDAM tornou-se uma Autarquia Federal, e está vinculada ao Ministério da Integração Nacional, e sua missão institucional é promover o “desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração

competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal”.

### 3.2.2 Projetos de Desenvolvimento

Para Porto, (2003) o desenvolvimento gerado na Amazônia era com vistas a “fornecer recursos minerais às industriais dos centros econômicos mundiais (EUA, Japão, Alemanha)”. No entanto, segue afirmando que “o objetivo dos Grandes Projetos amazônicos para o Governo, não era para o desenvolvimento regional, mas a captação de recursos”. Assim, Porto (2003) faz saber os seguintes projetos: Complexo Industrial do Jari; Programa Grande Carajás, Trombetas e Albrás-Alunorte.

O Complexo Industrial do Jari abrange parte dos Municípios de Almerim – PA e Laranjal do Jari –AP e a totalidade de Vitória do Jari – AP [...]. [...] foi implantado pelo milionário norte americano Daniel Ludwig na década de 1970, visando fornecer celulose para o mercado mundial e atuar na área de alimentos. Mandou construir no Japão duas plataformas flutuantes o fabrico de celulose, trazendo-as rebocadas e implantando-as em Munguba – Almerim – PA. [...] (PORTO, 2003, p. 75).

Ao longo das décadas projetos foram pensados para o desenvolvimento da Amazônia, e com a criação de instituições governamentais buscou-se o aprimoramento para captar recursos para esse fim. Ocorre que as ideias reais desse interesse nunca foram claras. No Amapá, dois grandes projetos foram executados nesse período, o Projeto Jari e o Projeto de Exploração de Extração do Manganês, pelo Projeto ICOMI.

No entanto para que ocorra o desenvolvimento de qualquer região é importante a geração de energia. Assim nasceu a Construção de Usinas Hidroelétricas: Coaracy Nunes, Tucuruí e Balbina.

Objetivando o fornecimento de energia às mineradoras (ICOMI, Carajás, ALBRÁS/ALUNORTE, e ALUMAR) e montadoras (ZFM), as usinas foram contempladas no programa de expansão da infraestrutura (transporte e energia) do II PND (Albuquerque; Cavalcanti, 1978). Neste contexto, além da construção da usina Hidrelétrica de Tucuruí houve a ampliação das Usinas de Curuá-Una e Coaracy Nunes e das termoelétricas de Belém, Manaus e Rio Branco. (PORTO, 2003, p.78).

De acordo com Porto, (2003) a Usina de Tucuruí foi construída no período de 1975 a 1985, pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte, as margens do Rio Tocantins no estado do Pará e abastece principalmente os Municípios de Altamira, Itaituba, Santarém, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Medicilândia. Sua construção ocorreu mediante o acordo nipo-brasileiro cujo objetivo era “a produção de alumínio e alumina na região pela ALBRAS/ALUNORTE, que posteriormente dói incluída no Programa Grande Carajás”.

Localizada no Rio Uatumã no Estado de Manaus, a Usina Hidrelétrica Balbina foi construída para suprir as necessidades do povo amazonense, mais principalmente para a produção das indústrias da Zona Franca de Manaus. Porém, o objetivo da usina era gerar 250 MW, mas devido à insuficiência do volume d’água a Hidrelétrica não atende as necessidades, para complementar sua produção energética, era utilizado um gerador movido a óleo.

A Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes está localizada no Estado do Amapá e foi construída visando o desenvolvimento da região. Sua capacidade produtiva é de 78 MW e vem gerando energia desde 1975 e utilizam os recursos hídricos os Rio Araguari.

Diante da visão macro e na busca de integração entre diversas regiões do Brasil, outro eixo nacional de desenvolvimento foi a interligação por meio das rodovias, ferrovias e hidrovias, sempre com o foco em criar condições e polos atrativos a indústria, agropecuária e ao comércio e principalmente, a circulação dessa mercadoria para o crescimento econômico, com vistas ao aumento da produção e diminuição dos custos produtivos.

A diversidade da região amazônica é grande, na década de 1990 o despertar para a biodiversidade projeta outros produtos vegetais que não fosse tão somente a madeira e os minérios, mas as plantas medicinais e o meio ambiente, trazendo uma reorganização e interesses pelas políticas públicas ambientais. A partir de então, os organismos governamentais voltam-se a planos de desenvolvimentos com a exigência da emissão dos Relatórios de Impactos Ambientais, principalmente após a ECO92 (PORTO, 2003, p.77).

### 3.3 Amapá território: formação do território federal do Amapá

Com fortes interesses em dar continuidade às conquistas e povoamento das terras brasileiras, especialmente a Amazônia, que por ter grande extensão espacial e difícil acesso, o governo central para melhor manter domínio e controle da região, bem como manter a proteção da fronteira, no começo do século XX iniciou a criação de Territórios Federais. O primeiro a ser criado foi do Território Federal do Acre em 1920.

Os amapaenses na ocasião também pleitearam a criação do Território, visando à autonomia política, pois nas três primeiras décadas deste século, ocorrerem inúmeros conflitos com os paraenses, por melhoria da condição de vida, pois, faltava-lhes escola, hospitais e infraestrutura básica para a qualidade de vida da população da época. Assim, pelo Decreto<sup>13</sup> Lei Federal nº. 5.812, de 13/09/1939, foram criados 5 (cinco) Territórios Federais, dentre eles o Amapá.

Além do anseio da população, o governo central brasileiro, no início da década de 1940, em detrimento da Segunda Guerra Mundial, precisou posicionar-se frente à guerra. O Presidente do Brasil na época, Getúlio Vargas, preocupado com as relações comerciais com a Alemanha, decidiu declarar neutralidade na guerra, porém, utilizou o conflito para atrair investimentos dos Estados Unidos com interesse em desenvolver o País com melhorias em infraestrutura, transporte, construção da usina siderúrgica, e modernizar o exército. E assim o fez. O Decreto Federal Nº. 3.462 de 25 de julho de 1941 autoriza operação de guerra em solo brasileiro, iniciando nesse período a construção da Base Aérea de Amapá, no Município de Amapá, bem como autorizou a Empresa Panair do Brasil construir campos de aviação nas regiões do Norte e Nordeste, para pousos e decolagens de aeronaves de grande porte para atendimento, abastecimento e suporte aos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra.

De acordo com Lopes (1998) em 13 de setembro de 1943, por meio do Decreto-Lei Nº. 5.812, o Presidente Getúlio Vargas criou o Território Federal do Amapá, desmembrando-se do Estado do Pará, constituído das terras dos Municípios de Macapá, Amapá e Mazagão, com uma área total de 142.814,585 km<sup>2</sup>, limitando-se ao Norte com a Guiana Francesa, com Oceano Atlântico a Leste, ao Sul e Oeste

---

<sup>13</sup><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/amapa/historico>. Acesso, em 25/10/2019.

com o Estado do Pará, e a Noroeste com Suriname. Neste mesmo Decreto-Lei, cria os seguintes Territórios Federais: Rio Branco (hoje Estado de Roraima, desmembrado do Estado do Amazonas); Guaporé (hoje Estado de Rondônia, desmembrado do Estado do Amazonas e Mato Grosso); Ponta Porã (desmembrado do Estado do Mato Grosso, e extinto em 1946); Iguaçu (desmembrado dos Estados de Santa Catarina e Paraná, e extinto em 1946).

No decreto de criação, intitula a capital do Território o Município de Amapá, pois as concentrações administrativas e políticas se encontravam nesse município, muito embora, o Município de Macapá fosse mais populoso, detinha um processo econômico mais modesto, pois viviam da agricultura de subsistência (farinha de mandioca), da criação de gado, pesca, caça, extrativismo vegetal (sementes oleosas, madeira e látex), do pequeno comércio e do emprego público. Viviam também em Macapá os coronéis ricos e influentes, comerciantes antigos e com prestígio local.

Em dezembro de 1943, foi nomeado como primeiro governador do Território, o Capitão do Exército Janary Gentil Nunes, que ao chegar, em janeiro de 1944, seu primeiro ato foi transferir a capital do Território para Macapá. Sua chegada representava um novo momento aos amapaenses, pois o abandono, o caos, pobreza, doenças, atraso econômico, e diversas inviabilidades dominavam a vida da população, que depositaram naquele momento a renovação de esperança por dias melhores.

Segundo Santos, (1997), Janary Nunes governou por mais de doze anos, e estruturou o Território física e politicamente, com construção de escolas e hospitais, promoveu a agricultura e pecuária, o ordenamento urbano, saneamento, construiu conjuntos habitacionais, e integrou servidores públicos ao Território. Mas apesar das transformações realizadas, o governador era autoritário e intransigente, o que levou apoiadores a se tornarem opositores.

Continuamente, os acontecimentos políticos seguiram no Território. Em 23 de maio de 1945 foi criado o Município de Oiapoque por meio do Decreto-Lei Federal Nº. 7.578, com área desmembrada do Município de Amapá.

Anos mais tarde, em 22 de dezembro de 1956, criaram o Município de Calçoene com área desmembrada do Município de Amapá, por meio da Lei Federal Nº. 3.055 que redimensionou a nova estrutura administrativa e jurídica do Território,

fixando em cinco municípios, a saber: Macapá, Amapá, Mazagão, Oiapoque e Calçoene. Essa estrutura permaneceu por mais de trinta anos, pois somente em 17 de dezembro de 1987 que criaram mais quatro municípios por meio da Lei Federal nº. 7.639, a saber: Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho.

Na sequência cronológica da criação dos Municípios que hoje compõe o Estado do Amapá, temos:

- 1)** Município de Mazagão – criado pela Lei de nº 226 de 18/11/1890.
- 2)** Município de Amapá – criado pela Lei de nº798 de 22/10/1901.
- 3)** Município de Macapá – criado pela Lei de nº 281 de 06/09/1944
- 4)** Município de Oiapoque – criado pela Lei de nº 7.578 de 23/05/1945.
- 5)** Município de Calçoene – criado pela Lei de nº 2.055 de 22/12/1956.
- 6)** Município de Ferreira Gomes – criado pela Lei de nº 7.369 de 17/12/1987.
- 7)** Município de Tartarugalzinho – criado pela Lei de nº 7.369 de 17/12/1987.
- 8)** Município de Santana – criado pela Lei de nº 7.369 de 17/12/1987.
- 9)** Município de Laranjal do Jari – criado pela Lei de nº 7.369 de 17/12/1987.
- 10)** Município de Porto Grande – criado pela Lei Estado/AP Nº. 003 de 01/05/1992.
- 11)** Município de Pracuúba – criado pela Lei Estado/AP Nº. 004 de 01/05/1992.
- 12)** Município de Itaubal – criado pela Lei Estado/AP Nº. 005 de 01/05/1992.
- 13)** Município de Cutias – criado pela Lei Estado/AP Nº. 006 de 01/05/1992.
- 14)** Município de Serra do Navio – criado pela Lei Estado/AP Nº. 007 de 01/05/1992 denominado de Município de Água Branca do Amaparí, depois chamado de Serra do Navio pela Lei Municipal Nº. 078 de 22/06/1993.
- 15)** Município de Pedra Branca – criado pela Lei Estado/AP Nº. 008 de 01/05/1992.

**16) Município de Vitória do Jarí – criado pela Lei Estado/AP Nº. 171 de 08/09/1994.**

Os Municípios criados a partir do ano de 1992 foram no período do Amapá Estado, com a emancipação por meio da Constituição Federal de 1988.

### 3.3.1 Principais Eventos de Desenvolvimento do Território

Com a transformação do Amapá em Território Federal, iniciaram efetivamente as transformações econômicas, sociais e políticas da região.

No campo político, percebe-se que desde o período colonial o Amapá sofre grande influência de governantes da área militar, segundo Santos (1997). Isso se caracteriza em muitos momentos da história em virtude do então Território ser área de Contestado por séculos, ou seja, palco de conflitos que fizeram com que, como garantia da permanência do domínio brasileiro, ocorresse o envolvimento do governo central em garantia dessas terras.

Assim, a história demonstra pelas indicações que o governo central fez. Todas as indicações para Governador do Território ficavam a cargo do Presidente do Brasil. O primeiro Governador nomeado do Amapá Território foi o Capitão do Exército Janary Gentil Nunes, que governou de janeiro de 1944 a fevereiro de 1955 quando foi assumir a presidência da Petrobrás, indicado pelo Presidente Getúlio Vargas, assumindo em seu lugar Theodoro Arthou, que governou de fevereiro de 1955 a março de 1956.

Porém, ainda com interesses no Amapá, Janary conseguiu indicar o médico Amilcar da Silva Pereira, governando de março de 1956 a fevereiro de 1958 quando deixou o cargo para participar do pleito eleitoral para o parlamento, decorrente da morte do então Deputado Federal Coaracy Nunes (irmão do ex-governador Janary Nunes) e de seu suplente Hildemar Maia, após trágico acidente de aviação na região. O novo governador com o intuito de impulsionar o desenvolvimento, cria em 22 de dezembro de 1956 a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.

Na sequência o governador Amilcar foi substituído por Pauxy Gentil Nunes. Seu governo durou de fevereiro de 1958 a março de 1961, foi marcada pela intolerância, perseguição política, e até o uso da violência. Com a mudança

presidencial em 1960, com a eleição de Jânio Quadros, Pauxy foi substituído por José Francisco de Moura Cavalcanti. Ficou no governo de março a setembro, e seu governo foi marcado por uma administração irregular, com nomeação de amigos, forte acusação de irregularidade exibida na imprensa. Assume interinamente o governo do Amapá outro médico, Mário Medeiros Barbosa, quando da renúncia de Jânio Quadros, este governa de setembro a outubro de 1961.

Diante da conturbação no cenário nacional, o novo Presidente João Goulart, precisando de apoio parlamentar, e por intermédio do então Deputado Amilcar Pereira, nomeou o médico Raul Montero Valdez, que ficou no governo de outubro de 1961 a novembro de 1962.

Santos, (1997) reporta que a aliança entre o Deputado Amilcar e o Governador Raul Valdez objetivava acabar com a influência do ex-governador Janary Nunes no Território, com interesse em domínio político. Mas, em outubro de 1962 Nunes se elegeu Deputado Federal, e em novembro do mesmo ano, indicou como Governador Terêncio Furtado de Mendonça Porto. Seu governo, de novembro de 1962 a maio de 1964, foi marcado por incompetência e descaso na administração pública, como salários atrasados, falta de abastecimento, carência da população e irregularidades administrativas.

Em maio de 1964, o General Luiz Mendes da Silva assume o governo do Território do Amapá, que organizou a desordem do serviço público exonerando, suspendendo, demitindo, transferindo, e prendendo servidores nas masmorras da Fortaleza de São José, pelas práticas de ociosidade e irregularidades administrativas, acusando o antecessor de prevaricação, esbanjamento e subversão.

O Governador Luiz Mendes deu sequência às obras de construção da Hidrelétrica do Paredão que se encontrava paralisada desde 1960, bem como criou a Companhia Progresso do Amapá (COPRAM) e o Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA). No período que governou o Amapá, buscou assessorar-se com tecnocratas vindos do sul e que o incentivaram a hostilizar o Deputado Janary Nunes, inclusive com tentativa sem sucesso de caçar o mandato de Deputado Federal. No interesse de demonstrar prestígio junto ao povo, conseguiu que o então Presidente do Brasil, Humberto de Alencar Castelo Branco

visitasse o Território, inclusive inaugurando as obras de ampliação e reforma do Hospital Geral e as obras da Hidrelétrica do Paredão.

Em 1967, o Marechal Artur da Costa e Silva, assume a presidência do Brasil, e na ocasião substitui os governadores dos Territórios Federais, nomeando em abril desse ano o General Ivanhoé Gonçalves Martins, que governou até outubro de 1972, e que segundo Santos, (1997) desempenhou feitos com a construção, ampliação e reforma de dezenas de escolas, urbanizou com saneamento e ampliou o abastecimento de água potável em Macapá, melhorou o atendimento médico, incluindo a construção do Hospital de Pediatria, incentivou atividades do setor primário, e construiu a Termoelétrica Costa e Silva.

As relações políticas entre os governantes dessa época eram amistosa, de acordo. Janary ainda Deputado Federal tinha grande influência sobre a política do Território, por isso tentou interferir nas decisões políticas do então governador, o que provocou desentendimentos e rompimento político, inclusive o enfraquecimento de Janary frente ao cenário nacional.

Por conta da nova reforma administrativa e política dos Territórios Federais em janeiro de 1969, o serviço público foi reestruturado com a criação de secretarias com novas atribuições, ganhando inclusive o direito do povo de eleger os Vereadores. Os Cargos de Governador e Prefeitos continuaram a ser indicados por nomeação da Presidência da República.

Em 15 de novembro de 1969, ocorreram eleições para a Câmara Municipal. Na ocasião se apresentaram os partidos MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que elegeu quatorze vereadores e os Arenistas que elegeram os outros quinze vereadores. Apesar do resultado, o Deputado Janary Nunes perde força política e no ano seguinte, em novembro de 1970, perde as eleições para o parlamento, para o concorrente do MDB, Antonio Cordeiro Pontes, colocando fim a vinte e seis anos de governança amapaense.

Santos, (1997) enfatiza que o Território do Amapá, desde o Regime Militar foi governado por generais da reserva e no governo do Presidente Emílio Médici passou o governo para o domínio da Marinha. Pois em outubro de 1972, assume o comando do Governo do Território o Comandante José Lisboa Freire, que sem o menor compromisso com o Amapá, teve um governo mal sucedido com a escolha de seus assessores tecnocratas. Seu governo foi marcado pelo empreguismo e

inabilidade administrativa, porém muito criticado e denunciado na Câmara Federal pelo então Deputado Antônio Pontes. Este acusou o governo federal de conivência por insistir em mantê-lo governador.

Em março de 1974 com a chegada do Presidente Ernesto Geisel, o Comandante Arthur de Azevedo Henning assumiu, em abril, o governo do Território. Teve um melhor desempenho que seu antecessor, sendo mais ponderado na escolha dos assessores tecnocratas locais, e no início de 1976 inaugurou a Hidrelétrica de Paredão.

O parlamento do Território em 1978 aumentou para duas vagas a representação de Deputado Federal, assim, o atual governador da época, Artur Henning elegeu deputado federal pelo partido Arena o professor Paulo Guerra, e pelo MDB, o Deputado Antônio Pontes se reelegeu.

Em março de 1979, o General João Batista Figueiredo assumiu a Presidência do Brasil, e em seguida, nomeou o Comandante Annibal Barcellos como novo Governador do Território do Amapá, ficando no cargo até julho de 1985. Seu governo foi marcado por várias obras, como a criação do Centro de Processamento de Dados (CPD), implantou o Distrito Industrial, construção de dezenas de escolas e do complexo administrativo – o Centro Cívico, urbanizou, asfaltou e construiu praças, levou energia elétrica à zona rural, abriu e ampliou estradas entre a capital e a zona rural, incluindo a construção de pontes.

O Governador Barcellos, segundo Santos, 1997 p.79, destaca que foi um governante que tentou cumprir a Lei Orgânica dos Territórios de 1969, criando condições para futuramente o Amapá ascender a categoria de Estado, tomando providências para organizar a gestão pública com infraestrutura, para o desenvolvimento da economia e da sociedade.

Como último governador do Território Federal, com o fim do Regime Militar, em julho de 1985, o então Presidente do Brasil, José Sarney, nomeia o Engenheiro Agrônomo Jorge Nova da Costa que governa até maio de 1990. O Governador Nova da Costa destacou-se pela forma democrática de governar, assegurando ao povo do Amapá, a elevação dos direitos políticos, como a eleição para Prefeito dos Municípios Calçoene, Oiapoque, Amapá, Mazagão e Macapá.

Os prefeitos eleitos contribuíram para o bom desempenho de suas gestões, dotando os municípios com infraestrutura básica, criando certa condição

econômica para diminuir o êxodo rural que se intensificava, provocando desequilíbrio na capital do Território, comprometendo a produção agrícola. Desses Municípios, destacamos o de Macapá, cujo prefeito Azevedo Costa marcou sua administração pelo empreguismo e nepotismo, deixando a cidade em más condições, principalmente em infraestrutura.

### 3.3.2 Abordagem dos Investimentos e os Reflexos Sociais

Geograficamente o Amapá faz parte da área de limitação da Amazônia, além de formar fronteira internacional com a Guiana Francesa. Por isso, desde o período colonial que existem fortes interesses de resguardo e controle do território, como garantia de posse de terras pelo povoamento e desenvolvimento da região, bem como o alto interesse de agentes públicos e privados pela exploração de seus recursos naturais.

Para Jadson Porto, 2003, p. 65, a economia da Amazônia centrava-se nas atividades relacionadas ao extrativismo (pela produção das drogas do sertão<sup>14</sup>, cravo do maranhão, canela, óleo de copaíba, salsaparrilha, baunilha, castanha do Pará<sup>15</sup>), a extração mineral, implantação de rodovias e a expansão agrícola. O destaque do extrativismo foi à exploração da borracha no final do século XIX, motivo que atraiu a migração de inúmeros nordestinos para a região amazônica a fim de desenvolver a atividade, pois o Brasil vendia a borracha para o sudeste asiático.

Em 1912, com a crise da borracha, e a perda para o mercado internacional, a exploração entrou em decadência, melhorando a condição a partir da década de 1940, quando se passou a focar no mercado nacional. Nesse período, o mundo estava em plena segunda guerra, e na tentativa de recuperação do mercado da borracha, o Brasil assinou contrato de cooperação, aliando-se com os Estados Unidos em troca deste investir na borracha e garantir a exportação. Um dos atos do acordo foi o investimento dos americanos para a criação do Banco de Crédito da Borracha, que após a guerra, o Governo Federal transformou em Banco

---

<sup>14</sup> Drogas do Sertão: cacau

<sup>15</sup> A castanha do Pará é conhecida na atualidade como castanha do Brasil.

da Amazônia<sup>16</sup>, cuja proposta era promover o desenvolvimento da Amazônia, assim Jadson Porto (2003) destaca:

a economia amazônica mergulhou numa profunda decadência e estagnação que permaneceu até a década de 1940, quando ocorreram novas articulações de sua economia, agora, mais vinculada ao mercado nacional. Dessa forma, procurou encontrar, e primeiro lugar, um mercado substituto para a borracha, e, depois, diversificar as vendas a partir de outros produtos oriundos da região, tais como guaxima, malva e junta (fibras duras) para o centro-sul do país, em especial em direção ao mercado paulista, que absorveu cerca de 2/3 da produção de borracha e de fibras duras da Amazônia (PORTO, 2003, p.66).

Como meio de continuar o planejamento de desenvolvimento econômico da região, foi criada em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA. Para Jadson Porto, 2003, o primeiro incentivo do órgão foi a construção da estrada de ferro que liga Macapá ao atual Município de Serra do Navio, polo da exploração do minério de ferro manganês na década de 1950.

Nesse período, após a descoberta do minério, que inclusive era de grande teor, vislumbrou-se um meio de promover o Amapá, pôs seria o primeiro projeto a ser implantado na Amazônia para esse fim. Outros projetos foram inseridos no contexto do desenvolvimento, como o Projeto Jari e construção da Hidrelétrica Coaracy Nunes.

A primeira grande iniciativa de investimentos no Território, visando o desenvolvimento da região, se deu com a descoberta do manganês e o desejo de exploração.

A Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês S.A. – ICOMI, foi a empresa brasileira que ganhou a concorrência para minerar e se instalou na região por meio do contrato assinado em 1947, cujas atividades seriam por um período de cinquenta anos.

O contrato previa que 20% do lucro líquido da empresa deveriam ser investidos no Amapá, bem como a liberação de 2.500 hectares para exploração, e o pagamento de 4 a 5% das receitas totais como royalties ao governo. Foi concedida também uma área de 2.300 hectares para que a ICOMI construísse as instalações necessárias para o funcionamento da mineradora, como a área industrial, estações ferroviárias e a vila operária, que deu origem a cidade de Serra do Navio. No final da

---

<sup>16</sup> O Banco da Amazônia ainda é referência de desenvolvimento até os dias atuais. Inclusive na Capital Macapá existe uma agência em pleno funcionamento.

década de 1950 entregaram uma estrutura capaz de manter o processo industrial com as condições necessárias aos trabalhadores, como casas, alojamentos, escolas, hospitais, hotéis, infraestrutura urbana, clube de esporte e lazer, energia elétrica, telefones, restaurante, lanchonetes, água tratada, esgoto. O projeto movimentou a região, no sentido da renovação da esperança de desenvolvimento, modernização, progresso e oportunidades para a melhoria da qualidade de vida da população. Porém, ocorreram fatos divergentes, segundo Monteiro, (2003),

[...] em 1950, Augusto Trajano de Azevedo Antunes e outros empresários criaram uma nova empresa, a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração – CAEMI, cuja presidência coube a Trajano. A CAEMI passou a ter o seu capital integralizado por meio de ações ao portador, sem direito a voto, de ações nominativas com direito a voto na gestão da empresa. Nos anos seguintes, foi efetivada uma série de emissões e compras de ações que converteram a CAEMI na controladora da ICOMI, como uma holding. Ela detinha 51% das ações da ICOMI e 49% restantes pertenciam a Bethlehem Steel Company<sup>17</sup>. (MONTEIRO, 2003, p.119).

Na época, o Código de Minas e Águas previa que o controle do capital nesse tipo de empreendimento estivesse sob o controle de brasileiros natos, com 51% das ações.

De acordo com Monteiro, (2003), para viabilizar o andamento do projeto de mineração, a ICOMI buscou formas de financiamento em instituições internacionais, e com a alteração do contrato com a entrada de novos sócios, o Congresso Nacional aprovou, em meio a discussões, a Lei 1.235 de 1950 autorizando a empresa explorar o manganês do Amapá, bem como autorizou o Tesouro Nacional dar garantia a empréstimos a empresa. Assim, em 1953, o EXIMBANK colocou a disposição da mineradora 67,5 milhões de dólares para os investimentos, mas exigiu, segundo Monteiro, (2003), que:

[...] antes de conceder o empréstimo, exigiu, entre outras coisas, garantias de que as receitas oriundas das vendas de minério ao governo norte-americano seriam usadas para o pagamento do empréstimo e de que a empresa, durante o pagamento do empréstimo, suspenderia a aplicação no Amapá de 20% do lucro líquido e compensaria o Território do Amapá com o pagamento adicional de 1% dos royalties. Além de a Presidência da República, declarar, em 1953, o propósito da obtenção de financiamento

---

<sup>17</sup> De acordo com Monteiro, 2003, no artigo “A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral”, destaca que a ICOMI em 1949 comunicou ao Governo Federal – Presidente Getúlio Vargas, que a Empresa precisava de aporte técnico e recursos financeiros, vindo a associar-se a empresa norte-americana *Bethlehem Steel Company*, grande produtora de aço, e que seu capital seria de 49% das ações e os demais 51% seriam de propriedade de Brasileiros natos.

para a ICOMI, que o projeto era “economicamente vantajoso do ponto de vista nacional” (ICOMI, 1972, p.2), a aceitação das exigências do EXIMBANK, pelo Governo Federal, pelo Território e pela empresa ensejou a necessidade de que, mais uma vez, fossem realizadas mudanças no contrato de arrendamento. Foi então realizado novo aditamento ao contrato. Dessa feita, ele foi justificado pelo fato de que o seu propósito era assegurar, além do empréstimo, o direito de exportar as quantidades de manganês necessárias ao pagamento integral das prestações devidas e de que esse direito importava em poder exceder ao mínimo estabelecido na cláusula 31 (500 mil toneladas anuais). Foi incluído no contrato que, caso a empresa fosse dispensada, pelo Governo Territorial, de fazer investimento de 20% dos lucros, ela deveria realizar, como compensação, o pagamento de royalties adicionais equivalentes a 1% do valor de venda do minério. (MONTEIRO, 2003 p.120).

Após as alterações realizadas no contrato, a implementação do projeto de mineração teve início em 1954 com a construção da infraestrutura necessária para iniciar a exploração do manganês. No ano seguinte, iniciou as obras de infraestrutura urbana e vilas residenciais, sendo: a Vila de Serra do Navio e a Vila Amazonas. A primeira Vila deu origem ao Município de Serra de Navio e a segunda, no Município de Santana, respectivamente. Houve também a construção, em Santana, do porto de escoamento da produção que vinha de Serra do Navio pela estrada de ferro de 193 quilômetros, construída para esse fim.

Monteiro, (2003) constata que em 1956 foi “realizado o primeiro carregamento de minério da Serra de Navio até Santana – feito festejado em uma cerimônia que contou com a presença do então Presidente da República [...]”. E em 1957 foi realizado o primeiro embarque do manganês no porto de Santana para exportação.

Embora no processo de operacionalização da mineradora tivesse pouca participação do Estado, toda a estrutura ofertada pela empresa modificou a demografia e o contexto socioeconômico da região, pois durante as atividades da empresa, pouco foram os contratos com empresas terceirizadas, os serviços eram feitos por funcionários contratados pela própria ICOMI, ou seja, entre 1958 e 1986, o percentual de funcionários girou em torno de 80%, isto é, a média de funcionários contratados era de 1.290 e 300 terceirizados. Essa média durou até 1987, quando entrou em declínio, chegando em 2002 a quatro funcionários contratados. Para Monteiro, (2003):

[...]em 1955, estima-se que a população da Vila de Serra do Navio representava 4,14% da população do Amapá. Em 1959, no terceiro ano de operação industrial da ICOMI, a população da Serra do Navio já era de

2.212 habitantes. A participação relativa da população da Vila Serra do Navio na população total do Amapá, decaiu rapidamente nas décadas seguintes. Todavia não se deve menosprezar a importância que teve a atuação da ICOMI na atração populacional e, conseqüentemente, no aumento da população de outras cidades e localidades do Amapá, especialmente Macapá e Santana (MONTEIRO, 2003, p. 126).

A trajetória da produção do minério de manganês na ICOMI, segundo Monteiro, (2002) iniciou com o primeiro carregamento para venda em 1957, a partir daí o autor considera três períodos distintos na história: 1) estabilidade que durou de 1957 a 1966; 2) oscilação que vai de 1967 a 1979; e 3) queda da produção e oscilação na produtividade física que se estende de 1980 a 1997.

Em termos gerais, Monteiro, 2003, p. 132 destaca que a ICOMI, no período de suas operações faturou US\$ 4,78 bilhões, que desses, “US\$ 2,3 bilhões foram destinados ao pagamento dos custos operacionais e que US\$ 2,5 bilhões inferiu em valor adicionado”. Ainda no contexto, o autor destaca que anualmente, a empresa injetava via remuneração média de empregados pelo menos US\$ 8,4 milhões na economia do Amapá.

Na área de investimentos previstos no contrato, a ICOMI deveria aplicar 20% de seus lucros líquidos na região, assim, foram realizados projetos ligados às inversões necessárias para atendimento do mercado mundial do manganês, como a construção da usina de pelletização e a usina de sinterização do minério. Seguindo o pensamento do autor Monteiro, 2003, p.136, destacam:

Além dessas inversões diretamente ligadas à valorização do minério de manganês da Serra do Navio, a ICOMI também criou a Companhia Ferro-Ligas do Amapá – CFA, a Bruynzeel Madeira S.A. – BRUMASA, dedicada à produção de madeira compensada, a Amapá Florestal e Celulose S.A. – AMCEL, detentora de um projeto florestal que envolve 172 mil ha, voltado para o plantio, em áreas do cerrado amapaense, de pinus tropicais e para a produção de cavacos de madeira exportados para indústria de celulose, e a Companhia de Dendê do Amapá – CODEPA, uma agroindústria com atividade dirigida para o plantio de dendê.(MONTEIRO, 2003, p. 136)

Toda a atividade de mineração gerou ao estado a obrigação da ICOMI e pagar os royalties, resultante da exploração do manganês em solo amapaense. Assim no período de 1957 a 1967, o valor pago foram 5% e de 1968 a 1977 em torno de 4%. A queda apresentada de um período para outro, foi à baixa dos preços do minério em nível mundial, segundo Monteiro, 2003, p. 136. Seguindo o pensamento desse autor, os valores dos royalties até 1980, por meio da Lei nº.

2.740, de março de 1956, foi direcionada, via Governo do Amapá, para a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, cuja principal aplicação permitiu a construção da Hidrelétrica de Paredão, melhorando o abastecimento de energia na região, além de proporcionar a operacionalização dos projetos do Grupo ICOMI, como na Companhia Ferro-Ligas do Amapá.

Durante o período de atividade, cerca de quarenta anos, o Amapá recebeu além dos royalties, o Imposto Único sobre Minerais – IUM<sup>18</sup>, e em seguida o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que representou, respectivamente, cerca de US\$ 5 milhões e US\$ 4 milhões de receitas aos cofres do Amapá.

Monteiro, (2003), ressalta que, entre os anos de 1957 a 1962, 99,24% do minério de manganês extraído do Amapá destinava-se aos Estados Unidos conforme contrato, a fim de pagar o empréstimo contraído no início das operações, cujo objetivo era o financiamento do projeto. O autor reporta-se ainda, que nesse início, existia a valorização do minério, e que ao longo dos anos houve queda no preço do produto em nível mundial, porém, o empréstimo foi pago, mas entre esses anos não houve investimento dos 20% dos lucros líquidos no Amapá, este tão somente recebeu como arrendamento o adicional de 1% de royalties.

Monteiro, (2003), descreve a crítica de Cunha, (1962) em que “a irreciprocidade das bases assentadas e a desigualdade dos compromissos assumidos”, alcançaram o cunho de interesses privados ao invés do tratamento de interesse público, impedindo a transformação econômica do Amapá e integrá-lo no cenário nacional. Seguindo ao autor, Cunha, (1962) aborda outras razões para as limitações de desenvolvimento, a saber: “uma empresa não estatal e de outra região não reinvestiria, regionalmente seus lucros; as alíquotas de royalties em baixas; os royalties incidiam, não sobre os lucros da empresa, mas sobre o seu faturamento”.

Cunha, (1962), ressalta que o “governo brasileiro concedeu favores a ICOMI que não estavam expressos no contrato, como a demarcação do canal do norte da foz do rio Amazonas, pelo qual navegariam os navios com minério de manganês”.

Pois, se considera que o projeto de mineração fosse fundamental para o progresso amapaense, vislumbrando-se que, se os termos contratuais fossem

---

<sup>18</sup> Imposto Único sobre Minerais (IUM) – imposto extinto. Foi estabelecida a Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral (CFEM).

cumpridos acarretaria benefícios a sociedade e desenvolvimento ao Território. Monteiro, (2003) “preconizou que, a partir da mineração, abrir-se-iam as portas para o rápido desenvolvimento do território. Esse desenvolvimento resultaria da implantação de uma indústria siderúrgica que utilizaria, além do manganês, outros minérios existentes no território”.

Além do projeto de mineração da ICOMI, é importante destacar o Projeto Jari, que foi outro empreendimento desenvolvido no Território do Amapá, também na promessa de contribuir para o desenvolvimento da região.

Aos poucos as descobertas das riquezas naturais da região da Amazônia foram despertando interesses de grandes grupos de investidores, sempre com a intenção de ocupação e desenvolvimento da região.

Jaime Sautchuk, (1979), destaca que:

após o golpe militar de 1964, o governo de marechal Humberto de Alencar Castello Branco, iniciou gestões junto ao empresariado norte-americano e entidades que representavam seus interesses. Seu objetivo: mostrar as potencialidades brasileiras para grandes empreendimentos e principalmente garantir a segurança destes investimentos (SAUTCHUK, 1979, p. 13).

Seguindo o autor, o então Ministro do Planejamento na época, Roberto Campos, iniciando a política entreguista e por meio do Hudson Institute<sup>19</sup> realizaram pesquisa aerofotogramétrica da região para identificar a dimensão das potencialidades. O resultado da pesquisa não foi divulgado no Brasil, foi entregue aos grandes empresários dos Estados Unidos, ficando o governo brasileiro apenas com as fotocópias das imagens registradas pela empresa Hudson, o que causou descontentamento aos governantes, sem nada podendo fazer, pois não havia contrato para divulgação dos resultados da pesquisa aos brasileiros. Com a descoberta das riquezas naturais na região, os imperialistas norte-americanos reivindicaram a internacionalização da Amazônia.

Grandes ideias de projetos surgiram. Um deles foi o “Projeto dos Grandes Lagos”, que consistia na construção de barragens em rios da Amazônia, além de propiciar a navegação para escoamento da produção mineral. Devido a contestações, o projeto não foi desenvolvido, mas a ideia de futuros negócios, principalmente na região amazônica sempre esteve aflorada.

---

<sup>19</sup> Entidade mantida por grandes grupos econômicos, que prestava serviços de pesquisa e planejamento ao Departamento de Estado norte-americano (Jaime Sautchuk, 1979, pg. 13).

Por interferência política dos governantes da época, outros investidores foram atraídos ao Brasil, como o magnata Daniel Keith Ludwig<sup>20</sup>, que foi recebido pelo próprio Presidente do Brasil na época, o Marechal Castello Branco que disse a frase: “Venha mesmo para o nosso país, Mr. Ludwig. O Brasil agora é um País seguro”. Neste momento, o Brasil abre as portas mais uma vez para investimentos estrangeiro em terra amapaense.

Cristóvão Lins, (1997) destaca que o mega empresário adquiriu de um grupo português, em 1967, a Empresa Jari, que antes fora do Coronel José Júlio de Andrade que cuja atividade era quase que exclusivamente o extrativismo. A empresa chamava-se Jari Indústria e Comércio de Navegação S/A, foi adquirida pela holding do grupo de empresário no Brasil, e que na sequência passou a se chamar Jari Florestal e Agropecuária Ltda. – Projeto Jari.

De acordo com Cristóvão Lins, (1994), a empresa estava localizada ao sul, com parte do Município de Mazagão, então Território do Amapá, e a leste com o Município de Almeirim, Estado do Pará. Com a aquisição, o empresário Ludwig adquiriu “além da frota de embarcações, vilas residenciais onde funcionavam as filiais, as fazendas, serrarias, fábricas de beneficiamento de castanha e os empregados, que estavam com dois meses de salários atrasados. A nova companhia regularizou a situação de todos os funcionários, não só assinando a carteira de todos, mas aumentando o salário e aceitando o tempo de serviço, baseando-se na própria informação dos mesmos”.

Era uma região primitiva, quase sem transformações sociais e econômicas, pois a população vivia da subsistência, especialmente do extrativismo e com pequenas plantações de mandioca para produção da farinha.

Para a operacionalização da empresa, Ludwig investiu os melhores maquinários da época, e com a ajuda de um dos Sócios da ICOMI, o Azevedo Antunes, utilizou o porto da ICOMI em Santana para desembarque de tratores. Pela ajuda, Ludwig agradeceu pessoalmente Antunes, nascendo uma sólida amizade entre os empresários, (LINS, 1997, p. 53).

Porém, a empresa esbarrou na infraestrutura da região, pois era uma região carente de tudo e para o andamento do Projeto Jari, precisaria melhorar as

---

<sup>20</sup> De acordo com Jaime Sautchuk, 1979, pg. 15, Ludwig era um multimilionário que fez fortuna com o transporte de petróleo e exploração do turismo e casas de jogos em vários países. Ele mantinha contato com o empresário, sócio da ICOMI Azevedo Antunes.

condições de vida, assim, em 1977 nasce a Cidade de Nova Jari, onde a empresa doou terras para a construção de cidade Beiradilha de Munguba, parte sul do Amapá (então Município de Mazagão), bem como para a construção da infraestrutura básica, como água, esgoto, estradas, iluminação, construção de mil casas para os funcionários.

Cristovão Lins, (1994), descreve a execução das atividades do Projeto Jari, assim destacando:

Projeto Florestal – com plantações e pesquisas em uma área de 200 mil hectares de florestas de gmelina e pinus; sementeira e viveiro, sendo o maior do mundo, produzindo anualmente de 30 a 35 milhões de mudas; faixas de proteção da mata nativa com 100 a 200 metros de largura, no intuito de proteger os igarapés e plantação.

Pecuária – bovinocultura, com abatimento de 1.200 (mil e duzentas) cabeças de gado por mês para subsistência de 30 mil pessoas; bubalinocultura, para essa área a Jari não tinha interesse na criação de búfalos; animais de serviço (equinos e muares), com finalidades diversas, principalmente para arregimentação de rebanhos.

Projeto Arroz – previa a plantação de 14 mil hectares.

Outras Culturas – como o dendê, banana e etc., poderiam ocupar 74 mil hectares.

Hortigranjeiros – a fim de abastecer a população das áreas dos projetos com frutas, aves, ovos e verduras, em uma área aproximada de 1.500 hectares.

Área Industrial – necessário uma área de 500 hectares para instalar todas as indústrias de polpa, papel, laminado, serrarias e beneficiamento de caulim, incluindo escritórios, almoxarifados, pátio de estocagem de madeira e cavacos, terminais ferroviários etc.

Jazidas de Caulim – área ocupada pelas jazidas de Caulim, explorada pela CADAM – Caulim da Amazônia, era de 10 mil hectares aproximadamente, incluindo instalações na área denominada Felipe, no Amapá.

Monte Dourado – com aproximadamente 3 (três) mil habitantes, e deveriam alcançar até 1990 cerca de 30 (tinta) mil habitantes, para comportar a infraestrutura necessária, com aproximadamente 1.200 hectares, mesmo já sendo ocupada por residências, comércio, escolas, hospital, supermercado, igrejas, estação de água e rejeito, área de lazer, recreação clubes, etc.

Silvíveis e Vilas – plantação de 200 mil hectares para ser manejada e administrada e dividida em blocos com 750 casas abrigando diversos profissionais, com cultivo de pomar, horta, jardim, recreações para crianças.

Vilas Terrestres – estradas principais permitindo o tráfego pesado e contínuo durante o ano; estradas vicinais nas áreas plantadas; estradas secundárias entre as principais e as vicinais, permitindo tráfego pesado durante o ano; ferrovias destinadas ao transporte de madeira dos pátios de concentração para a área industrial.

Campos de Aviação – existiam três campos de aviação que ocupavam uma área de aproximadamente 220 hectares.

Portos e Trapiches – a empresa possuía três portos em Monte Dourado, mais três em São Raimundo e um em Saracura, ocupando uma área de 20 hectares no bloco paraense e mais três no Amapá que estava prevista a construção em uma área de 5 hectares.

Rede Elétrica – base com a hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Jari, que seriam necessários 450 km de rede de alta tensão para a transmissão de energia.

Pântanos ou Igarapés – áreas de buritizais e terrenos turfosos, com cerca de 100 mil hectares no Pará e 54.855 hectares no Amapá.  
Reserva Florestal – obediência a lei e por motivo ecológico.

Diante desses grandiosos projetos, a Amazônia tinha um sério problema a ser resolvido: a energia elétrica. A carência de energia era fator preponderante para limitar o desenvolvimento da região. O Amapá contava somente com a Hidrelétrica de Icoracy Nunes no Paredão (hoje Município de Ferreira Gomes) que não era suficiente para atendimento de toda a região e ainda dar conta de atender projetos de desenvolvimento, que precisavam gerar energia própria com geradores para manter as atividades em funcionamento. Cristóvão Lins, (1997), relata que:

[...] a região do Jari passa por momentos difíceis causados pela falta de energia, colocando em sério risco seu futuro socioeconômico. Um acidente ocorrido na plataforma de força da fábrica de celulose da Jari, com um incêndio de grandes proporções na sua parte elétrica, danificou os painéis de controle e tornou inevitável a paralisação da fábrica de celulose (LINS,1997, p.125).

Após o acidente cogitou-se a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio<sup>21</sup>, que poderia solucionar a deficiência de energia elétrica, porém, apesar dos estudos de viabilidade da construção, nesse período do Território Federal a obra não foi realizada.

Diante do sonho de desenvolvimento da região do Amapá, diversos autores retratam uma única realidade: a de miséria, carência, abandono.

Desde o início do processo de exploração da região Amazônica, no qual o Amapá está inserido, é importante destacar que desde a colonização do Brasil, os interesses em nome do desenvolvimento dessa região sempre estiveram muito aflorados, considerando a demasiada riqueza natural encontrada, despertando a cobiça e a vontade de dominação para exploração e poder de pequenos grupos que detinham força e articulação política.

Limitando-se no tempo, a partir do período do Território do Amapá, iniciado em 1943, o Governo Central tinha dificuldade em administrar tamanha extensão de área pertencente ao Brasil, incluindo as dificuldades de acesso e povoamento, principalmente na região da Amazônia, tornando o acesso aos serviços públicos ainda mais distantes da realidade necessária aos povos ali residentes.

---

<sup>21</sup> A construção seria utilizando a Cachoeira de Santo Antônio já região que hoje localiza-se o Município de Laranjal do Jari, devido do grande potencial hídrico.

Frente ao modo de sobrevivência dos nativos, embasamo-nos na literatura pela forte tendência a exploração mineral, extrativismos, agricultura, pecuária, pesca que apesar dos grandes movimentos para o desenvolvimento com a abertura do mercado externo para investimentos em nome do progresso, a vida dessa gente não sofreu o impacto que justificasse todo o aparato aqui promovido, pois as organizações sociais que foram realizadas não atenderam a necessidade do todo, mas apenas do entorno que pudesse suprir os interesses e objetivos dos grupos empresariais, ou seja, a relação de desenvolvimento socioeconômico girou em torno dos empregados que estavam subordinados a empresa.

Para Porto, (2003), a participação pessoas cujo poder econômico foi usado para investimentos na região, como o caso do Coronel José Júlio de Andrade, foi fundamental para a movimentação econômica e política, que entre 1898 e 1948, exerceu diversas atividades como a extração da castanha e borracha, a criação de gado bovino e bubalino. Embora a qualidade de vida da população pouco foi alterada, diante das necessidades existentes de recursos básicos digno de uma sociedade.

Jaime Sautchuk, (1979), reporta-se afirmando que:

[...] aqui tudo é grande, inclusive a miséria dos trabalhadores. Fábricas, aviões, estradas, hotéis, navios, grandes lavouras. O enclave tropical chamado Jari vai produzir muita riqueza para um só destino: o exterior. Aqui só fica a miséria dos peões que trabalham para aumentar a fortuna deste império (SAUTCHUK, 1979, p. 29).

O autor se reporta a realidade da população nativa que foi usada como mão de obra barata para fortalecer a riqueza dos investidores, e que apesar da infraestrutura montada para o Projeto ICOMI e para o Projeto Jari, foram superficiais, pois o entorno das regiões onde se concentraram as empresas cresceu em necessidades sociais, educacionais, infraestrutura, etc. Podemos caracterizar como o progresso do contraditório. De acordo com Jaime Sautchuk, (1979):

[...] o número de trabalhadores empregados no projeto é de 15.400 e sua população total, contando com os beiradões (favelas formadas a beira dos rios), ultrapassa a casa dos 35 mil habitantes (SAUTCHUK, 1979, p. 29).

Fazendo uma analogia, a estrutura montada para atendimento do Projeto Jari, assim como o Projeto ICOMI, tinham muito em comum, a sistemática de

conduzir a hierarquia, ou seja, fazer distinção entre a classe trabalhadora, desde a casa, os ambientes sociais frequentados, restaurantes, lazer, enfim, tudo ia de acordo com a posição social do indivíduo no processo. Assim eram classificados: nível staff, com posição social mais elevada, vivia com melhor qualidade de vida, com casa ampla e confortável; tinha o nível intermediário que vivia mais modestamente, porém, considerado um nível social mais alto frente a realidade da região, casas modestas, sem grandes confortos, mas com uma certa qualidade; e o nível mais baixo, dos peões, que viviam com um padrão sem conforto ou qualidade. Jaime Sautchuk, 1979, p. 31, destaca “morar aqui é uma desgraça, tudo apertadinho, mal dá mesmo é pra gente se espichar e dormir”, fazendo aqui referência aos alojamentos disponibilizados aos trabalhadores mais humildes.

Cristóvão Lins, (1997), faz referência à infraestrutura social, assim dizendo:

O atraso cultural e econômico da região, dependente do modelo extrativista perdurou por mais de meio século (1898-1967), fazendo com que sua população permanecesse despreparada para empreendimentos que necessitassem de um melhor nível de educação (LINS, 1997, p.119).

O Projeto Jari e Projeto ICOMI, ao se instalarem no Amapá, despenderam de grandes investimentos para que pudessem operar, pois a região era desprovida de tudo. De acordo com Cristóvão Lins, (1997), a inexistência de políticas públicas básicas na região, dificultou a operacionalização do projeto, pois foram necessários doze anos “dotando a região das necessidades básicas, de 1967 até 1979, quando a Empresa começou a fabricar celulose”. Em todos os locais de abrangência dos projetos foram montadas as infraestrutura necessária, composta de hospital, água encanada e tratada, esgoto energia por geração a óleo diesel e coleta de lixo [...], e quando finalizou deixaram a região com os mesmos problemas sociais.

#### 4 CAMPO METODOLÓGICO: PERCURSO INVESTIGADO

A pesquisa surgiu da percepção e inquietação em tentar identificar às razões pelas quais o Amapá ainda é considerado um Estado subdesenvolvido, apesar de todo o potencial de recursos naturais e projetos para região, considerando sua localização e estrutura. A pesquisa também demanda da vivência no setor público, junto a Secretaria de Estado da Fazenda, acompanhando de perto das dificuldades financeiras do Estado, considerando o alto grau de endividamento, dificuldades de novos investimentos, deficiência no equilíbrio das contas públicas.

Como resultado dessa ineficiência, o Estado acumulada grandes dívidas com fornecedores, servidores, previdência social, precatórios, dívidas públicas, que inviabilizam projetos de recuperação socioeconômica o desenvolvimento e qualidade de vida dos amapaenses.

A investigação utilizou o método dialético como meio interpretativo da realidade objetiva do Estado. Nesse método, de acordo com Gil, (2008), fundamenta por meio do princípio quantidade e qualidade, onde descreve:

São características imanescentes a todos os objetivos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saldos (GIL, 2008, p.13).

Desse modo, a perspectiva metodológica quantitativa serviu de base para a busca de dados qualitativos, permitindo, antes de qualquer coisa, “em maior grau e profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos” (OLIVEIRA, 2004, p. 117). A base construtiva para um enfoque crítico-dialético é para demonstrar os cenários evolutivos a que se embasou. O método dialético pressupõe um contínuo construir e desconstruir de ideias considerando que “o mundo é o conjunto de todos os processos, onde tudo sofre uma transformação concentrada e progressiva. Este encadeamento não é circular, mas espiral” (OLIVEIRA, 2004, p.69), visto que o objeto de estudo estar atrelado a um cotidiano, social, político, administrativo e econômico, o que denota uma visão do social “[...] como um mundo de significados, passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem [...]” (TEIXEIRA, 2005, p.140), pois, exigiu, por parte da investigadora, uma postura

crítica fundamentada, já que esteve em contato direto com o ambiente pesquisado, envolvendo-se no fenômeno social concreto.

No âmbito do nivelamento da investigação foi desenvolvido o caráter descritivo com a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. A pesquisa terá como assento documentos oficiais históricos, obras literárias, referenciais de indicativos sócio-econômico-financeiro, extraídos de sites oficiais, órgãos Estaduais e Federais, como: Secretária de Estado da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outros. Nesse caso os dados recolhidos foram em forma de palavras, gráficos, planilhas e imagens, exigindo grande capacidade de observação por parte da pesquisadora que demanda uma postura dinâmica diante dos fenômenos observados.

A pesquisa se propôs a refletir sobre os aspectos sociais e econômicos, apresentando um panorama do processo de crescimento evolutivo ocorrido entre os anos de 1988 a 2018, com base no apanhado histórico conceitual até o cenário vivenciado atualmente.

Dentre os procedimentos e etapas da pesquisa, a investigadora determinou os objetivos traçados para análise reflexiva, delineando o enfoque do subdesenvolvimento do Estado, considerando as potencialidades para o desenvolvimento. Buscou-se também o traçado conceitual de terminologias para a teorização das abordagens, bem como a seleção das amostras de dados extraídos de documentos oficiais para suporte do relatório, mediante a análise e interpretação dos resultados.

Torna-se oportuno revelar os aspectos singulares, de um ambiente em desenvolvimento com características particulares, favorecendo uma análise e reflexão, a partir de questões de ampla dimensão no que se refere ao real crescimento de um Estado que tem muitas potencialidades e condições de proporcionar a população melhor qualidade de vida.

## 5 FORMAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ

### 5.1 Abordagem teórica de estado

Antes de entrar na discussão da transformação do Amapá em Estado, é importante a teorização das formas de governo de acordo com alguns pensadores. Abrimos a reflexão para a compreensão da política que foi desenvolvida no Estado do Amapá e o espelho da situação atual.

Entender *Estado*, de acordo com Mallmann *et al*, (2017) como sendo “uma instituição política central na organização da sociedade contemporânea. É o Estado que vai, por meio de seus organismos, elaborar e aplicar políticas públicas que buscam o desenvolvimento da sociedade”. Nesse contexto, refere-se como sendo a totalidade da sociedade pertencente a um território, no intuito de garantir o bem comum, criando “mecanismos para legislar, administrar e gerir os conflitos de interesse presentes na sociedade”.

Traçamos o pensamento de Platão a respeito da formação de governos. Segundo Bobbio, (2017), Platão na obra *A República* descreve a consistência de “numa composição harmoniosa e ordenada de três classes de homens, os governantes-filósofos, os guerreiros e os encarregados dos trabalhos produtivos”.

Compreendo, falas daquele estado que fundamos e discutimos e que não tem realidade foram de nossos discursos: que não creio aqui na Terra se encontre em algum lugar. Mas talvez no céu haja um exemplo, para quem quiser vê-lo e a ele se conformar ao governar a si mesmo (BOBBIO, 2017, p.23).

O entendimento de Platão sob as formas de governo é a caracterização de que nenhuma forma que se apresente é boa, portanto, para Bobbio (2017) “é uma tipologia de formas todas más, ainda que nem todas igualmente más, e nenhuma boa”. Segundo o autor, para Platão as formas que se apresentam de governar são umas piores que as outras, isto é, o modelo ideal é utopia.

Para Aristóteles, fazendo referência à obra *Política*, e considerando um trecho do livro terceiro transcrito por Bobbio, (2017), que diz:

Uma vez que constituição e governo significam a mesma coisa e o governo é o poder soberano da cidade, é necessário que o poder soberano seja exercido por um só, por poucos ou pela maioria. Quando um só, pouco ou a

maioria exercer o poder em vista do interesse comum, então se dão necessariamente as constituições corretas; quando uns poucos ou a maioria o exercem em seu interesse privado, então se dão os desvios. [...] Temos o costume de chamar reino o governo monárquico que se propõe o bem público, aristocracia o governo de poucos [...] quando se propõe o bem comum; quando a massa dirige o governo em vista do bem público, dá-se a esta forma de governo o nome de *politia*, com que se designam em comum todas as constituições. [...] as degenerações das precedentes formas de governo são a tirania, em relação ao reino, a oligarquia, em relação á aristocracia, e a democracia, em relação à *politia*. De fato, a tirania é o governo monárquico exercido em favor do monarca, a oligarquia visa ao interesse dos ricos, a democracia a dos pobres; mas nenhuma destas formas visa a utilidade comum (BOBBIO, 2017, p.38).

Segundo Aristóteles a constituição se dá pela definição das formas que consideram más e boas, sendo que as boas traduzem nas formas de monarquia, aristocracia e *politia*, enquanto a forma má em tirania, oligarquia e a democracia. Daí fazendo a analogia entre as formas, Bobbio, (2017) assim considera:

[...] “monarquia” significa propriamente governo de um só, mas na tipologia aristotélica implica governo bom de um só, a que corresponde, como mau governo, a tirania. Inversamente, “oligarquia”, que significa propriamente governo de poucos, implica mau governo de poucos, a que corresponde “aristocracia” no significado de bom governo de poucos. O termo “oligarquia”, com efeito, conservou pelos séculos afora seu originário significado pejorativo: mesmo hoje se costuma falar de “oligarquia” em sentido negativo, para designar grupos restritos de poder que governam sem o assentimento popular (e, portanto, em contraposição a “democracia”). Quando a “aristocracia”, que significa propriamente governo dos melhores, é o único dos três termos designados de formas boas que tem, por si mesmo, significado positivo: por séculos conservou significado menos negativo do que oligarquia, mas perdeu o significado original de governo dos melhores (na linguagem política da era moderna, por governos “aristocráticos” se compreendem habitualmente aqueles governos de grupos restritos que transmitem o poder por hereditariedade) (BOBBIO, 2017, p.39).

Na teoria de Hobbes, que segundo Bobbio (2017), afirma que este foi o maior filósofo político de sua época antes de Hegel. Para ele, ao definir as formas de governo, diz que o poder se não for absoluto não será soberano. Segue afirmando que para o poder soberano não há limites, não se sujeita as leis naturais e divinas, detendo o direito dos indivíduos privados. Bobbio, (2017) afirma que “não é que Hobbes negue a existência de leis naturais e divinas, mas afirma (com justeza) que elas não são leis como as leis positivas”.

A abordagem feita com base nesses autores, que de certo podemos afirmar a existências de tantos outros que, em sua forma peculiar conceituam “formas de governo” no âmbito mais genérico possível, servirá tão somente para dar

sustentação à reflexão que será retratada a respeito das formas de governo de geriu o Amapá desde o início até os trinta anos após sua emancipação.

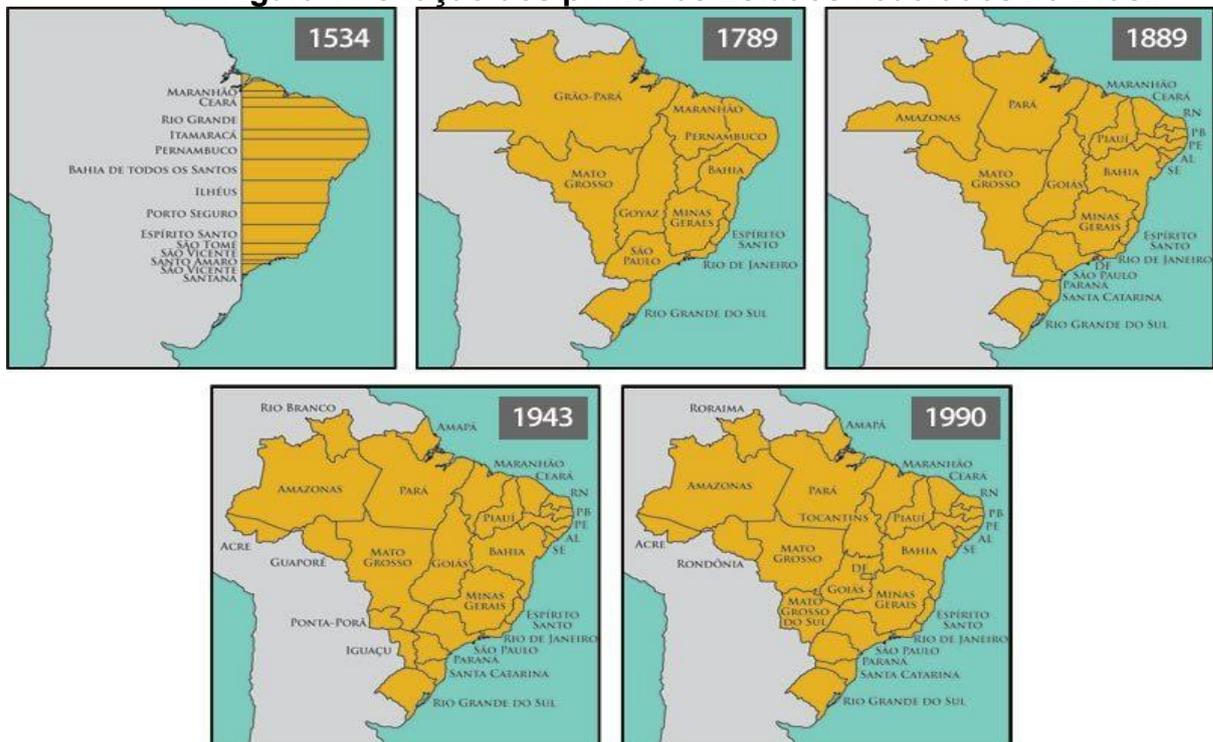
## 5.2 Transformação do Amapá em estado

Com a Independência do Brasil em 1822, a República Federativa do Brasil entrou em outra fase da sua história, pois nesse momento a organização política e administrativa precisava ser estruturada, considerando:

- ✓ A extensa área territorial, pois constantemente era reivindicada por outros Países para domínio de posse;
- ✓ Deficiência de recursos financeiros para o desenvolvimento e expedições de exploração;
- ✓ Dificuldade de povoamento, principalmente na região Amazônica;
- ✓ País escravocrata com inúmeros problemas sociais.

Esses eram parte dos problemas enfrentados na naquela época e que aos poucos essa organização foi tomando forma, com a criação dos primeiros Estados Federados no Brasil.

**Figura 1 - criação dos primeiros Estados Federados no Brasil**



Fonte: site [www.novaescola.org.br](http://www.novaescola.org.br), Acesso em 27/10/2019.

Na linha de transformações, o Amapá é elevado à categoria de Estado com a Constituição Federal de 1988, e o período de transição durou de outubro de 1988 até dezembro de 1990.

Enquanto Território, o Amapá criou timidamente uma estrutura física que aos poucos foi tomando forma, tanto que no período da transformação em Estado, já dispunha de certa estrutura física que deu todo o suporte para o alcance da “independência do novo Estado”, pelo menos era o que se imaginava e com isso uma nova história é traçada para o povo amapaense.

### **5.3 A importância dos municípios para o estado do Amapá**

O desenvolvimento do Estado está atrelado ao desenvolvimento dos municípios existentes, com a formação das cidades é que se constitui o Estado forte e consolidado. Entre os anos de 1940 a 1980 poucos municípios foram criados, pois na década de 40 tínhamos apenas três: Amapá, Macapá e Mazagão, somente a partir da década de 80 que os trabalhos de criação de novos municípios foram retomados visando à descentralização de poderes e a redistribuição de recursos.

No início dos anos de 1980, já prevendo que as políticas se encaminhavam para a elevação de Território à condição de Estado, iniciou um período de estudos técnicos para a criação de novos Municípios no Amapá, com vistas à emancipação, pois o objetivo era distribuir de forma descentralizada os recursos financeiros oriundos da União (Governo Federal), de maneira que as políticas públicas pudessem chegar mais rápidas as comunidades mais carentes.

No Amapá, percebe-se pelo contexto histórico, que o processo de municipalização se deu de forma lenta, considerando o andamento político-social da época, e a falta de interesse dos governantes, pois todos vinham de outros Estados, além da falta de recursos para grandes iniciativas que produzisse efeitos concretos que atingisse a condição de transformação local de forma mais direta, pautado na ideia de emancipação por meio de rateio de recursos financeiros destinados ao Estado, e, por conseguinte distribuídos aos Municípios com o intuito de promover o tão sonhado desenvolvimento do Amapá, pois com a redistribuição de recursos destinados diretamente aos Municípios, almejava-se a ideia de que, parte dos problemas de cada localidade pudesse ser amenizada de forma mais rápida.

Sabe-se que a distribuição de recursos financeiros do Governo Federal para o Estado e Municípios, para o desenvolvimento de políticas públicas, é por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respectivamente, aliais são as maiores fontes de recursos de todos os Municípios, pois as receitas próprias são quase inexistentes, pelo menos na maioria deles. Sobre a distribuição de recursos da União, a Constituição Federal de 1988, dispõe no art. 159:

**Art.159.**A União entregará:

**I** - Do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:

Vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

Vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

Três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

Um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;

1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;

**II**- Do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

**III** - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico previsto no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuída na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

**§1º** Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos artigos 157, I, e 158, I.

**§2º** A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

**§3º** Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

**§4º** Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

Apesar dos municípios receberem verbas constitucionais, não deixou de ter dependência desses recursos para sobreviverem, inclusive o Estado que depende cerca de 70% do FPE.

A seguir, descreveremos as principais características de cada município, fazendo um apanhado histórico de sua origem e um panorama atual, conforme dados do IBGE.

**Figura 2 – Mapa do Estado do Amapá**



Fonte: Google<sup>22</sup> Mapas, acesso em 06/11/2019.

<sup>22</sup><https://www.google.com.br> , Acesso em 06/11/2019.

## 5.4 Indicadores estatísticos de desenvolvimento do Amapá

### 5.4.1 Indicadores Demográficos

#### **População**

Os resultados das últimas décadas (1960 a 2010), conforme tabela I apresenta um aumento considerável da população, principalmente entre as décadas de 2000 a 2010, que obteve um crescimento de 71,25% com base na análise vertical (av) comparativa entre esses períodos. Nesta mesma tabela, observa-se que entre os anos de 1960 a 1980, a população concentrava-se quase que por igual entre a zona urbana e rural, esta característica se dá em virtude de que nessa época o processo econômico da exploração vegetal e mineral era bem acentuado, sendo que a economia do Amapá dependia dessa exploração, o Projeto Jari e o Projeto ICOMI foram os grandes responsáveis por esse cenário. Nos anos entre 1980-1991, ocorreu um deslocamento da população da zona rural para a urbana de 59,18% para 80,90%, respectivamente, um dos grandes motivos foi a transição do Amapá Território para Amapá Estado, se consolidando em 1988 com a Constituição Federal. Outro motivo desse deslocamento foi à finalização do Projeto ICOMI, principalmente, pois no momento em que começa ocorrer à escassez na exploração do manganês e as necessidades do campo aumentando a população passa a migrar para os centros urbanos, principalmente Macapá e Santana em busca de trabalho e melhores condições de moradia, no entanto, devido a grande demanda, o setor econômico e a infraestrutura não acompanham esse crescimento provocando um crescimento desordenado e sem estrutura para captar tanta mão de obra não especializada.

Entre os anos de 2000 a 2010, o percentual de crescimento foi de 71,25% no crescimento populacional do Estado, sendo que em 2000 a representatividade na área urbana era de 89,03% e em 2010 de 89,77%, ou seja, um crescimento pouco expressivo, porém, com uma pequena concentração da população na zona rural. Na tabela II, demonstra que a população aumentou mais que a média geral do Brasil, tendo como maior percentual de crescimento a década de 1960, e a menor a década do censo de 2010.

Com relação ao aumento populacional dos municípios em particular, as cinco cidades de destaque em termos demográficos, conforme censo de 2010 sequencialmente é: Macapá (maior contingente), Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque e Mazagão. No censo de 1991, as cidades que não apresentam registros da população são porque estas eram distritos de outros municípios nesse período, vindo a se tornar município em datas superiores, de acordo com demonstrativo da tabela III.

**Tabela 1 - População residente, por situação do domicílio 1960 - 2010**

CENSO	TOTAL	% AV	URBANA	%	RURAL	%
1960	68.889	-	35.241	51,43	33.279	48,57
1970	114.230	60,30	62.400	54,63	51.830	45,37
1980	175.258	65,18	103.719	59,18	71.539	40,82
1991	289.397	60,56	234.131	80,90	55.266	19,10
2000	477.032	60,67	424.683	89,03	52.349	10,97
2010	669.526	71,25	601.036	89,77	68.490	10,23

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Indicadores Socioeconômicos do Estado do Amapá 2011-2012 e 2009-2010.

**Tabela 2 - População residente e taxa de crescimento anual do Brasil e Estado do Amapá 1950 – 2010**

CENSO	BRASIL	CRESCIMENTO ANUAL - %	AMAPÁ	CRESCIMENTO ANUAL - %
1950	51.944.397	-	37.477	-
1960	70.070.457	3,04	68.889	6,22
1970	93.134.846	2,89	114.230	5,26
1980	119.011.052	2,48	175.258	4,36
1991	146.825.475	1,93	289.397	4,67
2000	169.799.170	1,63	477.032	5,71
2007	183.987.291	0,81	587.311	2,10
2010	190.755.799	1,17	669.526	3,44

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – tabela copiada do livro / Indicadores Socioeconômicos do Estado do Amapá 2011-2012 e 2009-2010.

**Tabela 3 - População residente do Estado do Amapá por Município**

Municípios	Censo		Censo
	2010	2000	1991
Amapá	8.069	7.121	8.075
Calçoene	9.000	6.730	5.177
Cutias*	4.696	3.280	-
Ferreira Gomes	5.802	3.562	2.386
Itaubal*	4.265	2.894	-
Laranjal do Jari	39.942	28.515	21.372
Macapá	398.204	283.308	179.777
Mazagão	17.032	11.986	8.911
Oiapoque	20.509	12.886	7.555
Pedra Branca do Amapari*	10.772	4.009	-
Porto Grande*	16.809	11.042	-
Pracuúba*	3.793	2.286	-
Santana	101.262	80.439	51.451
Serra do Navio*	4.380	3.293	-
Tartarugalzinho	12.563	7.121	4.693
Vitoria do Jari*	12.428	8.560	-
Estado	669.526	477.032	289.397

Fonte: SEPLAN/AP / Anuário Estatístico do Estado do Amapá – 2007-2010; 2005-2006.

\* No Censo de 1991 esses atuais municípios nesse período eram distritos de outros municípios.

### **Aspectos Urbanos**

No aspecto urbano, a análise ocorreu entre os anos de 2013 a 2018. Devido ao processo de colonização, a sociedade foi se desenvolvendo gradativamente na medida em que foram surgindo às possibilidades de sobrevivência, com isso, o Amapá não foi devidamente planejado e nem projetado para comportar e se transformar em um grande entro urbano. Naturalmente com o nascimento de pessoas e o processo migratório, a urbanização não acompanhou a evolução desse fluxo, as residências eram construídas, mas não organizadas com o devido tratamento de esgotamento sanitário adequado, ficando as famílias com a solução alternativa do uso de fossas caseiras para o livramento dos resíduos.

A afirmativa dessa informação se concretiza com os dados do demonstrados no quadro da *Extensão da Rede de Esgoto* que nos últimos seis anos não apresentaram mudanças e nem crescimentos, isto é, o crescimento apresentado em 2018 é insignificante perante a necessidade real, ou seja, a

população cresceu, mas não foi proporcional o crescimento do aumento da extensão da rede do atendimento de esgoto, logo não houve investimento nessa área por parte do Estado. Com relação aos municípios, o quadro não é diferente, existe municípios que tem rede de esgoto até o ano de 2018, nos que apresentam, também não houve alteração de investimentos. O crescimento populacional é um indicativo de impacto em todas as áreas do contexto de análise socioeconômica de uma região.

**Tabela 4 - Extensão da rede de esgoto, nos Municípios e Estado do Amapá 2010-2018**

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Estado	118.070	118.070	118.070	118.070	118.070	119.150
Amapá	3.390	3.690	3.690	3.690	3.690	3.690
Calçoene	-	-	-	-	-	-
Cutias	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes	-	-	-	-	-	-
Itaubal	-	-	-	-	-	-
Laranjal do Jari	-	-	-	-	-	-
Macapá	89.290	89.290	89.290	89.290	89.290	90.370
Mazagão	3.340	3.340	3.340	3.340	3.340	3.340
Oiapoque	4.660	4.660	4.660	4.660	4.660	4.660
Pedra Branca do Amapari	-	-	-	-	-	-
Porto Grande	-	-	-	-	-	-
Pracuúba	-	-	-	-	-	-
Santana	9.420	9.420	9.420	9.420	9.420	9.420
Serra do Navio	7.670	7.670	7.670	7.670	7.670	7.670
Tartarugalzinho	-	-	-	-	-	-
Vitória do Jari	-	-	-	-	-	-

Fonte: Indicadores Socioeconômicos do Estado do Amapá 2016-2018.

#### 5.4.2 Indicadores Econômicos

##### **Receita Pública**

De acordo com Quitanda *et al*, 2011, p.38, receita pública “consiste no conjunto de ingressos financeiros, com fontes e fatos geradores próprios e

permanentes, originados da ação e de tributos inerentes a instituição”. Os recursos arrecadados pelo ente público são fundamentais para o atendimento e manutenção de serviços públicos destinados à sociedade. As receitas são divididas em: receita orçamentária; receita corrente; receita de capital; e receita extraorçamentárias.

**Receita Orçamentária** – é originária da lei orçamentária, que integra o orçamento do Estado, aumentando a situação líquida patrimonial financeira da entidade pública.

**Receita Corrente** – provem da venda de produtos ou serviços, são de origem tributária, e cobrem despesas correntes e de capital. As receitas correntes são: receita tributária (arrecadação de impostos); receita de contribuição (contribuições sociais, econômicas e contribuições de intervenção no domínio econômico); receita patrimonial (exploração do patrimônio, participações e dividendos); receita agropecuária (exploração vegetal, animal e derivados); receita industrial (extração mineral, transformação e serviços industriais); receitas de serviços (comércio, financeiro, transporte, comunicações, saúde, etc.); transferências correntes (recursos recebidos de outras entidades); outras receitas correntes (multa, juros, dívida ativa, indenizações e restrições e outras).

**Receita de Capital** – de acordo com a Lei nº 4.320/1964, no art.11, § 2º, as receitas de capital são recursos financeiros constitucionais e de dívidas, da conversão de bens e direitos; outras pessoas de direito público ou privado, com o objetivo de custear as despesas de capital, bem como superávit do orçamento corrente. Podem ser classificadas em: operações de créditos (títulos públicos); alienação de bens (ativo permanente); amortização de empréstimos (empréstimos a terceiros); transferência de capital (recursos oriundos de outras entidades); outras receitas de capital (não classificável nas categorias anteriores); receitas de capital intraorçamentários (recursos de autarquias, fundações, estatais, e outras).

**Receita Extraorçamentária** – é a que não integra o orçamento público (cauções, fianças, depósitos em garantia, consignações em folha de pagamento, retenções na fonte, salários não reclamados, e outras).

Além da classificação da receita pública, é importante frisar que o gestor público deve estar atendo ao gerenciamento desses recursos, inclusive identificar sua origem. Pires, (2002), classifica as origens dos recursos da entidade pública como: recursos do tesouro e recursos de outras fontes, e assim conceitua:

A classificação da receita sob a ótica da origem dos recursos é mais adotada nos grandes orçamentos (União, Estados, DF e Municípios Capitais). A finalidade dessa classificação é se fazer a separação dos recursos do tesouro e dos recursos de outras fontes, vinculados e de transferência. As origens principais dessa classificação são: recursos do tesouro; recursos de outras fontes (PIRES, 2002, p.135).

**Recursos do Tesouro:** são representados pelos recursos arrecadados pelo Tesouro Nacional, Estadual ou Municipal referentes a todas as receitas arrecadadas pelos fundos. Estas receitas são classificadas em ordinárias (representam receitas normais da administração direta) e vinculadas (representam as receitas de convênios, fundos, etc.).

**Recursos de outras fontes:** representadas pelas receitas arrecadadas pelas entidades da Administração Indireta (autarquias, fundações e empresas públicas).

Os dados apresentados pelos relatórios extraídos da SEPLAN demonstram que desde a transformação do Amapá em Estado vem ocorrendo aumento das receitas arrecada para gerir o Estado e que durante todo esse período fica demonstrada a total dependência pelos recursos financeiros oriundos do Governo Federal por meio do FPE. Nos primeiros dez anos (1996 a 2006) o estado apresentou uma dependência de mais de 80% dos recursos constitucionais para atender a demanda das políticas públicas, ou seja, a sua capacidade de se auto gerir era menor que 20% do total da capacidade de arrecadação de recursos próprios, gerando uma elevada dependência econômica do Governo Federal. Apesar da tímida elevação das receitas próprias entre os anos de 2007 a 2018, o cenário não sofreu tanto impacto de crescimento, continua alta essa dependência em mais de 70%. Isso representa uma insuficiência de capacidade de geração própria de recursos capaz de dar sustentabilidade as ações e aos programas sociais como geração de empregos com oportunidade de renda, capazes de influenciar de forma positiva a sociedade amapaense.

Na tabela 5 será demonstrada a evolução das receitas destinadas ao Amapá no período de 1989-2018.

**Tabela 5 - Quadro Demonstrativo da Receita do Estado do Amapá – 1994 -2018**

Ano	Receita de Transferência	Receita Própria	Receita Total	% Receita de Transferência	% Receita Própria
1996	470.850.818,18	66.828.366,88	537.679.185,06	87,57	12,43
1997	368.126.716,61	77.764.051,06	445.890.767,67	82,56	17,44
1998	411.307788,70	90.721.595,77	502.029.384,47	81,93	18,07
1999	450.598.053,53	96.939.451,55	547.537.505,08	82,30	17,70
2000	563.500.951,30	120.238.229,31	683.739.180,61	82,41	17,59
2001	661.956.587,41	152.690.784,92	814.647.372,33	81,26	18,74
2002	743.855.973,00	181.287.733,00	925.143.706,00	80,40	19,60
2003	867.902.622,78	188.646.096,78	1.056.548.719,56	82,15	17,85
2004	1.073.681.790,39	233.550.293,76	1.307.232.084,15	82,13	17,87
2005	1.372.097.109,35	292.634.997,89	1.664.732.107,24	82,42	17,58
2006	1.475.863.010,15	362.163.087,88	1.838.026.098,03	80,30	19,70
2007	1.572.919.176,64	399.531.848,30	1.972.451.024,94	79,74	20,26
2008	1.943.079.600,92	453.999.609,37	2.397.079.210,29	81,06	18,94
2009	1.884.668.683,57	476.082.553,03	2.360.751.236,60	79,83	20,17
2010	2.038.176.397,67	567.759.004,85	2.605.935.402,52	78,21	21,79
2011		635.065.322,49			
2012		863.699.874,93			
2013		923.241.237,79			
2014	2.488.890.194,24	1.039.854.713,02	3.528.744.907,26	70,53	29,47
2015	2.589.407.125,77	909.620.343,27	3.499.027.469,04	74,00	26,00
2016	2.969.616.500,37	945.557.163,90	3.915.173.664,27	75,85	24,15
2017	2.811.334.748,43	1.063.578.212,13	3.874.916.960,56	72,55	27,45
2018	3.874.519.932,22	1.322.052.504,76	5.214.243.938,09	74,31	26,69

Fonte: SEPLAN/ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO AMAPÁ – 2005-2006/2007-2010/2013-2017./ Balanço Geral do Estado do Amapá (de 1994 a 2018). \*A partir do Plano Real.

### **Produto Interno Bruto (PIB)**

De acordo com o IBGE<sup>23</sup>, o Produto Interno Bruto – PIB, “é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”, ou seja, o PIB não é a representação total de tudo que existe no país, mais “é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, seu PIB é nulo”. Para o IBGE, as análises realizadas a partir do PIB, servem:

<sup>23</sup>www.ibge.gov.br. Acesso em 16/11/2019.

A partir da *performance* do PIB, pode-se fazer várias análises, tais como: traçar a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho ano a ano; fazer comparações internacionais sobre o tamanho das economias dos diversos países; analisar o PIB *per capita* (divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos. O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo.

De acordo com PPA 2004-2007 do Governo do Estado, o Amapá sempre sofreu com a carência de políticas públicas que valorizassem as áreas de potencialidades que buscasse o ordenamento da infraestrutura com a expansão do sistema produtivo para gerar programas de desenvolvimento participativo da sociedade, com o objetivo de inibir as desigualdades sociais. Todo esse processo de ineficiência se reflete em:

As deficiências se refletem num quadro de fragilidade econômica e de desequilíbrio na ocupação do espaço físico, tanto urbano quanto rural, e em uma grande parte da sua população dependente do governo, carente de autoconfiança e, conseqüentemente, alienada de sua cidadania. O setor produtivo do Amapá ainda se apresenta estruturalmente pouco diversificado, espacialmente concentrado, e economicamente frágil, apoiando-se principalmente, no setor terciário e, de forma incipiente, nas atividades extrativistas e em alguns poucos gêneros da indústria de transformação. A precariedade nas interfaces entre os setores primários, secundário e terciário, mantém o Estado dependente da importação de produtos de outros mercados. O setor primário, nesse contexto, não conseguiu ainda configurar-se como base de sustentação para a dinamização produtiva do Estado, quer seja através do fornecimento de matéria-prima industrial, ou pela produção necessária ao atendimento das carências alimentares da população.

No caso do Amapá, a economia sempre teve destaque no setor primário, ou seja, sua produção por meio da exploração dos recursos naturais, como agricultura, mineração, extrativismo vegetal e pecuária, sempre foi forte característica da região. Isso se deve ao fato do Estado ser área pertencente a Amazônia Brasileira, e como parte do processo, as dificuldades de desenvolvimento é algo marcante ao longo de séculos. No entanto, apesar dessa característica de produtividade primária, em função do processo migratório ocorrido no Estado, em que a população busca sobrevivência na área urbana, o Amapá é dependente de importação de produtos manufaturados, isto é, exporta matéria prima e depois compra produtos industrializados para consumo.

De acordo com o PPA de 2004-2007 no período de 1996-2000, demonstra a evolução em percentual do PIB de participação no setor primário, como sendo: em 1996 com participação de 9,20%; em 1997 de 5,25%, em 1998 de 5,53%; em 1999 de 5,32% e em 2000 de 4,61%. Esses resultados demonstram uma queda nesse setor, sendo que a medida que os anos passam, as características do setor primário esta se perdendo no Amapá.

Em relação ao setor secundário, que é a indústria, o setor de transformação, aquele que é responsável pela industrialização dos produtos que são consumidos pela sociedade, o Estado deixa a desejar, pois sua capacidade produtiva e de expansão nesse setor é limitada pela oferta de energia e outras estruturas em que são deficientes, principalmente na questão tecnológica. O PIB nesse setor dos anos de 1996-2000 também apresenta queda de participação, daremos destaque na indústria de transformação com os seguintes resultados: em 1996 2,75%; em 1997 com 2,61%; em 1998 com 1,76%; em 1999 com 1,82%; e em 2000 sem resultado apresentado na tabela 6.

O setor terciário é o que maior apresenta com participação no PIB do Estado, conforme representação nos anos de 1996-2000, sendo: em 1996 com 80,84%; 1997 com 84,97%; 1998 com 87,77%; em 1999 com 85,25% e em 2000 com 86,70%. Nesse setor está incluído a administração pública, que é o mais representativo da economia, de acordo com o PPA 2004-2007, porém, assim descreve:

O setor terciário, incluída a administração pública, é o mais representativo da economia amapaense, apesar de não ser o principal empregador. As atividades de comércio e serviços tem superado a administração pública na geração de empregos em anos recentes. De acordo com a SUDAM (1998), o Amapá teve, entre 1990 e 1996, uma taxa média anual de crescimento econômico de 4,4%, sendo este mais acentuado entre 1995-1996.

**Tabela 6 - Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto do Amapá – 1996-2000**

(continua)

Setores / Subsetores	1996	1997	1998	1999	2000
<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	<b>9,20</b>	<b>5,25</b>	<b>5,53</b>	<b>5,32</b>	<b>4,61</b>
<b>SETOR SECUNDÁRIO</b>	<b>9,96</b>	<b>9,79</b>	<b>6,71</b>	<b>9,43</b>	<b>8,69</b>
. Indústria Extrativista Mineral	2,68	2,79	0,45	3,71	
. Indústria de Transformação	2,75	2,61	1,76	1,82	
. Construção Civil	3,43	3,39	3,23	2,89	
. Serviços Industriais e de Utilidade Pública	1,10	1,00	1,27	1,01	

**Tabela 6 - Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto do Amapá – 1996-2000**

(conclusão)

Setores / Subsetores	1996	1997	1998	1999	2000
<b>SETOR TERCIÁRIO</b>	<b>80,84</b>	<b>84,97</b>	<b>87,77</b>	<b>85,25</b>	<b>86,70</b>
. Comércio e Representação Veículos	23,03	23,68	22,29	22,50	
. Transporte e Armazenagem	3,02	4,88	6,20	5,62	
. Instituições Financeiras	2,06	2,06	1,76	1,72	
. Administração Pública	34,07	33,68	36,03	36,05	
. Alojamento e Alimentação	3,66	5,31	5,80	4,00	
. Comunicação	0,46	0,41	0,71	1,14	
. Atividades Imobiliárias	7,91	8,51	8,38	7,75	
. Saúde e Educação	3,65	3,35	3,21	3,12	
. Outros Serviços Coletivos	2,76	2,87	3,14	3,09	
. Serviços Domésticos	0,22	0,22	0,25	0,26	
<b>PIB TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Indicadores Econômicos/SEPLAN/PPA2004-2007.

Na sequência da análise do PIB, a tabela 7 apresenta os seguintes resultados de acordo com o PPA DE 2004-2007:

O avanço verificado no PIB Estadual tendo acumulado no período 1996/2000 um crescimento de 20,37%, que compreende a média anual de 4,74%, é reflexo, principalmente da ampliação da contribuição das atividades de serviços e administração pública de 23,74% e 34,07% em 1996 para 26% e 40,48%, respectivamente em 2000. Enquanto os setores Primário e Secundário apresentaram redução de suas participações na formação do PIB, de 9,20% e 9,96% em 1996 para 4,61% e 8,69%, respectivamente, em 2000.

**Tabela 7 - Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente – 1996 – 2000 em R\$ milhões**

Ano	PIB Nominal	PIB (corrigido)	Evolução %
1996	1.340	1.635	-
1997	1.526	1.791	9,54
1998	1.501	1.733	(3,24)
1999	1.584	1.679	(3,12)
2000	1.968	1.968	17,21
<b>Taxa Média Anual Crescimento (1996/2000)</b>			<b>4,74</b>

Fonte: IBGE/SEPLAN/PPA 2004-2007. Nota: valores corrigidos para 31/12/2000, pelo IPCA-IBGE.

Analisando a tabela 8 que trata da participação do PIB nos setores da economia do Amapá nos anos de 2012-2015, percebemos que em comparação a

tabela 6, os percentuais de evolução não difere muito da realidade desses períodos, isto é, o setor primário manteve a queda em percentual de produção, significando que esse setor está perdendo a cada ano a característica primária nesse eixo da economia, porém vem gradativamente, em contraponto, apresentando um aumento no setor secundário, o setor de transformação, deixando de produzir matéria prima para o fomento da indústria, o que causa preocupação na economia, pois os produtos aqui produzidos podem perder a competitividade de preço em detrimento do auto custo de produção com importação da matéria prima. No que se refere ao setor terciário, a tabela 8 demonstra que esse setor vem se mantendo na média variável de crescimento, ratificando a característica do Amapá nesse eixo econômico. A tabela 9 apresenta a confirmação da evolução do PIB no Amapá, com ampliação na participação econômica.

**Tabela 8 - Participação percentual do Valor Adicionado Bruto no PIB por setor de atividade econômica no Estado – 2012-2015**

Sector Atividade	% - 2012	% - 2013	% - 2014	% - 2015
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Primário	2,7	2,2	2,2	2,1
Secundário	11,9	13,2	10,5	12,1
Terciário	85,4	84,7	87,4	85,8

Fonte: Anuário do Estado do Amapá 2013-2017/SEPLAN.

**Tabela 9 - Valor Adicionado, Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto Per Capita 1989-2018**

(continua)

ANO	VA	PIB	PIB PER CAPITA
2001		2.253	4.418
2002		2.652	4.996
2003	3.222	3.434	6.220
2004	3.595	3.846	7.026
2005	4.058	4.361	7.335
2006	4.898	5.260	8.543
2007	5.621	6.022	10.254
2008	6.318	6.765	11.033
2009	6.898	7.404	11.817
2010	7.677	8.266	12.361

**Tabela 9 - Valor Adicionado, Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto Per Capita 1989-2018**

(conclusão)

ANO	VA	PIB	PIB PER CAPITA
2011	8.350	8.968	13.105
2012	10.251	11.131	15.935
2013	11.756	12.762	17.363
2014	12.372	13.400	17.845
2015	12.891	13.861	18.079
2016	13.465	14.339	18.329

Fonte: SEPLAN/AP– tabela construída pela autora. Valores x 1000.

Com relação a média nacional e regional, também apresenta uma constância evolutiva, conforme demonstra a tabela 10.

**Tabela 10 - Valor Adicionado Bruto a preço básico, no Brasil, região Norte e Amapá – 2012-2015**

Setor Atividade	2012	2013	2014	2015
Brasil	4.094.259	4.553.760	4.972.734	5.144.478
Região Norte	228.670	259.115	272.739	283.145
Amapá	10.251	11.756	12.372	12.779

Fonte: Anuário do Estado do Amapá 2013-2017/SEPLAN.

### **Balança Comercial do Amapá**

Balança Comercial, segundo o IBGE é:

Mostra a relação de uma economia com outras economias no mundo, através do saldo das importações e exportações do país, em um determinado período. As variáveis utilizadas para a construção deste indicador são as exportações e importações do país, em um dado período, expressas em dólares americanos (valor FOB). O indicador é constituído pela diferença entre exportação e importação, ou seja, pelo saldo comercial.

É importante frisar que para feito de análise, quando o valor das importações é superior ao valor das exportações, a balança comercial é desfavorável, pois ocorre nesse momento uma desvalorização dos produtos nacionais, tendo assim, maior saída de dinheiro do País ou Estado. Os dados apresentados na tabela 11 mostra a balança comercial do Amapá no período de

1996 a 2018 e teve como fonte o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A Balança Comercial do Estado apresenta uma variação positiva no período de 1996-2018, com exceção do ano de 2000, que apresentou um saldo negativo nas relações de exportação e importação, conforme tabela 11. Daremos destaque ao ano de 2011 que alcançou o maior resultado de saldo positivo do período. De acordo com PPA – 2004-2007, no eixo desenvolvimento da Balança Comercial dos anos de 1996 a 2002, retrata:

O desempenho das atividades econômicas desenvolvidas no Estado não é capaz de fazer face às suas necessidades de desenvolvimento, impondo-lhe uma dependência muito forte das transferências federais e da captação de recursos de outras fontes para dar suporte aos projetos e iniciativas da sociedade, uma vez que a principal fonte de receita própria, o ICMS, depende diretamente das atividades produtivas. As receitas geradas pela economia local, que constituem os Recursos Próprios, representam apenas cerca de 19,6% da Receita Total

Tanto na exportação quanto na importação, ocorre uma variação não sequencial bem considerável, com destaque para o ano de 2000 em que apresentou um saldo negativo. O grande volume de exportação deve-se às relações comerciais com o extrativismo vegetal e mineral.

Com relação ao comércio externo, segundo o PPA-2008/2011 do Governo do Estado, apresenta um fluxo favorável com saldo em suas transações graças à diversidade dos produtos, bem como às conquistas realizadas de novos mercados.

Com base no Anuário Estatístico do Estado de 2013-2017, relacionamos, como amostra, os dez maiores países de destino das exportações em volume (dólar) dos anos de 2013-2016, conforme a tabela 12. O ano com maior volume de exportação ocorreu em 2014, no entanto, nos anos seguintes ocorre uma visível queda, mas que não negativa a balança comercial do Estado. China e Suíça são os países com maior impacto na diminuição do volume de exportação.

Na tabela 121, destacaremos os principais países de importação do Estado do Amapá, em volume (dólar), onde identificamos a China como sendo o maior distribuidor de produtos importados. Esse destaque se deve em virtude da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, que impulsionam essa marca.

**Tabela 11 - Balança Comercial em US\$ FOB - 1997-2018**

<b>ANO</b>	<b>EXPORTAÇÃO (A)</b>	<b>IMPORTAÇÃO (B)</b>	<b>SALDO (A-B)</b>
1996	101.515.000,00	36.672.000,00	64.843.000,00
1997	64.117.017,00	51.753.563,00	12.363.454,00
1998	62.351.972,00	20.232.039,00	42.119.933,00
1999	44.987.342,00	27.024.164,00	17.963.178,00
2000	35.998.815,00	39.085.263,00	(3.086.448,00)
2001	30.453.426,00	20.175.083,00	10.278.343,00
2002	16.366.660,00	14.485.330,00	1.881.330,00
2003	19.563.125,00	10.349.227,00	9.213.898,00
2004	46.873.576,00	33.919.312,00	12.954.264,00
2005	76.511.159,00	25.168.810,00	51.342.349,00
2006	127.980.007,00	25.483.849,00	102.496.158,00
2007	127.958.946,00	76.861.624,00	51.097.322,00
2008	192.440.032,00	77.022.128,00	115.417.904,00
2009	182.676.846,00	63.044.129,00	119.632.717,00
2010	350.543.514,00	68.335.221,00	282.208.293,00
2011	602.731.189,00	96.521.545,00	506.209.644,00
2012	447.211.058,00	134.859.403,00	312.351.655,00
2013	416.147.027,00	98.362.316,00	317.784.711,00
2014	425.346.691,00	111.510.047,00	313.836.644,00
2015	250.152.100,00	55.146.456,00	195.005.644,00
2016	264.084.842,00	23.984.536,00	240.100.306,00
2017	282.027.956,00	61.083.125,00	220.944.831,00
2018	284.962.162,00	180.484.960,00	104.477.202,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) – SECEX.

**Tabela 12 - Os dez Países de destino em valor de exportação do Estado do Amapá – 2013-2016**

<b>Países de Destino</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Exportação Total</b>	<b>416.167.277</b>	<b>425.348.295</b>	<b>250.152.100</b>	<b>264.084.821</b>
Japão	30.427.224	42.524.736	30.375.722	26.836.052
Emirados Árabes	26.897.313	40.782.604	18.441.282	20.894.248
Unidos	6.141.420	8.143.827	5.254.090	32.229
Espanha	8.055.159	34.819.608	39.207.750	50.686.455
<b>Suíça</b>	<b>101.465.266</b>	<b>22.459.083</b>	<b>70.749.864</b>	<b>17.012.742</b>
Bahrein	22.667.943	12.666.592	-	-
<b>China</b>	<b>110.125.715</b>	<b>117.178.686</b>	<b>2.948.766</b>	<b>2.946.068</b>
Hong Kong	66.019.400	38.110.753	16.938.091	10.905.202
Turquia	9.292.210	5.060.364	10.799.111	-
Reino Unido	21.358.440	88.352.845	23.906.983	84.651.869

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) – SECEX.

**Tabela 13 - Os dez Países de destino em valor de importação do Estado do Amapá – 2013-2016**

Países de Destino	2013	2014	2015	2016
<b>Importação Total</b>	<b>95.939.656</b>	<b>111.510.049</b>	<b>55.146.457</b>	<b>23.908.627</b>
<b>China</b>	<b>31.469.656</b>	<b>21.200.907</b>	<b>11.931.304</b>	<b>5.344.044</b>
Austrália	3.849.065	2.969.912	6.443.125	2.550.945
Estados Unidos	10.590.259	8.680.376	16.828.442	5.400.381
França	8.673.141	6.850.181	5.456.589	1.446.478
Japão	2.464.591	1.073.643	357.101	431.744
Formosa (Taiwan)	1.709.395	1.612.619	586.788	84.453
Alemanha	7.055.851	5.912.961	2.498.272	823.514
Reino Unido	17.022.558	8.166.991	3.529.989	872.178
Espanha	3.418.090	973.103	273.579	172.950
Suécia	2.446.541	1.638.602	111.779	1.436.704

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) – SECEX.

### 5.4.3 Setor Social

#### **Social**

No eixo social a abordagem feita é com base na garantia que população tem no acesso aos serviços públicos essenciais, assegurando a plena cidadania e a dignidade humana.

A tabela 14, de acordo com o censo apresenta um resultado razoável dentro da média de IDH, com crescimento a gradativo que favorece uma boa qualificação do Amapá. Somente no item IDHM – Longevidade que houve uma pequena queda no censo de 2010, mas não desclassifica essa média de qualificação do Estado. Fator de maior contribuição foi registrado no censo de 2000 no IDHM - Educação com 0,881. O desfavorecimento foi registrado no IDHM – Renda, que embora tenha ocorrido crescimento, manteve-se na classificação média. Esse resultado sofre interferência no alto índice de desemprego em nível regional e nacional.

A tabela 15 demonstra que a média geral do IDH do Estado vem aumentando a cada censo, mas daremos destaque ao censo de 1991 que apresentou resultado de 0,472, um índice considerável muito baixo de desenvolvimento. Já no censo de 2000, houve uma pequena melhora, mas continua baixo com a classificação 0,577, tendo um avanço no censo de 2010 sendo reclassificado como um IDH alto. Esse resultado não significa que o Estado tenha deixado a condição de Estado subdesenvolvido, pois devemos considerar dentre

outros fatores, o IDH dos municípios, que de acordo com o censo de 1991, os resultados em todos os eles foi muito baixo. A melhora já aparece nos censos de 2000 e 2010, porém, ainda precisa desenvolver vários fatores para ser considerado um Estado desenvolvido.

**Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Amapá – 1991/2000/2010**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
IDH-M	0,691 – médio	0,753 – alto	0,708 - alto
IDHM – RENDA	0,649-médio	0,666 – médio	0,694 -médio
IDHM – EDUCAÇÃO	0,756 – alto	0,881 – muito alto	0,813 – muito alto
IDHM - LONGEVIDADE	0,667 - médio	0,711 - alto	0,629 - médio

Fonte: PNUD / Indicadores Socioeconômicos do Amapá 2016-2018.

**Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento Humano por Município**

<b>Municípios</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
<b>Estado<sup>24</sup></b>	<b>0,472</b>	<b>0,577</b>	<b>0,708</b>
Amapá	0,391	0,728	0,790
Calçoene	0,342	0,634	0,759
Cutias	0,161	0,696	0,760
Ferreira Gomes	0,320	0,754	0,820
Itaubal	0,268	0,634	0,758
Laranjal do Jari	0,349	0,728	0,801
<b>Macapá</b>	<b>0,525</b>	<b>0,754</b>	<b>0,820</b>
Mazagão	0,319	0,715	0,758
Oiapoque	0,388	0,715	0,779
Pedra Branca do Amapari	0,235	0,670	0,779
Porto Grande	0,407	0,715	0,777
Pracuúba	0,203	0,696	0,790
Santana	0,426	0,728	0,794
Serra do Navio	0,416	0,728	0,783
Tartarugalzinho	0,311	0,696	0,794
Vitória do Jari	0,336	0,670	0,781

Fonte: PNUD / Indicadores Socioeconômicos do Amapá 2016-2018.

## **Renda**

A renda per capita mede o índice de pobreza e desigualdade de uma região. Nesta abordagem daremos destaque ao Índice de GINI, que de acordo com o *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil* o define como sendo:

<sup>24</sup> De acordo com o site [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br), acesso em 18/11/2019, no ranking nacional o Amapá ocupa a 12º posição entre as 27 unidades federativas brasileiras segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas).

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

De acordo com a tabela 16 a renda per capita média cresceu de 378,57 em 1991, para 424,57 em 2000 e 598,98 em 2010, porém, o percentual de extremamente pobres apresentou crescimento entre 1991 a 2000, representando um resultado desfavorável, melhorou entre 2000 a 2010, tendo uma queda de percentual, de 17,40% para 9,93%. O percentual de pobres seguiu a mesma linha de aumento e em seguida de diminuição, isto é, entre 1991 – 2000 houve crescimento de pobres de 36,43% para 38,13%, e apresentou queda entre 2000 a 2010, saindo de 38,13% para 24,07%. Com relação ao índice de Gini, ocorreu uma evolução de desigualdade de renda nos censos apresentado, saindo de 0,58% em 1991 para 0,62% em 2000, e em relação a 2000 a 2010, esse indicativo obteve uma pequena queda, saindo de 0,62 para 0,60. A tabela 17 indica uma taxa de crescimento médio anual de 1,28% entre os anos de 1991 a 2000 para 3,5% para 2000 – 2010.

**Tabela 16 - Evolução da Renda, Pobreza e Desigualdade do Estado do Amapá**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
Renda per capita média <sup>25</sup>	378,57	424,57	598,98
% de extremamente pobres	15,11%	17,40%	9,93%
% de pobres <sup>26</sup>	36,43%	38,13	24,07%
Índice de Gini <sup>27</sup>	0,58	0,62	0,60

Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br), acesso em 18/11/2019.

<sup>25</sup> Taxa média de crescimento nas últimas duas décadas foi de 58,22%, e taxa média anual de crescimento de 2,44%.

<sup>26</sup> Renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preço de agosto de 2010).

<sup>27</sup> É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

**Tabela 17 - Evolução da Taxa média anual de crescimento**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 1991-2000</b>	<b>Censo 2000-2010</b>
Taxa média anual de crescimento	1,28%	3,50%

Fonte: www.atlasbrasil.org.br, acesso em 18/11/2019.

## **Trabalho**

De acordo com os censos de 2000 e 2010 os resultados apresentados na tabela 18 demonstram que a população tornou-se mais ativa, com os seguintes dados: a taxa de ocupação de maiores de dezoito anos aumentou de 66,50% para 69,70%, proporcionalmente a taxa de desocupação diminuiu, representando que mais pessoas ingressaram no mercado de trabalho. Há ainda, um crescimento do grau de formalização de 46,15% para 49,11%, significando regulação da população formal nesse mercado com o diferencial de que o nível desses ingressos elevou o grau de escolaridade, traduzindo em uma melhor qualificação da mão de obra no cenário amapaense, conforme demonstra a tabela 19.

Embora tenha ocorrido um aumento na taxa de ocupação, o rendimento médio apresenta uma queda, conforme a tabela 20, nos três quesitos entre os anos de 2000 – 2010, ou seja, o salário médio dos trabalhadores diminuiu. A tabela 21 apresenta como setores de maior empregabilidade o de serviço com 49,95% e em seguida o de comércio com 17,23%, de acordo com o censo de 2010.

**Tabela 18 - Ocupação da população de 18 anos ou mais – Estado do Amapá**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
Taxa de atividade – 18 anos ou mais	66,50%	69,70%
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	18,31%	11,49%
Grau de formalização dos ocupados – 18 anos ou mais	46,15%	49,11%

Fonte: www.atlasbrasil.org.br, acesso em 18/11/2019.

**Tabela 19 - Nível educacional dos ocupados – Estado do Amapá**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
% dos ocupados com fundamental completo – 18 anos ou mais	50,63	66,72
% dos ocupados com médio completo – 18 anos ou mais	32,48	50,87

Fonte: www.atlasbrasil.org.br, acesso em 18/11/2019.

**Tabela 20 - Rendimento Médio – Estado do Amapá**

Categoria	Censo	Censo
	2000	2010
% dos ocupados com rendimento de até 1 s. m. – 18 anos ou mais	43,21	23,83
% dos ocupados com rendimento de até 2 s. m. – 18 anos ou mais	69,98	68,58
% dos ocupados com rendimento de até 5 s. m. – 18 anos ou mais	90,34	88,97

Fonte: www.atlasbrasil.org.br, acesso em 18/11/2019.

**Tabela 21 - Setores de trabalho na faixa etária de 18 anos ou mais - 2010**

Categoria	Censo 2010
Setor agropecuário	9,87%
Indústria extrativa	1,06%
Indústria de Transformação	4,33%
Setor de construção	3,10%
Setores de utilidade pública	1,01%
<b>Comércio</b>	<b>17,23%</b>
<b>Setor de serviço</b>	<b>49,95%</b>

Fonte: www.atlasbrasil.org.br, acesso em 18/11/2019.

## Habitação

Os indicadores de habitação do Estado do Amapá apresentados pelo censo de 1991, 2000, e 2010 que houve um crescimento evolutivo da população que possui em sua residência água encanada, assim de energia elétrica. Percebe-se também um grau de evolução no quesito coleta de lixo, que de acordo com o censo de 2010, esse percentual é de quase 100%.

**Tabela 22 - Indicadores de Habitação – Estado do Amapá**

Categoria	Censo	Censo	Censo
	1991	2000	2010
% da população em domicílio com água encanada	56,97	60,91	91,44
% da população em domicílio com energia elétrica	84,64	95,10	98,27
% da população em domicílio com coleta de lixo	69,11	78,85	96,38

Fonte: www.atlasbrasil.org.br, acesso em 18/11/2019.

## **Vulnerabilidade Social**

A tabela 23 apresenta os índices de vulnerabilidade social do Amapá. No que diz respeito a Crianças e Adolescentes no item mortalidade infantil ocorreu uma queda entre os censos, saindo de 43,73% de mortes em 1991 para 15% em 2010. Outros aspectos relevantes foram que houve um crescimento de crianças na escola, isto é, em contraponto, os índices mostram que em 2000 81,53 % das crianças de 0 a 5 anos estavam fora da escola e em 2010, esse percentual caiu para 70,83, ainda considerado alto. Para a faixa etária de 6 a 14 anos, os percentuais de queda são expressivos, sendo que em 1991 haviam fora da escola cerca de 26,75% de crianças e adolescentes, em 2000 era de 9,02% e em 2010 de 4,66%, isso indica que quase todas nessa faixa de idade estão nas escolas. Os que representam vulnerabilidade social por não estudarem e nem trabalharem, são de 17,76% em 2000 e 16,02% em 2010, houve queda nesse período. A taxa de mulheres entre 10 e 17 anos com filhos manteve-se a média entre os censos, apresentando uma pequena queda em 2010, ficando em 4,37%. A faixa etária de 10 a 14 anos é considerada muito baixa, apesar de ter ocorrido crescimento entre 200 – 2010, ficando com 7,72%.

No item família, ocorreu um crescimento entre os anos de 1991 – 2000 e 2000 – 2010 de 25,63% para 27,37%, respectivamente. Com relação aos vulneráveis e dependentes de idosos a taxa manteve-se na média de 4,% entre os anos de 1991-2000-2010. A criança extramente pobre cresceu de 1991 para 2000, passando de 19,30% para 23,77 e diminuiu em 2010 para 14,45%.

O trabalho e renda de vulneráveis a pobreza diminuiu entre os anos de 1991, de 60,38%, em 2000 para 59,32\$ e 2010 para 45,22%, apesar das taxas terem tido queda nos percentuais, ainda é considerada alta. As pessoas cima de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal diminuiu entre 2000 a 2010, passando de 47,07% para 32,55%.

Na condição de moradia, a população em domicílio com banheiros água encanada entre os anos de 1991 – 2000 ocorreu um pequeno decréscimo passando de 46,59% para 46,54% e em 2010, volta a crescer passando para 66,38%.

**Tabela 23 - Vulnerabilidade Social do Estado do Amapá**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
<b>Crianças e Jovens</b>			
Mortalidade infantil	43,72	31,62	15,14
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	81,53	70,83
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	26,75	9,02	4,66
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	17,76	16,02
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,60	4,81	4,37
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	5,24	7,72
<b>Família</b>			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	21,98	25,63	27,37
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,46	2,49	2,49
% de crianças extremamente pobres	19,30	23,77	14,45
<b>Trabalho e Renda</b>			
% de vulneráveis à pobreza	60,38	59,32	45,22
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	47,07	32,55
<b>Condição de Moradia</b>			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	46,59	46,54	66,38

Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br), acesso em 18/11/2019.

### **Educação**

O *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* considera para efeito de análise em educação “proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação”. Assim, nas faixas etárias entre 5 e 6 anos 82,79% das crianças estão na escola em 2010, este percentual em 1991 era de 28,78%. A faixa de 11 a 13 anos do ensino fundamental – series final – encontram com 80,89% de crianças na escola e com o ensino fundamental completo esse número cai para 54,30% em 2010, e 1991 era de 35,67% e 16,74 % respectivamente. Jovem de 18 a 24 anos com ensino médio completo em 1991 era de 9,15%, em 2000 era de 17,13% e em 2010 de 35,73%. Neta mesma faixa de idade cursando o ensino superior é bem menor, sendo em 1991 de 0,92%, em 2000

3,24% e em 2010 12,95%. Índices considerados muito baixo para a elevação do nível de desenvolvimento, conforme a tabela 25. A tabela 26 apresenta a população com acima de 25 anos a seguinte condição escolar: superior completo, somente 10% da com nível superior em 2010, em contraponto com o ano de 1991 com apenas 3,86%, índices extremamente baixo dessa escolaridade. Com ensino médio completo e superior incompleto o resultado em 1991 era de 14,2%, em 2000 com 21,9% e em 2010 com 33%. Fundamental completo e médio incompleto aumentou entre 1991 de 11,5% para 15,1% e diminuiu em 2010 para 14%. Fundamental completo e alfabetizado, os índices em 1991 são de 46,7% em 1991, 42,6% em 2000 e 30,9% em 2010. Fundamental incompleto e analfabetos esses índices caíram a cada década, saindo de 24,8% em 1991 para 16,4% em 2000 e 11,2% em 2010.

**Tabela 24 - IDH – Educação por faixa etária**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
05 a 06 anos / na escola	28,78%	64,25%	82,79%
11 a 13 anos / anos finais do ensino fundamental	35,67%	51,64%	80,89%
15 a 17 anos / com ensino fundamental completo	16,74%	31,18%	54,30%
18 a 20 anos / com ensino médio completo	9,15%	17,13%	35,73%
18 a 24 anos / cursando o ensino superior	0,92%	3,24%	12,95%

Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br), acesso em 18/11/2019.

**Tabela 25 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais**

<b>Categoria</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
Superior completo	3,86%	4%	10%
Médio completo e superior incompleto	14,2%	21,9%	33%
Fundamental completo e médio incompleto	11,5%	15,1%	14%
Fundamental incompleto e alfabetizado	46,7%	42,6%	30,9%
Fundamental incompleto e analfabeto	24,8%	16,4%	11,2%

Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br), acesso em 18/11/2019

## 5.5 Potencialidades do estado do Amapá

A cada ano espera-se que os governos promovam avanços no desenvolvimento dos estados e municípios, como condição de promoção da sociedade e melhores condições de vida. Os programas e ações dos governos, servem de norteadores para o processo evolutivo buscando a implementação de políticas públicas que promovam dignidade a pessoa humana.

O governo do Estado do Amapá lançou o Plano Plurianual - PPA/AP 2020/2013, que será o instrumento de plano das ações em que estabelece as diretrizes alinhadas às estratégias futuras a serem tomadas para médio prazo. Quitanda *et al*, 2011, p. 8 defini PPA como sendo:

O primeiro instrumento de planejamento da entidade pública é o Plano Plurianual (PPA), o qual, conforme o Manual Técnico do Orçamento – MTO (2010), estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Lima e Castro (2007) expõem que a elaboração do Plano Plurianual constitui-se em decidir quais serão os investimentos mais relevantes em um projeto de desenvolvimento, e por isso devem buscar responder os anseios da comunidade, e estarem adequados à política institucional estabelecida pelo governante. Pode-se dizer, portanto, que o PPA PE uma espécie de planejamento estratégico, pois projeta a instituição em longo prazo. Segundo Kohama (2006, p.35), é por meio dele que “procura-se ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixadas para um período de quatro anos”, em qualquer níveis de governo. De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 165, estabelecido em seus §§ 1º e 4º , o Plano Plurianual tem como objetivo nortear metas para as despesas de capital e as demais, delas derivadas, bem como aquelas cuja duração tenha caráter continuado, fazendo assim, com que os planos e programas adotados pela administração do decorrer da gestão sejam equivalentes ao planejamento exposto no PPA.

As potencialidades estão inseridas na seguinte dinâmica de acordo com o PPA 2020-2023:

[...] na parceria com os 16 municípios amapaense, e externa e regionalmente busca-se a integração através do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, que agrega instrumentos como o recente planejamento estratégico [...]. Parceiros internacionais, como embaixadas [...], instituições [...], e grupos especializados [...], com possibilidades não apenas para captação, mas para cooperações técnicas e apoio na realização de objetivos prioritários, como ingresso no mercado de serviços ambientais. Segmentos econômicos e sociedade organizada: incorporadas a principais demandas da iniciativa privada, principalmente durante a recente reestruturação dos órgãos do setor econômico, as unidades gestores mais próximas ao cidadão e movimentos sociais

puderam inserir incorporar nos programas os anseios populares mais prioritários [...].

Segundo o PPA 2020-2023, p. 19 a linha norteadora por setor de desenvolvimento será apresentada por meio das diretrizes estratégicas sintetizadas e ora transcritas:

- AMAPA PRODUTIVO 2.0: tendo como estratégia a transversalidade e integração intra e intergovernamental, com enfoque na cooperação com 3 níveis federativos e com o setor privado, englobará todas as ações e projetos dos Órgãos do Eixo Econômico, e as ações específicas de áreas estratégicas, como educação, ciência e tecnologia. De forma coordenada, propõe-se impulsionar as oportunidades vocacionais locais com agregação de soluções voltadas para a economia verde, indústria 4.0 e transformação digital, em busca da geração de emprego e renda e do desenvolvimento sustentável do Amapá.
- AMAPÁ COMPETITIVO: modernização da gestão (desburocratização e Governo Digital), objetivando um ambiente de negócios mais atrativo e seguro, oportunizando acesso as pequenas e média empresas, nas aquisições governamentais, promovendo e valorizando os empreendedores estaduais, dos diversos segmentos da economia amapaense.
- CENÁRIOS DO AMAPÁ: incorporação e aplicação da Base Cartográfica, regularização fundiária, levantamento das áreas de exclusão e viabilização da transferência para o Estado e Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE, viabilizando o acesso a crédito, vinculado ao desenvolvimento econômico sustentável. A partir da integração dos dados geoespecializaos com demais fontes de informação internas e externas, disponibilização para utilização pela Administração Pública, iniciativa privada, comunidade acadêmica e sociedade em geral.
- INOVA AMAPÁ: produção de conhecimento e incentivo às vocações econômicas do Estado; difusão e popularização da ciência; fomento e padronização de produtos amapaenses com foco na inovação e transferência de tecnologia; promoção de avanços na interiorização do ensino superior, na pesquisa e extensão.
- CONSÓRCIO GOVERNAMENTAL INTERESTADUAL: diretriz que reconhece a interdependência como oportunidade para acelerar o desenvolvimento sustentável do Amapá, integrado aos 9 Estados da Amazônia Legal, de forma cooperada, considerando as possibilidades e os desafios regionais.
- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, INCLUSIVA E SEGURA, INTEGRAL E SUSTENTÁVEL: garante o acesso, a permanência e o protagonismo dos estudantes amapaenses por meio de uma educação de qualidade, inclusiva e integral. Inserem-se ainda iniciativas voltadas para a ampliação das unidades de gestão compartilhada (SEED + PM e CB)<sup>28</sup>, e a escola verde (integração aos ODS<sup>29</sup>).
- SAÚDE COM RESOLUTIVIDADE: ampliação da Rede Pública de Saúde, inclusive como modelo de atendimento administrado por organizações terceirizadas e reguladas pela SESA<sup>30</sup> e Ministério da Saúde.
- AMAPA JOVEM 2.0: programa que visa alcançar o maior número possível de jovens na faixa etária compatível, visando à qualificação dos mesmos para uma colocação no mercado de trabalho.

---

<sup>28</sup> SEED (Secretaria de Estado da Educação); PM (Polícia Militar); CB (Corpo do Bombeiro).

<sup>29</sup> OBS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

<sup>30</sup> SESA: (Secretaria de Estado da Saúde).

- CULTURA, ESPORTE E LAZER PARA TODOS: universalização desses segmentos, atingindo parcelas consideráveis da população amapaense, por meio de eventos voltados para as tradições locais, atividades desportivas amadoras e de lazer de um modo geral.
- PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: ampliando a prestação da assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando a conciliação e promovendo a cidadania.
- INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA INTEGRADA: atração de parcerias público-privadas, integrando projetos e iniciativas em um Plano Integrado de Logística. Inclui-se ainda as concessões de PPP's, abrangendo o apoio às demandas municipais, com destaque para energia, água e saneamento básico, terminais de carga e passageiros, e aproveitamento de resíduos sólidos. Em um cenário de intensa crise fiscal e subsequente sucateamento de empresas públicas, combinada com a precariedade das estruturas administrativas para acesso a fontes externas, torna-se estratégica a abertura para a exportação de atividades econômicas pela iniciativa privada através de concessões e PPP's<sup>31</sup>.
- TESOURO VERDE: desenvolvimento de iniciativas integradas e transversais na matriz econômica do Amapá, como a conversão dos serviços ambientais em ativos financeiros a partir da atividade de conservação da Floresta Amazônica (áreas públicas e privadas), originando recursos para fundos e órgãos relacionados à defesa ambiental, fomento a atividades econômicas sustentáveis, pesquisa e desenvolvimento no âmbito escolar e acadêmico para tecnologias sustentáveis, modernização da gestão fiscal e contribuição ao equilíbrio das contas públicas. Desdobramento no marco regulatório do sistema jurisdicional e outras iniciativas e oportunidades relacionadas.
- INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA: consolidando a integração dos órgãos de inteligência, visando à solução com celeridade de crimes de um modo geral.
- AMAPA 2030: integrando o planejamento governamental aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, facilitando a implantação da cultura da gestão por resultado, monitoramento por indicadores, com alinhamento internacional e subsequente instrumentalização da transparência, transversalidade, captação de recursos e desenvolvimento de pessoas.
- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INTEGRADO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS: validação e revisão dinâmica dos instrumentos de planejamento a partir dos indicadores e contratos de gestão, com apoio do Planejamento Estratégico do Estado, levando em consideração o aprendizado de Planos Plurianuais passados, as vocações sociais, econômicas e ambientais, assim como também as informações disponíveis na Base Cartográfica do Amapá.
- SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS GOVERNAMENTAIS: unificado em um único sistema, aproveitando as informações existentes no banco de dados dos Órgãos da Administração Pública Estadual.

O traçado econômico do Amapá é visivelmente dependente do Governo Federal, mesmo passados trinta anos da sua emancipação, o Estado ainda caminha na trilha do subdesenvolvimento.

Além das projeções alinhadas no PPA 2020-2023 acima transcritas, é importante dar destaque para a Agência de Fomento do Estado do Amapá – AFAP. Uma agência cujo objetivo é financiar empreendimentos produtivos a

---

<sup>31</sup> PPP (Parcerias Público-Privadas).

empreendedores informais e formais, visando fomentar a economia por meio de liberação de crédito produtivo para estimular o desenvolvimento sustentável de empreendedores locais. De acordo com o PPA 2020-2023, nos anos de 2018 a 2018 foram liberados “R\$ 39,7 milhões de reais, totalizando 1.449 projetos financiados, criando e mantendo 8.145 empregos diretos e indiretos”. E ainda, segundo o mesmo Plano:

Em 2019, a previsão é expandir o alcance da Agência, para todos os municípios do Estado, no intuito de levar aos empreendedores desses municípios, os produtos e serviços dessa instituição tão importante para os amapaenses.

Como fomento a perspectivas para o futuro, o PPA 2023, p.75, traçou as metas prioritárias por programas governamentais, proporcionando a expectativa de desenvolvimento setorial por região para o fomento da indústria, o empreendedorismo com geração de trabalho e renda, o desenvolvimento das cidades de forma sustentável, assim como o incentivo a produção do agronegócio, proporcionando melhor atendimento na educação, saúde, assistência social, o crescimento do Estado com responsabilidade.

Essa base norteadora do plano de desenvolvimento para os próximos anos apresentada pelo Governo do Amapá, dá um panorama central do porvir das ações e programas a serem realizados.

## 6 ANÁLISE REFLEXIVA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ

O cenário amapaense percorrido durante esses trinta anos em que sua emancipação foi anunciada, demanda de um modelo de formação do Amapá que se caracteriza pelo contexto histórico da sua formação como referência da realidade atual. Os conflitos históricos existentes apontam para uma região com proteção fragilizada, mas com grande potencial natural, como parte de uma riqueza reconhecida internacionalmente, motivo de lutas.

O processo de colonização não foi tarefa fácil. Na mais longínqua região, onde o acesso à civilização decorria de investidas de expedições para adentrar uma área desconhecida, tornando-se desafio aos que aventuravam essa jornada. Diante de tantas lutas com bravura, chegada a ora do reconhecimento do solo brasileiro, isto é, a repatriação definitiva, e que a partir de então passou a ser gerida com outras perspectivas. A população crescia, e junto crescia as necessidades locais de sobrevivência.

As pequenas vilas cresciam na medida em que novas conquistas se alcançavam. A ideia e necessidade de povoamento aliada à necessidade de proteção de fronteira fizeram do Amapá um cenário de comando militar. Prova disso, foi à construção da Base Militar erguida na cidade de Amapá para dar suporte aos aliados, em apoio a Segunda Guerra Mundial. Outro ponto de defesa foi à construção do Forte da Fortaleza São José de Macapá, erguida para defender as terras brasileiras de invasão inimigas, embora, de fato, nunca tenha sido usado para esse fim.

Longe do centro do governo do Grão Pará, o Amapá era região esquecida e desprovida de recursos que pudessem montar uma infraestrutura capaz de proporcionar independência a região. O resultado disso era miséria e inúmeros conflitos, principalmente depois de descoberto grandes áreas para exploração do ouro e madeira, onde atraía pessoas na esperança de encontrar um “punhado” dessa riqueza.

Após anos de abandono, finalmente, novos ares começam a surgir. A transformação do Amapá em Território trouxe esperança de mudanças, um porvir diferente, que pudesse modificar a vida da população. Assim em 13/09/1943 nasce o Território Federal do Amapá. No entanto, os acontecimentos não foi exatamente o

que se esperava em termos de desenvolvimento. Algumas modificações após a criação do Território foram feitas, como: transferência da Capital para a cidade de Macapá, criação de novos municípios, indicação para governadores e prefeitos, montagem de uma pequena estrutura administrativa para a governança, recebimento direto de recursos limitados para aplicação nas políticas públicas programadas, construção de escolas, e hospital, energia e água encanada, etc.

Mas o que de fato importava para o Território, era a necessidade, além de atendimento as questões básicas da população, era que desde essa época, já se pensasse em desenvolvimento econômico com autonomia de geração de renda e de recursos próprios. Os incentivos que aqui chegaram não foram suficientes para atendimento em longo prazo. As raras empresas que se instalaram, fizeram tão somente, o extremante básico para que pudessem operacionalizar seus interesses de exploração e enriquecimento. Tanto que no término de seus contratos, a população das regiões em que estavam permaneceram na mesma miséria, com os mesmos problemas de saneamento básico, saúde em estado precário, elevado nível de pobreza, alto índice de violência, exploração sexual acentuada (adulta e infantil), desemprego, educação deficitária, desqualificação profissional, falta de oportunidade de emprego, pois a carência do setor secundário é altíssima ainda hoje. Sem contar da falta de estrutura para atendimento do setor primário, que pelas características da região, deveria ser uma das melhores do país, pois tem grande extensão de terras férteis, mas que precisa ser tratada para produção. O que restou foi o setor terciário onde a empregabilidade de serviço e comércio demanda em mais de 80%, principalmente no serviço público, inclusive nos dias atuais.

Enquanto estava na condição de Território ficou sobre a tutela do Governo Federal, com total dependência (financeira e política) para o seu desenvolvimento. Os governadores eram escolhidos por indicação, de acordo com os interesses de seus indicadores (presidentes da República, políticos e grandes empresários). Dentre os governadores (maioria de outros Estados) que passaram pelo território percebe-se na descrição de cada um dos gestores da época que vinham para realizar o essencial, ou tão pouco atender interesses de grupos políticos para se perpetuarem no poder e deixar em segundo plano os interesses da população. Pouco se fez para desabrochar uma região com tantas possibilidades de geração de negócios que pudesse hoje acender uma capacidade de recursos

próprios suficientes para as manutenções primárias do governo. Muito pelo contrário, essa dependência persiste até hoje, pois o Estado do Amapá aguarda mensalmente o Fundo de Participação dos Estados – FPE, verba constitucional, para gerir suas políticas públicas.

Em 1988 chega à vez do Amapá dar mais um passo para a autonomia, a elevação em Estado, pois agora faz parte da unidade federada do Brasil, com posição de destaque em área de fronteira, com grandes possibilidades de mercado internacional, com elevação da balança comercial favorável com maior fluxo de exportação, mais oportunidade para o desenvolvimento do setor primário, principalmente para atendimento do mercado interno, diminuindo a importação, mais recursos financeiros - pois mesmo na condição de Estado, o Governo Federal tutelou o Amapá por mais dez anos após a elevação, até 1998 - mas probabilidades de desenvolvimento com infraestruturas básicas e atrativas para o turismo, instalação de indústrias para geração de produtos para abastecimento interno e externo, girando mercadorias para aumentar a arrecadação própria, novos empregos, novos mercados, mais produção para elevação do PIB, melhor IDH, mais qualidade de vida. A partir de agora, a escolha direta de seus governantes, tanto na esfera executiva quanto legislativa, em nível federal, estadual e municipal, gerou esperança de eleger representantes que olhasse as potencialidades do Estado e buscasse esse desenvolvimento. Triste engano. Tudo ficou no mesmo. Alguns poucos investimentos, mas com crescimento demográfico aparente e real, principalmente em detrimento do êxodo rural, pois devido as necessidades a esperança era encontrar algo na área urbana para sobreviver. Setor rural, desassistido, a população não se encontra em situação pior por conta as verbas recebidas pelas prefeituras que geram poucos serviços e emprego, mas o fomento a economia se encontra na condição engessada pela limitação das ações públicas.

Na esfera política o giro de grupos políticos denotando uma oligarquia, se faz presente até os dias atuais, com revezamento de grupos e partidos políticos no poder transforma o Amapá em palco de luta de poderes. E a população? Bem, depois pensam a respeito.

Ao longo desses anos, o que essa oligarquia deixou para o Estado foi uma continua de triste realidade, conhecida desde a sua colonização. O serviço público sucateado em todos os níveis. Na saúde, trinte realidade de todo o Brasil,

com reflexo no Amapá, hospitais sem remédios, sem leitos, infraestrutura precária, falta de profissionais da saúde. Na educação, escolas deterioradas, problemas no recebimento de verbas, com atrasos constantes nos pagamentos de merenda, transporte e manutenção, professores desmotivados, falta-lhes condições de trabalho e segurança. Na segurança, altos índices de violência, insegurança da população, fortificação do crime organizado. O Estado é desprovido de condições adequadas para a exploração do turismo urbano e ecológico que seria seu forte por conta das belíssimas paisagens naturais aqui encontradas, ruas em péssimas condições e falta constante de manutenção, falta de esgotamento sanitário, carência de energia elétrica, tanto na capital quanto nos municípios, que são reflexos dessa realidade.

Todos esses problemas acarretam dificuldade à população, isto é, aumento da demanda na capital, traduzindo um impacto social negativo. Com o crescimento desordenado a partir do ano 2000, percebe-se um aumento na escassez de serviços públicos, principalmente na área básicas, uma vez que não houve investimento suficiente de expansão e infraestrutura nessas áreas, tanto é que os municípios, por exemplo, ainda hoje não comportam a demanda na saúde por falta de hospitais especializados de alto padrão que tenham condições de atendimento adequado de acordo com a patologia de cada caso, que muito embora se receba verbas para aplicação em saúde, ainda é precário o atendimento na rede pública do Amapá. O Estado dispõe de apenas um hospital de pronto atendimento, e dois de especialidades, o Hospital das Clínicas para adultos e o Hospital da Criança para as crianças e adolescentes. Conta também com um Hospital Maternidade.

No que diz respeito às finanças públicas a realidade é desanimadora. O Estado do Amapá é potencialmente rico em recursos naturais, possui a maior área de reserva ambiental do Brasil preservada, - Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque<sup>32</sup> - com um solo rico em minerais, com posição geográfica em de destaque para a internacionalização de mercado. Porém com tudo isso, a realidade do povo amapaense é bem diferente. Os dados alcançados com a pesquisa apresenta contraponto com o efeito dessa realidade. Foi palco de grandes disputas internacionais pelo domínio da região, lutou pela independência e emancipação, no entanto, continua lutando pela sobrevivência com um alto grau de endividamento e

---

<sup>32</sup> Localizada no Estado do Amapá e parte do Pará, possui uma área de 38.464 km<sup>2</sup>, é o maior parque nacional do Brasil e o maior parque de floresta tropical do mundo.

dependência financeira (pois depende de cerca de 70% dos recursos financeiros recebidos da União). De acordo com os dados levantados na SEFAZ/AP, o orçamento para o exercício de 2018 era de R\$ 6.175 bilhões de reais, porém, identificamos as seguintes dívidas consolidadas para final do exercício de 2018:

- a)** De precatório na ordem de R\$ 206 milhões em 2018;
- b)** Restos a pagar inscritos nos últimos cinco anos incluindo o ano de 2018 na ordem de R\$ 1.258 bilhão;
- c)** Resto a pagar processados de 2018 foi de R\$ 152.750 milhões;
- d)** Resto a pagar não processados de 2018 importa em R\$ 289.397 milhões;
- e)** Dívida fundada total é na ordem de R\$ 3.634 bilhões de reais

Desde o início deste século o Brasil vem passando por crises econômicas de grande repercussão, e como unidade federada, o Estado sente todo esse reflexo, como já dito anteriormente, pela dependência do FPE, naturalmente reflete nos valores recebidos. Muito embora, de acordo com a tabela 05 (quadro demonstrativo da receita do Estado do Amapá – 1994-2018), demonstre uma elevação da Receita Total do Estado a cada ano, no entanto, não está sendo suficiente para gerir todos os compromissos, considerando a Dívida Fundada apurada em 2018.

Essa dívida, acumulada por anos, pois é passada de governo a governo, e cada vez aumentando mais, porém nos deixa um questionamento: O que aconteceu para o Amapá chegar nesse nível de endividamento a ponto de comprometer seu desenvolvimento?

Como parte integrante do governo, a pesquisadora arrisca em apontar algumas falhas no processo de gestão, com base no pensamento de Queiroz, (2012) que diz:

Não se concebe a execução do plano e dos orçamentos como instrumentos de gestão estratégica; não são feitas análises e avaliações das políticas; não se trabalha com prioridades; e não se buscam a integração e a convergência das ações. Por isso, não se enxergou a necessidade de organizar o planejamento governamental, como determinava a Constituição (QUEIROZ, 2012, p.37).

Queiroz (2012) titula os problemas de gestão como “falhas de governo”, e denota como as principais dificuldades existentes para os países em desenvolvimento e conseqüentemente para o “avanço na qualidade de sua política pública”. Em concordância com o autor descrevemos as seguintes falhas: a)

decisões temporais – nesta fase o autor reporta-se aos conflitos de interesses de curto prazo dos políticos com os interesses da sociedade que são de longo prazo, ou seja, quando o objetivo de se efetivar um determinado serviço público de qualidade e por isso se fizer necessário aumento da tarifa para arrecadação da receita em período eleitoral for suprido pela vontade política para ganhar vantagem junto aos eleitores; b) falhas de integração entre as programações das esferas de governo – nessa falha o autor aponta que não há integração entre as esferas de governo para resolver problemas que são inerentes as suas esferas, como a mortalidade infantil, que deveria receber a atenção de todas as esferas para juntos resolverem e minimizar essa deficiência, com alinhamento adequado entre si; c) conflito entre a sustentabilidade econômico-ambiental futura e o presente imediato – essa falha diz respeito à dimensão temporal das decisões com transferência negativa do impacto para as futuras gerações em médio e longo prazos, Isto é, são as decisões oportunistas com benefícios instantâneos ou aparente, porém com um auto custo desproporcional, muitas vezes mediante a empréstimos a taxas com juros altos e sem retorno econômico/social que o justifique, onerando o ente público e comprometendo receitas desnecessariamente; d) superposição de ações governamentais – essa falha, segundo o autor é “uma das maiores responsáveis pelo desperdício de recursos públicos em países em desenvolvimento”, não há integração entre os programas de governos e as esferas governamentais, muitas vezes desenvolvem ações iguais com o mesmo objetivo, porém de forma individualizada, não conversam, para unirem os programas numa única ação, evitando o desperdício de recursos; e) falta de foco nas programações – essa falha identifica a dificuldade dos gestores políticos em priorizar problemas conforme a demanda, considerando os recursos escassos e acertar na decisão de identificar as reais necessidades prioritárias, muitas vezes, abrindo mão de um programa ou ação em detrimento de outro; f) conflito de representatividade nas decisões de alocação de recursos setoriais – essa falha acontece quando a maioria dos gestores públicos responsáveis é representante político de territórios ou de um grupo específico priorizando setores, comunidades, municípios ou estados em detrimento de outros que tenham o mesmo grau de importância, mas fazem diferenças para atender interesses particulares em vez de público; g) Uso inapropriado de critérios políticos em certas escolhas- essa falha demanda de grande prejuízo a sociedade, pois é

utilizado critérios inadequados a preenchimento de cargos ou funções na administração pública em geral para as escolhas dos profissionais que irão ocupar a vaga, ou seja, não atendem o critério profissional com qualificação específica para o desenvolvimento da função, tornando-se tão somente “cabide de emprego” para garantia eleitoral de grupos políticos; h) atendimento a interesses ilegítimos – para o autor, o “maior problema existente nos Estados de democracia recente”, isto é, o cidadão tem a difícil tarefa de induzir seus representantes políticos a não agirem de forma ilegítima, buscando interesses particulares acima aos da sociedade, como fazer “aliança com outros agentes públicos ou grupos de interesses particulares”, essa falha induz ao processo de corrupção do “toma lá, dá cá”; i) desvio das funções essenciais de Estado – essa falha aborda a execução de políticas públicas desnecessária em detrimento das prioridades em decorrência da “fragilidade técnico-institucional do Estado”, isto é, gestores públicos tomam decisões arbitrárias e ineficientes com escolhas inadequadas à sociedade; j) conflito entre racionalidade e compromisso nas decisões –essa falha é descrita pelo autor como sendo decisões de gestores que tendem a tomar decisões sem atender o critério da racionalidade objetiva, mas atender promessas de campanha, não relaciona o custo-benefício com base nas prioridades sociais; i) Conflito entre os interesses de órgãos do governo e os interesses da sociedade- essa falha denota que os agentes públicos e as instituições dos países em desenvolvimento, e conseqüentemente dos estados, tomam empréstimos financeiros em nome da sociedade porém, os bens ou serviços chega em pequena parte aos beneficiário, a parte mais significativa fica no órgão para atendimento de interesses políticos que não social.

Em se tratando do Estado do Amapá e diante de toda a conjuntura política que sempre o permeou, a pesquisadora arrisca em afirmar que todas essas “falhas de governo” se aplicam ao Amapá. Em qualquer segmento público se observa uma falha dessas, em maior ou menor grau.

O reflexo dessas falhas são inerentes a problemática vivenciada pois consistem na incapacidade das instituições e gestores não serem capazes de solidificar o processo de avanço com qualidade das políticas públicas, pois limitam-se a sustentar as decisões de seus interesses.

Como proposta, de forma eficaz na assertiva de que pela educação, com treinamento, qualificação, conscientização e estudos técnicos aprofundadosdo

levantamento prioritário do Estado, surjam o interesse imediato dos agentes públicos em geral, desde o técnico, passando pelos gestores de alto escalão até os representantes eleitos de que se o cenário, com base nas falhas apontadas não modificar, caminharemos a passos lentos e o desenvolvimento ficará cada vez mais distante.

Assim, propomos a gestão pública uma reorganização institucional com integração em níveis de esfera e em níveis de poderes para unir esforços em detrimento do desenvolvimento econômico e social que defina as maiores prioridades da sociedade, com maior ataque ao desperdício e sensibilidade no trato à coisa pública.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após anos de luta e conquistas por emancipação e autonomia o Amapá buscou convergência e articulação para realizar políticas que contribuíssem para o desenvolvimento socioeconômico em suas unidades e poderes. Com base nesse pensamento ao longo de décadas criaram-se estratégias para tornar realidade as perspectivas por meio de instituições, projetos, plano e ações para alcançar resultado favorável.

Com esse pensamento o Amapá apresenta duas fases distintas na sua história: o período do Território e o de Estado.

Na condição de Território as principais políticas se voltam à exploração de minérios como fonte natural de recursos, onde se instalaram empresas com o objetivo de explorar a mineração, principalmente o manganês e ouro, e assumiram o compromisso de desenvolver a região central e do entorno com a instalação de infraestrutura básica para a população.

Nesse período sua principal fonte de recurso era as verbas recebidas do Governo Federal que o tinha como principal tutor e definidor de suas políticas públicas. Os recursos que eram destinados ao Território eram para dar base de sustentação às condições mínimas da população que lutava com dificuldades para sobrevivência. Sua base econômica era a agropecuária de subsistência, bem como a exploração da floresta.

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia englobavam o Amapá, mas devido sua localização e interesse dos governantes, acomodados pela “paternidade” da União, os projetos e realizações eram mais demorados, prejudicando seu processo evolutivo, pois a população crescia, e junto crescia as necessidades de qualidade vida. Por quase meio século na condição de Território o Amapá pouco desenvolveu políticas que visassem a autonomia econômica que lhe desse sustentabilidade na geração de renda dentro de um plano contínuo. Em todos os setores da economia, o que mais se destacou e se destaca ainda hoje é o terceiro setor, principalmente o de serviço e comércio. O de serviço ficou caracterizado pela empregabilidade na esfera pública que por muito tempo permeou a geração de renda fortalecendo o comércio com a circulação de mercadorias. No setor secundário, o processo de industrialização sempre foi muito precário,

principalmente na indústria de transformação, isto é, quase nada se produzia nesse período, tornando-se dependente do mercado externo. O setor primário característico de subsistência não era suficiente para atender a demanda, tendo que importar quase todos os produtos de consumo, assim como os bens de uso e permanente.

Percebe-se que durante o Território o Amapá apresenta um crescimento evolutivo devido o gerenciamento direto dos recursos destinados a sua manutenção. A infraestrutura que conhecemos hoje, principalmente na esfera pública é desse período, como as escolas, hospitais, praças, prédios, tanto que foi a base para a transformação do Estado.

Com a transformação do Amapá em Estado, em termos de infraestrutura pública muito pouco modificou, dando a impressão que o tempo desacelerou. Houve uma ampliação, mas pouco de novo se apresenta. O que de fato ocorreu e mais se destaca, foi o crescimento demográfico populacional, com aumento da demanda em todos os serviços públicos, como saúde, educação, infraestrutura, segurança.

Na economia ainda se mantêm como destaque o setor de serviço e comércio, com os maiores índices de giro, o setor secundário e primário continuam na mesma condição do período em que o Amapá era Território.

As problemáticas desse subdesenvolvimento se deram em maior recorrência por questões políticas e administrativas, pois de todos os governantes que passaram pelo Amapá, por menor tempo que fosse, deveriam ter desenvolvido o crescimento socioeconômico de maneira mais concreta, visando independência financeira com a geração de recursos próprios. A condição de dependência dos recursos vindo do FPE é uma característica muito forte ainda nos dias de hoje, pois mais de 70% das receitas destinadas a manutenção das políticas públicas do Amapá são verbas constitucionais, isto é, menos de 30% são de recursos gerados com a própria economia, mantendo o grau de dependência.

Embora as políticas públicas que são desenhadas no PPA sejam para desenvolver o Estado, poucos avanços tem se concretizado, pois, ao longo desses trinta anos, pelo volume de recursos, pela capacidade de financiamento de projetos, o Amapá poderia estar em melhores condições.

As crises que são enfrentadas demandam do alto grau de endividamento contraído ao longo de três décadas. Isso interfere diretamente na pretensão de

novos investimentos, como infraestrutura e saneamento básico, causando reflexo negativo na sociedade, em termos de geração de renda e emprego.

Ao longo dessa dissertação foi demonstrado que a conjuntura em que se apresenta o Estado hoje tem como causa as questões administrativas e de tomada de decisão com definições de prioridades, inclusive em integrar programas e ações em conjunto com a União e os Municípios.

Portanto, entendemos que, para que ocorra de fato o desenvolvimento do Amapá, é necessária uma reorganização na política de gestão, não só no âmbito estadual, mas municipal e federal, pois a integração entre essas esferas poderá apresentar um cenário com coeso nos gastos dos recursos públicos. Lembrando que como base, o fortalecimento das políticas públicas dos municípios, tende a desenvolver melhor o Estado.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luís. **Tópicos de História do Amapá**. Macapá: Gráfica São José, 2000.

BARCELLOS, Annibal. **Primeiro passo da Segunda Caminhada**. Macapá: Imprensa Oficial, 1992.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo na história do pensamento político**. São Paulo: EDIPRO, 2017.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 mar. 1964.

BRUNO NETO, Francisco. **Constituição Federal: academicamente explicada**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil: cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. São Paulo: EdUSP, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades – Amapá**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/amapa/panorama>>. Acesso em: 06 nov.2019.

LIMA, Edyane Silva de. **Classes e movimentos sociais: uma perspectiva do serviço social**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

LINS, Cristóvão. **A Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Dataforma, 1997.

LINS, Cristóvão. **Amazônia: as raízes do atraso**. Rio de Janeiro: Daudt Design, 2012.

LOPES, Maria Vilhena. **Isto é Amapá**. Goiânia: Kelps, 1998.

MALLMANN, Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luzia; SILVA, Rodolfo dos Santos. **Estado e políticas sociais no Brasil: avanços e retrocessos**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 6, n. 2, p.113-168, dez. 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3158>>. Acesso em: 05 ago.2019.

MONTORIL, Nilson. Pauxi Nunes, um desportista esquecido. **Diário do Estado**, Macapá, 03 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/articulas/nilson-montoril/pauxi-nunes-um-desportista-esquecido-2/>>. Acesso em: 31 out.2019.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2016.

OLIVEIRA, Dennison de. **História do Brasil: política e economia**. Curitiba: InterSaber, 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2004.

ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTIAGO, Theo. **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. 3. ed. Macapá: Valcan, 1997.

SAWAYA, Rubens R. et al. **Desenvolvimento brasileiro em debate: Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo: Blucher, 2017.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIDAL, Ana Carolina. GONDIN, Pollyana Rodrigues. **Desenvolvimento capitalista e o serviço social**. Curitiba: InterSaber, 2019.

WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.